



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
GEOGRAFIA**

FERNANDO GUILHERME SILVEIRA MANOCCHIO

**A EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS MÓVEIS NO BRASIL: BASES
MATERIAIS E NOVOS USOS DO TERRITÓRIO**

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
RIO CLARO
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

FERNANDO GUILHERME SILVEIRA MANOCCHIO

**A EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS MÓVEIS NO BRASIL: BASES
MATERIAIS E NOVOS USOS DO TERRITÓRIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
do Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Fabricio Gallo

Rio Claro – SP

2024

M285e

Manocchio, Fernando Guilherme Silveira

A evolução dos pagamentos móveis no Brasil : bases materiais e novos usos do território / Fernando Guilherme Silveira Manocchio. -- Rio Claro, 2024

101 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Fabricio Gallo

1. Digitalização financeira. 2. Fintechs. 3. Pagamentos móveis. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

FERNANDO GUILHERME SILVEIRA MANOCCHIO

**A EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS MÓVEIS NO BRASIL: BASES
MATERIAIS E NOVOS USOS DO TERRITÓRIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
do Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre em Geografia

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Fabricio Gallo – Orientador
IGCE / UNESP / Rio Claro (SP)

Prof. Dr. Wagner Wendt Nabarro
UFES / Vitória (ES)

Profa. Dra. Dayana Aparecida Marques
IGCE / UNESP / Rio Claro (SP)

Conceito: Aprovado

Rio Claro (SP), 26 de março de 2024.

Dedico este trabalho à minha família,
cujo apoio e compreensão foram
importantes pilares em minha jornada
acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão a todos os familiares, amigos e servidores da UNESP que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho. Principalmente, agradeço imensamente aos meus pais, Maria Cristina e Edison, pelo apoio e incentivo contínuo durante todos os anos de graduação e mestrado. Sem sombra de dúvidas, sem eles nada disso seria possível.

Agradeço sinceramente à minha companheira Giovana, cujo apoio, incentivo, companheirismo e compreensão foram fundamentais não apenas durante meu período de mestrado, mas o longo de toda minha jornada. Sua confiança em mim foi fundamental, me impulsionou a buscar coisas que nem eu acreditava que seriam possíveis e me mostrou a alegria de encontrar beleza nas pequenas coisas da vida.

Agradeço ao Professor Fabricio Gallo, pela orientação cuidadosa e paciente. Também agradeço ao professor pelo incentivo e encorajamento ao longo de todo o processo de pesquisa, leitura e escrita, e, principalmente, no processo de aplicação para a bolsa de estágio e pesquisa no exterior, que contribuiu enormemente com a minha formação pessoal e acadêmica.

Gostaria de agradecer a todos os amigos e colegas de graduação, pós-graduação e do LUTe. Sobretudo, agradeço nominalmente aos amigos Bruno, Higor, Pedro, Leandro e João. Todos contribuíram de forma inestimável para a presente dissertação e agradeço por estarem ao meu lado compartilhando não apenas fatos e experiências da esfera acadêmica, mas sim da vida. Em muitos momentos o processo de pesquisa é um trajeto solitário e desafiador, contudo, poder compartilhar angústias e reflexões foi essencial. E, obviamente, tão importante quanto compartilhar anseios acadêmicos, é partilhar conquistas e momentos de alegria, agradeço a eles também pelo companheirismo e lealdade.

Agradeço ao Professor David Bassens, o centro de pesquisa *Cosmópolis* e os colegas do Departamento de Geografia da Vrije Universiteit Brussel, pelas contribuições e debates realizados durante o período de intercâmbio em Bruxelas. Agradeço especialmente ao professor Bassens pela recepção, supervisão e contribuições, fundamentais para o esclarecimento de aspectos teóricos desta pesquisa.

Expresso minha gratidão aos professores e servidores da UNESP, cujo comprometimento e dedicação contribuíram direta e indiretamente para minha formação acadêmica.

O presente trabalho foi realizado com apoio do processo nº 2021/05753-3, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares (SANTOS, 2013, p. 29)

RESUMO

Considerando o atual estágio de desenvolvimento das tecnologias informacionais, da expansão da rede de internet e da popularização dos telefones celulares no Brasil, nota-se o aumento exponencial das transações financeiras realizadas através dos serviços digitais permitidos pelos dispositivos móveis. Objetivamos compreender a evolução dos pagamentos móveis no Brasil em conjunto com suas implicações territoriais, assim como o desenvolvimento dos principais agentes do segmento, tendo em vista a atuação dos bancos tradicionais e das *fintechs* – empresas de tecnologia financeira. Além disso, buscamos apreender os sistemas de objetos técnicos e as bases materiais em constante renovação que possibilitam e dinamizam o desenvolvimento desses novos modos de pagamentos no território brasileiro. Partindo do pressuposto que o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico, buscamos interpretar os desdobramentos territoriais dessas novas formas de pagamento digital nos diferentes usos do território. Acreditamos que a análise dessas novas técnicas, centradas nos telefones celulares como objetos técnicos mediadores, permite identificar valiosas tendências das dinâmicas financeiras, bem como os desdobramentos do processo de financeirização no território brasileiro. Por fim, analisamos o conglomerado prudencial PagSeguro e os impactos territoriais desse novo fenômeno de digitalização financeira no Brasil e informatização do território.

Palavras-chave: Digitalização financeira, fintechs, pagamentos móveis.

ABSTRACT

Considering the current stage of development of informational technologies, the expansion of the internet network, and the popularization of mobile phones in Brazil, there has been a noticeable exponential increase in financial transactions conducted through digital services enabled by mobile devices. Our objective is to understand the evolution of mobile payments in Brazil along with their territorial implications, as well as the development of key players in the sector, considering the roles of traditional banks and fintechs – financial technology companies. Furthermore, we aim to grasp the systems of technical objects and the constantly evolving material bases that enable and drive the development of these new payment methods in the Brazilian territory. Proceeding from the assumption that the object of study in geography is geographical space, we seek to interpret the territorial ramifications of these new forms of digital payment in the various uses of the territory. We believe that analyzing these new techniques, focused on mobile phones as mediating technical objects, allows us to identify valuable trends in financial dynamics, as well as the ramifications of the financialization process in the Brazilian territory. Finally, we analyze the PagSeguro conglomerate and the territorial impacts of this new phenomenon of financial digitization in Brazil and the informatization of the territory.

Keywords: Financial digitization, fintechs, mobile payments.

RESUMÉ

En considérant le stade actuel du développement des technologies de l'information, l'expansion du réseau Internet et la popularisation des téléphones portables au Brésil, on remarque une augmentation exponentielle des transactions financières effectuées via les services numériques autorisés par les appareils mobiles. Notre objectif est de comprendre l'évolution des paiements mobiles au Brésil ainsi que leurs implications territoriales, ainsi que le développement des principaux acteurs du secteur, en tenant compte de l'action des banques traditionnelles et des fintechs - entreprises technologiques financières. De plus, nous cherchons à comprendre les systèmes d'objets techniques et les bases matérielles en constante évolution qui permettent et dynamisent le développement de ces nouveaux modes de paiement sur le territoire brésilien. Partant du principe que l'objet d'étude de la géographie est l'espace géographique, nous cherchons à interpréter les ramifications territoriales de ces nouvelles formes de paiement numérique dans les différents usages du territoire. Nous croyons que l'analyse de ces nouvelles techniques, centrées sur les téléphones portables comme objets techniques médiateurs, permet d'identifier des tendances précieuses des dynamiques financières, ainsi que les conséquences du processus de financiarisation dans le territoire brésilien. Enfin, nous analysons le conglomérat prudentiel PagSeguro et les impacts territoriaux de ce nouveau phénomène de digitalisation financière au Brésil et de l'informatisation du territoire.

Mots-clés : Digitalisation financière, fintechs, paiements mobiles.

Lista de Figuras

Figura 1 - Proposta de periodização das fintechs, segundo Arnes, Barberis, Buckley (2016).	35
Figura 2 - O conceito do Digital Finance Cube	37
Figura 3 - Organograma do Conglomerado Prudencial PagSeguro	70

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do número de Fintechs no Brasil de acordo com os relatórios do Radar FintechLab.	50
Gráfico 2 - Número de novas Fintechs por ano entre 2000 e 2022	51
Gráfico 3 - Porcentagem de Fintechs divididas por categorias, 2022	52
Gráfico 4- Número de Fintechs de pagamentos, gestão financeira, empréstimos, investimentos e bancos digitais no Brasil de 2017 a 2020.	53
Gráfico 5 - Crescimento percentual de transferências realizadas por bancos no Brasil de 2017 a 2021	54
Gráfico 6 - Número de agências bancárias no Brasil entre 2005 e 2020.....	66

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial PagSeguro entre junho de 2020 e junho de 2023.	70
---	----

Sumário

1	INTRODUÇÃO	15
2	MATERIAIS E MÉTODOS	25
3	<i>FINTECHS</i>: REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O TEMA	30
4	<i>FINTECHS</i> NA LITERATURA NACIONAL.....	43
4.1	<i>FINTECHS</i>: DISTRIBUIÇÃO E DADOS	49
5	BREVE RESGATE HISTÓRICO SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO	56
6	O PAGSEGURO NO CENÁRIO DE DIGITALIZAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL	69
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

1 INTRODUÇÃO

Não é novidade que a tecnologia se faz cada vez mais presente na vida cotidiana, seja através de computadores, *notebooks*, *tablets* e *smartphones*. Com a evolução tecnológica, científica e informacional que presenciamos atualmente, o acesso às notícias e informações é cada vez mais ágil e, às vezes, instantâneo. Nos utilizamos dessas ferramentas para a execução de diversas atividades, que vão do acesso banal e corriqueiro ao uso mais cuidado e refinado, como no ato de compras e transações financeiras através de aplicativos e plataformas digitais. Esses últimos exemplos, relacionados aos pagamentos e transações financeiras via dispositivos móveis, despertam nossa curiosidade e serão discutidos neste material.

Ao longo dos últimos anos, no Brasil e no mundo, as formas de pagamentos digitais realizados por meio de dispositivos móveis conectados à rede de internet, tais como *smartphones* e *tablets*, aumentaram exponencialmente (BANCO CENTRAL, 2022). Nesse sentido, a massificação do acesso aos telefones celulares e a popularização da internet, assim como a evolução de diversas outras inovações tecnológicas e informacionais, seguem favorecendo e dinamizando o crescimento dos pagamentos móveis.

Entendemos que um aspecto importante de nossa pesquisa reside no fato de que esta tem como ponto fulcral o estudo de um tema muito atual. Entre 2020 e 2023, o mundo vem enfrentou a pandemia de COVID-19, doença causada pelo coronavírus SARS-COV-2. Nesse contexto, a principal medida de segurança indicada pelos profissionais da saúde contra a disseminação do vírus foi o distanciamento social, o que fez com que muitos setores trabalhassem de modo remoto. A partir dessa necessidade de distanciamento, a digitalização de determinados serviços e hábitos de consumo sofreu forte impulsionamento. As vendas online, assim como as ferramentas de pagamentos móveis (também chamada de *mobile payment*) cresceram enormemente nesse período.

O Banco Central do Brasil (2022), através da publicação do *Relatório de Economia Bancária de 2022*, apresenta dados interessantes sobre o tema. A evolução dos meios de pagamentos digitais, instrumentos alternativos ao papel-moeda, pode ser dividida em 3 momentos principais. O primeiro deles, até 2016, apresenta pouco crescimento das transações *per capita* e do volume transacionado. O segundo momento, entre 2017 e 2020, explicita o aumento tanto do volume transacionado quanto das

transações per capita. Por fim, o terceiro momento, período recente de 2021 a 2022, devemos destacar que a quantidade de transações per capita supera o volume transacionada. Ademais, no ano de 2022 o número de instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central atingiu seu pico, totalizando 74 instituições autorizadas – apenas para comparar, o número de instituições autorizadas era de 26 e 37 para os anos de 2022 e 2021, respectivamente.

Ainda, cabe realçar o desenvolvimento dos canais de acesso aos serviços. Se ano de 2021 os telefones celulares se tornaram pela primeira vez o principal meio de acesso aos serviços financeiros (69% do total), superando os canais presenciais (17%) e o *Internet Banking* (14%), em 2022 os telefones celulares alcançaram a representativa marca de 79% da quantidade total de transações entre todos os canais - nesse mesmo ano, o *internet banking* foi responsável por 16% e os canais presenciais 5% (BANCO CENTRAL, 2022).

É necessário ressaltar que, principalmente em mercados de países como o Brasil, com a popularização da internet e dos telefones celulares no decorrer das últimas décadas, o *mobile payment* já apresentava números crescentes. Com a difusão da tecnologia, os serviços financeiros disponibilizados digitalmente através das redes virtuais e presentes nos computadores, *tablets* e telefones celulares alcançam cada vez mais pessoas. Segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2021), 84,4% da população a partir dos 10 anos de idade possui telefones celulares e a posse do aparelho cresceu entre todas as faixas etárias entre 2019 e 2021. Entrementes, essa difusão não se dá de modo homogêneo no território e essas são questões que buscaremos tratar com o desenvolvimento deste material. Afinal, a disparidade estrutural do território brasileiro tem raízes históricas que seguem mal resolvidas (SANTOS, SILVEIRA, 2006).

De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o setor bancário segue se consolidando como o maior investidor privado em tecnologia no Brasil, superando setores como telecomunicação e comércio. Desde 2020, de cada 10 transações bancárias, mais de 6 são efetuadas através dos meios digitais e ao longo dos últimos anos as transações bancárias apresentaram números crescentes, e, seguramente, muito disso se deve à popularização dos canais digitais – *internet* e *mobile banking*. Porém, as taxas contabilizadas por esses canais não são tão próximas quanto se poderia imaginar. Ao colocar luz apenas nos canais digitais e analisar os casos separadamente, percebe-se que, apesar das diversas semelhanças, os números se diferenciam de forma significativa: no ano de 2015 o *internet banking* representava 32% do total de transações bancárias, ao

passo que o *mobile banking* era responsável por apenas 20%, porém a partir de 2016 essa lógica começou a se inverter, com o *mobile* representando 28% e o *internet banking* caindo para 24%, por fim, em 2019 o canal *mobile* já representava, sozinho, 44% do total de transações financeiras - ou seja, quase metade de todas as operações eram efetivadas via *mobile* -, enquanto o *internet banking*, as agências, os pontos de serviços (POS), os ATM's (Automatic Teller Machine) e os correspondentes dividiam os 56% restantes (FEBRABAN, 2020).

Destarte, o relatório de pesquisa em tecnologia bancária supracitado sistematiza dados de relevo sobre a forma como as pessoas bancarizadas utilizam cada vez mais os canais digitais. O número de contas ativas com o recurso do *mobile banking* cresceu 34% no ano de 2019, contabilizando 93,6 milhões. Além disso, o número de contas abertas via *mobile* atingiu um crescimento de 66%, passando de 3,9 milhões em 2018 para 6,5 milhões em 2019. Por fim, o número de *heavy users* (clientes que realizam mais de 80% das atividades bancárias pelo mesmo canal, nesse caso o *mobile banking*), que contava com 16,3 milhões em 2017 e passou para 26,5 milhões em 2018 seguiu crescendo e atingiu a marca de 35,8 milhões no ano de 2019, de tal modo que no ano de 2021 51% das contas ativas no canal *mobile* se enquadram na definição de *heavy users* (FEBRABAN, 2020).

De partida, é necessário apresentar as diferenças entre o *internet banking* e o *mobile banking*. Em suma, ambos são canais digitais dos serviços bancários e guardam diversas semelhanças. Na perspectiva de Contel (2006, p. 262), o *internet banking*, além de apresentar uma alta capilaridade, tem seus custos diminuídos nas transações dos produtos e serviços oferecidos por conta da utilização de uma plataforma digital, em relação aos serviços bancários convencionais. Entendemos que os mesmos princípios de redução dos custos e alta capilaridade se aplicam também ao canal *mobile*. No entanto, o acesso ao *mobile banking* se dá através dos aplicativos presentes em telefones celulares, enquanto o *internet banking* demanda que o acesso seja realizado por meio da função *web*.

Segundo Cernev (2010, p. 125), o *mobile payment* pode ser entendido como todo e qualquer pagamento realizado, ou viabilizado, por meio de tecnologias de mobilidade digital através dos dispositivos móveis. Utilizamos o conceito de *mobile payment* pois entendemos que este é mais abrangente e nos permite adentrar em debates mais amplos sobre a presença da tecnologia e das finanças no território. Conforme aponta Warf (2017,

p. 402), o dinheiro digital pode parecer um tanto quanto abstrato e efêmero, mas suas consequências objetivas são muito reais.

Nesse sentido, o *smartphone* é um elemento central nessa discussão, pois é ele quem se apresenta como objeto técnico mediador desse processo. São os novos modelos de telefones celulares que permitem e alavancam essa maior capilaridade no período atual. Para Bertollo (2019, p. 64), o uso do telefone celular impõe novas lógicas de informatização ao território, tendo em vista que seu uso se dá necessariamente pelos avanços da ciência e da técnica, além da instalação de novas infraestruturas que obrigatoriamente se articulam em sistemas de redes. Ademais, a capilarização dos *smartphones* e a informatização que ele permite pressupõem usos do território mais fortemente ligados à informação.

Na esteira desse raciocínio, os meios digitais dos serviços bancários exigem um determinado grau de densidade em técnicas da informação, mesmo que estas estejam distribuídas de forma extremamente seletiva e desigual pelo território, como é o caso brasileiro. O estudo do *internet banking*, do *mobile banking* e dos pagamentos móveis nos dão importantes instrumentos analíticos para o desenvolvimento da nossa proposta, que consiste em uma investigação acerca dos pagamentos digitais realizados através dos aplicativos presentes em *smartphones* e *tablets*, denominados de *mobile payment* (ou simplesmente *m-payment*), e quais são os desdobramentos territoriais que esses novos modos de pagamento acarretam, visto que o desenvolvimento de tais funções exigem uma base material e tecnológica.

Assim, é mister ressaltar que o território brasileiro apresenta zonas densas e zonas rarefeitas no que diz respeito às materialidades e técnicas da informação (SANTOS, SILVEIRA, 2006). Estes autores demonstram a evolução das bases materiais das telecomunicações no país. Houve uma verdadeira revolução das tecnologias de comunicação no país, tendo nos anos 1970 um marco no processo de reticulação territorial, passando pelo telefone fixo, rádio, telex, redes de rádio monitoragem, redes de estações costeiras e pela rede nacional de televisão, expondo diferentes processos de evolução nos sistemas de telecomunicação. Outro aspecto importante para os avanços do debate diz respeito às bases de transmissão, que sofreram grandes alterações, passando da tecnologia eletromecânica para a analógica e posteriormente para a digital, chegando aos cabos de fibra óptica, que substituíram os cabos coaxiais, garantindo maior velocidade na transmissão dos pacotes de dados, e ampliaram a participação do Brasil nas telecomunicações globalizadas (SANTOS, SILVEIRA, 2006).

Vale pontuar que a constituição da computação em rede no mundo surgiu de um conjunto heterogêneo de redes e computadores – desenvolvidos em projeto militar – que existiam de modo segmentado. Na concepção de Israel (2019, p. 75), o que convencionou-se chamar de internet pode ser entendido como a convergência de redes que coexistiam separadamente e começaram a se utilizar de um mesmo padrão comunicacional para interoperarem, dando origem ao *internetworking*, uma rede de redes.

Castillo (1999), ao tratar sobre o desenvolvimento dos sistemas orbitais, demonstrou os diferentes usos dos territórios que eles possibilitam. Ao analisar ostensivamente a evolução dos objetos técnicos – como os satélites geoestacionários, o sensoriamento remoto, o GPS (*Global Position System*), o SIG (Sistema de Informação Geográfica) e demais formas de monitoramento orbital – o autor expressa como as novas tecnologias (tecno-científicas) ampliam as possibilidades para diferentes processos socioespaciais. Nesse sentido, ressaltamos este trabalho como exemplo pois o autor se utiliza de objetos técnicos que atuam em espaço extra-atmosférico para comprovar a importância da dimensão territorial no processo de evolução da técnica

Atualmente, os sistemas técnicos não são apenas locais ou regionais, como foram outrora, mas funcionam de modo integrado, permitindo a simultaneidade dos eventos e das ações. No atual período, esses sistemas de objetos técnicos são gerenciados sob uma lógica única: a extração de mais-valia em âmbito global. Vale pontuar que tal unicidade das técnicas e dos tempos (SANTOS, 2001) se deu em grande medida pelo nexo financeiro e conduz a um constante rearranjo territorial (SANTOS, 1991), conforme buscaremos destacar ao longo deste trabalho.

No Brasil, a infraestrutura de internet é formada pelas bases materiais das telecomunicações¹ em conjunto com os equipamentos de informática. Através de uma rede principal e hierarquizada em que os dados e pacotes de internet trafegam (*backbone*), é possível uma distribuição da conectividade. Estas redes, que vão se espraiando das áreas metropolitanas para as demais regiões – privilegiando as cidades de maior importância, utilizadas como verdadeiros nós – se aproveitam de infraestruturas desenvolvidas e utilizadas desde antes do advento da internet no país (ALVES, 2013).

Assim, destaca-se o conceito de *rugosidades* (SANTOS, 2002a), entendido como um conjunto de heranças materiais – espaço construído – e socio territoriais herdadas. As bases materiais que permitiram a expansão das telecomunicações pelo território brasileiro

¹ Especificamente sobre o tema, consultar Steda (2015) e Costa e Gallo (2020).

passam a colaborar com uma nova etapa dos serviços de comunicação, em que a necessidade de diminuição da latência e otimização das redes de internet é fundamental. Em suma, as bases materiais de etapas anteriores dos serviços de telecomunicações são elementos integrantes do momento atual, constituindo arranjos que regem e organizam novas ações.

Além da densidade técnica e informacional fixada ao território, produtos da globalização que fatalmente viabilizam tais fenômenos, é necessário destacar também o papel ativo da *tecnosfera* e da *psicosfera* (SANTOS, 2002a) ao redor desse tema. A *tecnosfera* se instala no território para substituir o meio técnico e natural que preexistia, trabalhando fundamentalmente na realização dos interesses de agentes hegemônicos, enquanto a *psicosfera*, locus das ideias, trabalha em função de fornecer um sentido razoável às ações pensadas por tais agentes. Desse modo, *psicosfera* e *tecnosfera* atuam conjuntamente no lugar, muitas vezes em favor de lógicas externas que não dizem respeito ao local, mas sim aos interesses globais de certos atores (SANTOS, 2002a, p. 25).

Ainda sobre a *psicosfera*, que pode ser entendida como o campo das crenças ou espírito de uma época (KAHIL, 2013), compreende-se que se constitui em uma forma imaterial de convencimento. No presente trabalho, uma das perspectivas adotadas é de uma *psicosfera* da eficiência e da desburocratização financeira, majoritariamente representada pelas facilidades do uso dos canais *mobile* ofertados pelos bancos tradicionais e pela atuação, sobretudo através do *marketing*, dos bancos digitais e *startups* financeiras – expoentes da aliança entre capital financeiro e tecnologia (PESSANHA, 2020) -, que atuam com custos reduzidos e seguem angariando cada vez mais clientes, principalmente entre o público recém-bancarizado, público-alvo dessas instituições. Sem embargo, é importante relacionar as formas materiais e imateriais que viabiliza este fenômeno, retomando a indissociabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações que constituem o espaço geográfico.

As consequências do processo de globalização são inúmeras e repercutem das mais diversas formas nos diferentes territórios. Entretanto, aquela que mais nos interessa diz respeito ao processo de mundialização das finanças e, conseqüentemente, o impulsionamento dos serviços bancário-financeiros digitais através de plataformas na *web* e aplicativos em dispositivos móveis. Esta tem assumido um protagonismo crescente e se constituído em um importante fenômeno para os desdobramentos econômicos, políticos e territoriais.

Nesse cenário, a financeirização é um regime de acumulação em que a valorização do capital se dá pelos canais financeiros e não necessariamente pela produção industrial ou comercial. Aalbers (2008, p. 148) nos alerta que o papel crescente das finanças nas operações capitalistas resulta em uma relação inversa entre o que é real e o que é financeiro, variável fundamental para o entendimento das novas tendências no sistema capitalista. Assim sendo, com as constantes desacelerações nas taxas de crescimento e a estagnação da economia nas diferentes partes do mundo, o capitalismo torna-se mais dependente das finanças para realizar a expansão dos ganhos. Ainda segundo autor, o processo de acumulação se torna cada vez mais financeirizado, contudo, o crescimento das finanças não beneficia necessariamente a economia real, mas sim os investidores institucionais presentes nos mercados financeiros ao redor de todo o globo.

Na perspectiva de Chesnais (2000), o mercado pode ser entendido como uma concentração de capitais industriais e financeiros, cujo poder é crescente, pois são privilegiados pela capacidade de atuação em escala global. Em outras palavras, o alcance e a extensão possibilitados pela globalização tornaram as finanças altamente fluidas e universais. Os investidores institucionais – sociedades financeiras, companhias de securitização, *mutual funds* e fundos de pensão – são agentes centrais em todos esses desdobramentos, afinal, são alguns dos principais beneficiados por essa nova configuração do sistema capitalista.

No momento atual, as finanças, cada vez mais fluidas e atuantes em escala universal, exigem densas bases materiais e tecnológicas que dinamizem a velocidade de comunicação. Segundo Paraná (2016), as tecnologias de informação e comunicação (TICs) exercem papéis essenciais na potencialização da circulação dos capitais, que passam a atuar em nível global e são cada vez menos restringidos por fronteiras. O autor destaca os esforços tecnológicos na busca por TICs que diminuam a latência – basicamente, o tempo da circulação de dados e informações digitais – das negociações financeiras e, conseqüentemente, aumentem sua volatilidade e competitividade. Logo, a implementação de novas tecnologias e o rearranjo material de seletas porções do território caminham em consonância com a busca pela redução de latência nas conexões – que se tornou sinônimo de ganhos crescentes para agentes que atuam no mundo financeiro digitalizado.

Desse modo, as tecnologias da informação exercem um papel essencial nas dinâmicas espaciais atuais. A finança digitalizada só pode se realizar plenamente pela existência de um sistema técnico e informacional globalmente padronizado. Logo, não

podemos abandonar a dimensão territorial ao nos debruçarmos sobre a base infraestrutural e informacional difundida com o progresso técnico atual (STEDA, 2015).

Nesse sentido, a criação de novos canais de pagamento redefiniu e segue redefinindo todos os procedimentos envolvidos nessa cadeia, o que produziu uma expansão e uma nova etapa financeira nos usos do território, com um poder de capilarização muito maior do que as anteriores. Com o desenvolvimento dos novos sistemas de pagamento há uma dinamização da esfera financeira, em que a digitalização monetária se impõe como variável fundamental. A evolução dessas engenharias de novos modos digitais de pagamento produz uma complexa rede de cooperação, tecnologia e capital entre agentes hegemônicos (CREUZ, 2019, p. 432). Além de potencializar a expansão dos *círculos de cooperação* que, cada vez mais, dinamizariam os *circuitos espaciais produtivos* (SANTOS, 1986; SANTOS, SILVEIRA, 2006; CASTILLO, FREDERICO, 2010).

Assim, a evolução da tecnologia e das técnicas informacionais, calcadas em aspecto materiais e imateriais, permitiram a digitalização de diversos hábitos, e aqui cabe destacar principalmente aqueles relacionados ao consumo e aos meios de pagamento. Atualmente, os telefones celulares são uma ferramenta de extrema importância, pois é através deste objeto técnico que realizamos inúmeras atividades cotidianas, de tal modo que, hoje, o *smartphone* é um mediador entre os usuários de diferentes estratos da sociedade brasileira e o desenvolvimento tecnológico em conjunto com técnicas de complexidade crescente que se inserem (desigualmente) na vida socioeconômica e no ordenamento territorial. Os interesses e perspectivas sobre o desenvolvimento desse fenômeno são diversos: no que diz respeito ao cotidiano socioeconômico da população brasileira, as instituições bancárias tradicionais, por exemplo, almejam maior inclusão financeira e a bancarização da população brasileira por meio dos fenômenos supracitados; já o Banco Central (BC), por meio do *Pix*, busca revolucionar os meios de pagamento através dessa plataforma digital e instantânea que iniciou suas operações recentemente.

Destaca-se, portanto, o papel do Estado enquanto agente regulador, fato que permeia toda discussão. Afinal, é o Estado quem possui papel fundamental nas definições dos modos de realização dos interesses de distintos agentes. De mesmo modo, é o Estado que detém as ferramentas de regulação da política, do dinheiro, dos financiamentos, das leis e das normas que influem no território.

O Brasil dispõe de espaços fluídos, densos em técnicas e tecnologias da informação. Mas esses espaços são pequenas manchas dispersas pelo território, enquanto

a maior parte do território pode ser definida de modo contrário, como viscoso e rarefeito em técnicas. Desse modo, a difusão do meio técnico-científico-informacional não se dá de modo coeso em todas as áreas do país, fazendo com que as ações dos agentes hegemônicos sejam cada vez mais pontuais e pragmáticas (SANTOS, SILVEIRA, 2006).

Estamos vivendo um momento de ebulição no desenvolvimento, na popularização e na consolidação dessas novas ferramentas de pagamentos digitais e, justamente por isso, a tarefa de se analisar a evolução e os desdobramentos territoriais do *mobile payment* no Brasil é tão complexa quanto atual. Os exemplos presentes em outros países mostram que é difícil apontar uma trajetória homogênea nesse processo, visto que cada formação socioespacial tem suas próprias limitações e especificidades, de acordo com as características da base de usuários e das empresas fornecedoras desse serviço (MALLAT, 2007; DAHLBERG et al., 2008; KIM, MIRUSMONOV, LEE, 2010). Contudo, entendemos que, mesmo nesse momento de desenvolvimento, a interpretação destes fenômenos nos possibilita uma visão prospectiva sobre a atuação dos agentes financeiros nos diferentes usos do território brasileiro.

Ademais, nossa intenção é apresentar leituras e análises geográficas sobre um fenômeno que repercute de diversas formas e influência em muitos processos. Se, por um lado, as finanças se apresentam como cada vez mais fluídas, autônomas e digitais. Nesse sentido, é preciso desenvolver análises sobre a relação entre os principais agentes do setor, destacando o papel das *fintechs*, representantes de excelência do conjunto formado pelas finanças e as técnicas da informação (CONTEL, 2020a), com importantes agentes do segmento bancário-financeiro tradicional, para que seja possível compreender as implicações territoriais desse fenômeno.

Ponderamos que essa nova etapa de digitalização financeira não só reflete em uma série de desdobramentos nas estruturas técnicas e normativas do território como também reflete uma preocupação geográfica dos agentes financeiros. Através dos novos meios de pagamentos móveis, estes podem atingir e bancarizar novos contingentes de pessoas, operando com custos reduzidos e ampliando sua difusão pelo território. Sem embargo, a capilarização desses serviços através de novas plataformas de âmbito digital não se realiza fora do território, mas são viabilizadas por uma série de fatores materiais e imateriais em que o espaço geográfico interfere, em conjunto com outras instâncias, de modo ativo.

Destacamos a relevância da relação entre pagamentos móveis e *fintechs*, que desempenha um papel fundamental na transformação em curso do setor financeiro nacional. Deste modo, os pagamentos móveis permitem que mais pessoas realizem

transações financeiras por meio de diferentes dispositivos (*smartphones*, *tablets*, *notebooks*) e distintas plataformas (tais como *internet banking* e *mobile banking*). Já as *fintechs*, empresas que conciliam finanças e tecnologia, fornecem uma série de serviços e produtos financeiros. Assim, as empresas de tecnologia financeira se beneficiam da popularização e da conveniência dos pagamentos móveis visando a ampliação de uma série de serviços, tais como transferências, carteiras digitais, linhas de crédito etc.

Em resumo, o avanço dos pagamentos móveis e o crescimento das *fintechs* condicionam uma série de implicações econômicas e geográficas. Além de induzir a inovação no setor financeira, as *fintechs* implicam em uma nova frente de cooperação e concorrência com os atores financeiros tradicionais, ampliando os investimentos em tecnologia bancária e integração com outras tecnologias fundamentais do período atual, tais como inteligência artificial (IA), *blockchain*, *Big Data*, *Machine Learning* etc.

Objetivamos analisar e compreender o desenvolvimento dos pagamentos móveis no Brasil em conjunto com a evolução das bases tecno-científicas-informacionais que viabilizam estas novas formas de digitalização. Entendemos que para o avanço das discussões é necessário analisar a relação entre os principais agentes do segmento, principalmente as *fintechs*, com importantes grupos bancário-financeiros tradicionais, para que, posteriormente, seja possível aprofundar nossos conhecimentos acerca dos desdobramentos territoriais que se dão a partir da popularização e da maior capilaridade das finanças digitalizadas no território brasileiro. Esperamos, assim, identificar as principais características móveis, que seguem evoluindo em conjunto com a popularização dos telefones celulares e o acesso às redes de internet.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Considerando a importância de diferenciar o método de interpretação do método de pesquisa, conforme Moraes e Costa (1984), julgamos pertinente delinear brevemente estes pontos. O método de interpretação diz respeito ao modo como se interpreta a realidade, logo, trata-se da visão de mundo que orienta e perpassa a pesquisa, já o método de pesquisa define a operacionalização da pesquisa, ou seja, um conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas para o desenvolvimento dos estudos, uma metodologia de pesquisa.

Para o desenvolvimento da dissertação em questão, partimos da noção de que o objeto da geografia é o espaço geográfico. De acordo com Santos (2002a, p. 63) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”, sendo também sinônimo de território usado. Assim, consideramos que o território usado “constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS et al., 2000). Destarte, o território não deve ser entendido como uma entidade pura, não se trata de algo apenas natural, bem como não é somente político, cultura ou econômico, e definitivamente não é homogêneo.

Consideramos que este conceito de território usado (SILVEIRA, 2009; RIBEIRO, 2003; CATAIA, 2011) se apresenta como uma ferramenta analítica de relevo. O conceito nos permite ler a totalidade e se transforma em um privilegiado campo de análise, que revelando a estrutura global da sociedade e as complexidades que norteiam diferentes usos do território. Ao passo que o território usado se apresenta como recurso para os agentes hegemônicos, os agentes hegemonzados, por sua vez, têm o território como abrigo – explicitando a relação dialética e conflitante entre diferentes intencionalidades presentes na sociedade (SANTOS et al., 2000, p. 12).

A noção de território usado se constitui como um conceito central para essa pesquisa, que consiste em analisar a evolução dos pagamentos móveis em conjunto com a base técnica e normativa que viabiliza todo este processo. Na medida em que todos os atores são compreendidos, o território constitui-se como uma totalidade cindida entre dois pontos fundamentais: a configuração do território, por meio das materialidades, e as ações e intencionalidades, presentes de modo imaterial.

Destarte, o espaço geográfico retrata como as ações e os objetos são realidades indissociáveis, logo, em constante busca de um arranjo perfeito entre diferentes ordens sociais. Na perspectiva de Isnard (1978), o espaço pode ser interpretado como uma ordem projetiva, porque representa um produto dos distintos projetos de uma sociedade. Seguindo esta lógica, pode-se dizer que isso reafirmaria a proposição de Silveira (2009, p. 129) em que

O território é uma norma, pois é um princípio ou um molde para as ações presentes, a qual dotada de poder desigual para transformar o que existe ou para concretar o possível, exercita novos usos, isto é, cria mais objetos e mais normas (SILVEIRA, 2009, p. 129).

É a partir dos objetos técnicos e das ações normatizadas que a regulação do território e da economia se tornam cada vez mais imponentes. Afinal, atualmente, o processo produtivo é fragmentado entre diversos pontos ao redor do mundo e exige constante regulação, ainda que à distância, para que o processo se realize de modo dinâmico e eficaz (SANTOS, 2002a, p. 232).

Podemos falar, então, sobre duas lógicas que pautam as dinâmicas dos locais, as externas e as internas. Acerca da primazia das lógicas externas e internas que regem o desenvolvimento dos lugares, Contel (2001, p. 223-224) expõe dois tipos de situações geográficas: a) uma mais horizontal, estreitamente ligada às solidariedades locais e regionais de produção, que permitiram um controle endógeno do desenvolvimento local e; b) outra mais vertical, ligada às influências de agentes externos ao lugar e “portadores de uma racionalidade nem sempre consentânea com a reprodução local da vida”. Ainda segundo o autor, podemos falar então de horizontalidades e verticalidades presentes na composição do lugar.

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o da contra finalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 2002a, p. 286).

Cabe ressaltar que o território é usado por todos os agentes, sendo, portanto, um híbrido que contrasta, de modo ininterrupto e dialético, ações presentes e ações cristalizadas. Nesse sentido, pode-se destacar a idade de rugosidades, ou seja, o trabalho morto que se espacializa de ações anteriores como forma e espaço construído (SANTOS, 2002a). Explicita-se o modo como as materialidades condicionam novas ações, bem

como são por elas sucessivamente ressignificadas e realocadas, contribuindo com este dinamismo no território.

Ademais, entender o papel que o Estado assume nessa questão é um ponto fundamental, afinal, é o Estado aquele que detém os meios de regulação do dinheiro, da política e das leis nos diferentes usos do território (GALLO, 2017, p. 482).

Segundo Milton Santos

O Estado exerce, pois, um papel intermediário entre as forças externas e os espaços chamados a repercutir localmente essas forças externas. O Estado não é, entretanto, um intermediário passivo: ao acolher os feixes de influências externas, ele os deforma, modificando sua importância, sua direção e, mesmo, sua natureza. Isto significa que a reorganização de um subespaço sob a influência de forças externas depende sempre do papel que o Estado exerce (SANTOS, 2002b, p. 226).

Logo, o Estado assume um papel central na definição das formas de atuação dos atores hegemônicos e nas leis e normas que regem o território. Tendo em vista a definição de território já explicitada – como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações –, pode-se dizer que as ações só conseguem se realizar através dos objetos técnicos e das normas, principalmente agora, no qual o ordenamento técnico, jurídico e normativo é cada vez mais complexo. Na perspectiva de Antas Jr. (2003), técnica e norma são categorias centrais na constituição do espaço geográfico, que atribuem operacionalidade à análise dos processos sociais vigentes. Para este autor, regulação do território atualmente vive uma transição para uma divisão entre os poderes: de um lado o poder hegemônico soberano do Estado (sendo este extensivo e monolítico) e de outro o poder segmentado e especializado dos agentes econômicos formados por redes técnicas e organizacionais, denominados como hegemonia corporativa (ANTAS JR, 2003, p. 90).

Outro ponto fundamental para a realização desta pesquisa é o entendimento da globalização atual – enquanto zênite do processo de mundialização do sistema econômico capitalista. Vale sublinhar que a globalização se apresenta como perversidade para a ampla maioria, apesar de ser vendida como fábula, porque aumenta o poder de um seleto grupo ao passo que aprofunda problemas como pobreza e desigualdade social (SANTOS, 2001). Além disso, um dos efeitos da globalização, sobretudo em países do sul global, é o uso cada vez mais fragmentado do território. O impacto das modernizações se dá de forma pontual e é sempre extremamente seletivo em suas formas e efeitos. Por certo, as variáveis da modernização não se dão ao mesmo tempo por todo o território (SANTOS, 2013a).

Ainda acerca do método e do corpo de conceitos utilizados nessa pesquisa, julgamos importante ressaltar e contribuir com a utilização de alguns dos conceitos da obra do geógrafo Milton Santos que dialogam diretamente com a temática do presente trabalho. Entendemos que as pesquisas dentro desse tópico estão em estágio mais avançado na literatura estrangeira de língua inglesa, porém, estes autores, que serão trabalhados em seções posteriores desta dissertação, não se utilizam das valorosas contribuições do geógrafo brasileiro. Assim, discutir este objeto a partir da lente teórica conceitual miltoniana pode contribuir enormemente para os avanços dos debates sobre o tema, tanto na perspectiva nacional quanto na literatura produzida internacionalmente.

Atualmente, existem movimentos que buscam tornar a ciência geográfica um campo de estudos mais plural e inclusivo, valorizando a produção de conhecimentos geográficos presentes em obras de autores e autoras que se encontram fora do Norte Global. Obviamente, a barreira linguística é um ponto que deve ser considerado nessa discussão, já que a produção acadêmica dos países do Sul Global não se dá em literatura anglófona, contudo, não é este o único problema. Durante muito tempo, teorias e corpos conceituais provenientes do Sul Global foram descartados por conta de importações acríticas de modelos e teorias de países do Norte, sobretudo França, Alemanha e Estados Unidos (FERRETTI, 2020).

Redescobrir e jogar luz na produção de autores do Sul Global no campo da produção de conhecimento geográfico é uma necessidade cada vez mais reconhecida e debatida no campo acadêmico. Assim, julgamos pertinente discutir alguns conceitos presentes na obra do geógrafo brasileiro Milton Santos, conceitos estes que nos permitem realizar uma discussão teórica crítica sobre o tema da dissertação em tela.

Dentro deste quadro, concordamos com Melgaço (2017), quando este afirma que Milton Santos é pouco lido e explorado pelos acadêmicos anglófonos. O autor brasileiro, cujo trabalho se destaca pelo robusto debate teórico e de método, segue pouco difundido e citado em livros e artigos de língua inglesa, sendo essa uma fronteira para os debates acerca do método e dos conceitos presentes na obra de Milton Santos. Entendemos que as contribuições teóricas do autor podem ofertar importantes e distintas perspectivas sobre os processos de globalização nas três escalas de análise do território, sobretudo em países periféricos do sistema econômico capitalista.

Por fim, para alcançarmos os objetivos propostos, desenvolvemos a pesquisa a partir das seguintes estratégias metodológicas: revisão crítica da literatura sobre o tema da pesquisa; levantamento e tabulações de dados e construção de tabelas e gráficos

visando evidenciar a discussão desenvolvida ao longo da pesquisa e; análise dos dados a partir do referencial teórico e das leituras específicas sobre o tema proposto.

3 *FINTECHS*: REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O TEMA

Em linhas gerais, o termo *fintech* é um anglicismo e se caracteriza por corresponder à junção das palavras *financial* e *technology*. Se a definição de *fintechs* ainda é pouco consensual, a origem do termo também não é unanimidade. Para Arner, Barberis e Buckley (2016) o termo se originou no início da década de 1990 com as investidas do Citigroup sobre um consórcio de tecnologias de serviço, porém, no início dos anos 1970, Bettinger (1972) usou a palavra *fintech* para se referir aos modelos utilizados pelos bancos e desenvolvidos pelo *Manufacturer Hanover Trust Company's Operations Research Department*. Nas palavras de Bettinger (1972, p. 62) “Fintech é um acrônimo que significa tecnologia financeira, combinando expertise bancária com modernas técnicas de ciência de gestão e informática”². Para este autor, o termo ainda poderia ser dividido em quatro categorias: programas voltados para carteiras de investimentos, análise de crédito, análise de programas bancários em geral e soluções digitais.

Apresentadas as discordâncias iniciais sobre a origem do termo, é possível dizer que, de modo geral, as *fintechs* representam uma clara intersecção entre o mundo financeiro e as novas tecnologias informacionais, assim como demarcam o acirramento dos serviços financeiros impulsionados pela globalização. No cenário nacional, dois segmentos se destacam dentro de todos os serviços compreendidos pelo conceito: as empresas de pagamentos móveis e os bancos digitais, que impactam de diversas formas o sistema financeiro tradicional.

Ainda que as *fintechs* vivenciem um momento de notório crescimento, conforme será apresentado posteriormente, e representem uma profunda ligação entre finanças e tecnologias, tema central nos debates atuais, a definição deste conceito ainda é pouco consensual (SCHUEFFEL, 2016; WÓJCIK, 2020a; CONTEL, 2020a) – e na leitura de Dorfleitner et al. (2016) uma definição única pode ser inalcançável. De certo modo, a falta de consenso se apresenta como um reflexo do pouco tempo de estudo aprofundado – se por um lado a geografia das finanças data dos anos 1990, o momento atual apresenta uma série de importantes novidades, tais como Inteligência Artificial (IA), *Machine Learning* (ML), *Big Data*, *Blockchain* etc³. Mesmo com a efervescência desta área de

² Tradução nossa para “Fintech is an acronym which stand for financial technology, combining bank expertise with modern management science techniques and computer” (BETTINGER, 1972, p. 62).

³ Em resumo, IA refere-se à capacidade da máquina emular habilidades como reconhecimento de padrão, compreensão de linguagem, raciocínio e aprendizagem. *Machine Learning* é uma categoria dentro do grupo da Inteligência Artificial que constrói sistemas por meio de dados, fonecendo assim padrões preditivos. O

pesquisa e com o crescimento vertiginoso das empresas que integram finanças e tecnologias, é mais comum obtermos informações, principalmente quantitativas, através de relatórios técnicos de bancos e/ou associações – além de reportagens e matérias jornalísticas que tratam o tema como a panaceia para problemas como a demanda por inclusão financeira – do que estudos que trabalham o assunto criticamente. Ademais, o discurso apologético presente em muitos relatórios pode representar uma armadilha para aqueles que se debruçam sobre o tema (CONTEL, 2020a).

Seguramente, a natureza híbrida das *fintechs* em conjunto com o amplo escopo, fator novidade e a multiplicidade dos agentes envolvidos (instituições bancárias, agentes financeiros não-bancários, investidores institucionais, empresas de tecnologia, *hubs* de negócios, órgãos reguladores etc.) dificultam os estudos sobre o tema. Contudo, a ampla maioria das propostas de definição das *fintechs* envolvem ideias de inovações tecnológicas como meio difusor para os serviços financeiros. Ainda, cabe ressaltar que as definições propostas na literatura nacional vão ao encontro dos escritos internacionais – sendo a produção em língua inglesa bastante numerosa e diversa, transitando por temas que integram as *fintechs* com outras frentes como a governança algorítmica (ZOOK, BLANKENSHIP, 2018), fabricação de dados em matéria-prima para a extração de valor (SADOWSKI, 2019), inclusão financeira (GABOR, BROOKS, 2016) e economia de plataformas (KENNEY, ZYSMAN, 2020) – apenas para citarmos alguns exemplos.

Diante deste contexto, a seção em tela se dedica, primeiramente, à revisão da literatura acadêmica sobre o tema. Deste modo, algumas obras se destacam em nosso levantamento por diferentes motivos: algumas pelo pioneirismo no tratamento e outras pela centralidade adquirida com o passar dos anos. Ainda, cabe pontuar que importantes trabalhos de levantamento e revisão da literatura produzida sobre *fintechs* foram fundamentais para nortear a presente dissertação, com destaque para Gai, Qiu, Sun (2018), Millian, Spinola, Carvalho (2019) e Sangwan et al., (2019). Ressaltamos que estes trabalhos levam em consideração todas as áreas do conhecimento com produção sobre o tema, não sendo um levantamento estritamente de obras originárias na geografia, e, além de nos debruçarmos sobre obras importantes por diferentes aspectos, pretendemos

Big Data, por sua vez, diz respeito ao amplo volume de dados coletados, armazenados e processados a partir de diferentes fontes (tais como redes sociais, GPS, dispositivos móveis). Por fim, o *Blockchain* é uma tecnologia que possibilita a criação de bancos de dados, que podem ser compartilhados entre blocos interligados e criptografados. Conforme exposto, cada uma das tecnologias apresentadas permite diferentes abordagens e aplicações específicas, mas, de modo geral, trata-se de novas tecnologias e ferramentas amplamente utilizadas pelas *fintechs*.

incorporar trabalhos nacionais acerca das *fintechs*, estes sim produzidos no campo da geografia. Entendemos que a natureza híbrida do tema reforça a necessidade de leituras plurais, sobretudo neste primeiro momento de apresentação e levantamento de obras anteriores.

Gai, Qiu, Sun (2018) apresentam a centralidade adquirida pelo tema nos últimos anos, e a forma como isto se deu tanto para profissionais do ramo financeiro como para os estudos acadêmicos através de diferentes pontos. Por meio de diferentes dimensões os autores mapeiam as principais questões suscitadas pelo tema, concentrando-se nas técnicas, soluções e temas de maior destaque na literatura, sendo elas: segurança e privacidade do segmento, tratamento de dados, aspectos materiais e infraestruturas, aplicações e a diversidade de produtos ofertados pelas *fintechs*. Por fim, um dos destaques apresentados por esta pesquisa diz respeito ao tratamento de dados, “descobrimos que o ponto crítico da FinTech está principalmente relacionado aos dados, desde o uso de mecanismos de troca de dados, com projeto de algoritmos de mineração de dados até o desenvolvimento de métodos de proteção de privacidade financeira” (GAI, QIU, SUN, 2018, p. 10)⁴.

Sangwan et al. (2019), por sua vez, optou por uma abordagem que divide o campo das *fintechs* em três temas. São eles: a) serviços financeiros e inovação; b) regulamentação e; c) tecnologia e legislação. Segundo os autores, se por um lado as *fintechs* possibilitam uma série de benefícios aos consumidores, tais como empréstimos mais acessíveis e maior número de opções dos produtos financeiros, por outro também são responsáveis por ameaças e desafios, representados pela exploração dos dados e problemas regulatórios.

Destarte, Millian, Spinola, Carvalho (2019), respondem questões fundamentais no artigo de revisão da literatura e pautas futuras das pesquisas sobre o tema. Os autores não apenas apresentam uma linha de evolução da literatura acerca das *fintechs*, como também os estudos de maior impacto, as principais referências bibliográficas utilizadas pelos pesquisadores e os principais assuntos tratados dentro do segmento das *fintechs* – tais como *blockchain*, *bitcoin*, *innovation*, *cryptocurrency*, *eletronic money* etc.

Nesse cenário, tendo em vista o levantamento realizado por Millian, Spinola e Carvalho (2019), os primeiros trabalhos de relevo que integram finanças e tecnologias

⁴ Tradução livre para “we found the critical section of FinTech is mostly data-related, from using data trading mechanisms, from designing data mining algorithms to developing financial privacy protection methods” (GAI, QIU, SUN, 2018, p. 10).

informacionais datam, majoritariamente, dos primeiros anos do século XXI – sendo a única exceção o trabalho de Chandavarkar (1980), que aborda as remessas de dinheiro enviadas por trabalhadores migrantes aos seus países de origem⁵. Vale sublinhar que neste primeiro momento, os artigos sobre o tema ainda não se utilizavam do termo *fintech*, utilizando diversas expressões para se referir ao conjunto formado por serviços financeiros e tecnologias informacionais.

Bamford, Dean e McDougall (2000) apresentam mais pontos de intersecção com a temática em tela, pois abordam os impactos iniciais da fundação e das decisões acerca do desempenho de novas *startups* independentes. A partir de um arcabouço teórico-metodológico muito bem fundamentado, os autores demonstram diferentes aspectos de crescimento dos “bancos startups”, que iniciaram suas operações com um capital médio de U\$ 2,3 milhões e em seis anos de operação contabilizaram valores próximos aos U\$ 52 milhões (BAMFORD, DEAN, MCDOUGALL, 2000, p. 273).

De mesmo modo, Davila, Foster e Gupta (2003), em um dos artigos de maior centralidade sobre o tema, tratam sobre a relação entre crescimento de empresas *startups* e financiamento de capital de risco. Compreende-se que ambos os textos delineiam importantes características acerca do investimento em *startups* e *bancos startups*, que no momento de redação dos artigos ainda se encontravam em formas bastante embrionárias, reforçando aspectos de crescimento aos modelos escaláveis.

Tendo isso em vista, é pertinente destacar o trabalho de Berger (2003) ao discutir os efeitos econômicos do progresso tecnológico no setor bancário. Com foco nas inovações de TI, o autor demonstra a queda dos custos, se utilizando de um recorte temporal que abrange o período entre 1984 e 2001, a partir do impulsionamento das negociações eletrônicas, dos instrumentos de securitização e dos modelos de gestão de risco. No mais, o autor ainda destaca a centralidade adquirida tanto pelas tecnologias de *back-office* e *front-office*, dentre elas: o *Internet Banking*, os caixas eletrônicos (ATM's), as novas tecnologias de pagamentos eletrônicos e os cruzamentos de dados e informações

⁵ Entendemos que a preocupação central da obra de Chandavarkar (1980) não é a relação entre finanças e tecnologias, mas sim a relação entre o trabalho dos migrantes e as remessas de dinheiro enviadas ao país de origem. A partir da leitura do artigo, pode-se concluir que as maiores contribuições ao tema que nos interessa nesta dissertação se encontram na parte final do excerto, quando o autor pontua sobre a necessidade de criação de instituições especializadas dentro dos bancos para fornecer serviços de consultoria às famílias dos migrantes, que contam com a falta de recursos financeiros e baixos níveis de instrução nas habilidades gerenciais – além de necessitarem de uma disseminação eficiente das atividades bancárias e do desenvolvimento de tecnologias financeiras que possam mediar este processo.

compartilhadas entre diferentes bancos – que agregou muito aos serviços de empréstimo, por exemplo.

Na esteira do raciocínio apresentado, Preda (2006) busca discutir a evolução da técnica nos mercados financeiros a partir do caso da bolsa de valores. Segundo o autor, a importância da tecnologia nos mercados financeiros é anterior ao uso do computador, e foram fundamentais no registro dos preços e no aumento da qualidade dos dados financeiros.

Posto este breve resgate sobre os trabalhos que foram precursores no tema das *fintechs*, buscaremos apresentar debates mais atuais e próximos ao tema da dissertação em tela. Nota-se que os autores sumariamente apresentados nos parágrafos anteriores - Chandavarkar (1980), Bamford, Dean e McDougall (2000), Davila, Foster e Gupta (2003), Berger (2003) e Preda (2006) – refletem, em maior ou menor grau, a preocupação em entender o amplo leque de relações entre o mundo financeiro e o desenvolvimento tecnológico informacional. Consideramos que esta forma de entendimento mais abrangente é válida para os esforços teóricos de compreensão aqui suscitados, tendo em vista que a bibliografia nacional sobre o tema é pouco numerosa.

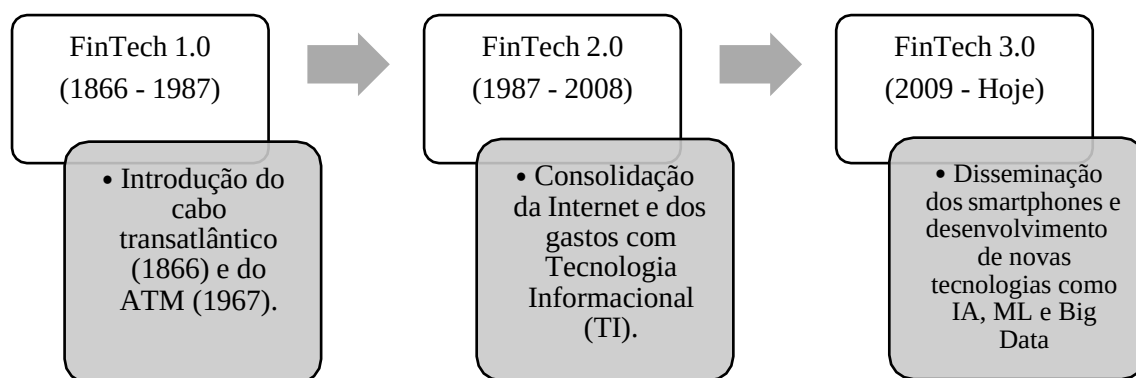
Dando continuidade aos intentos de revisão, agora incorporando obras mais atuais, é importante explicitar que na leitura de Arner, Barberis e Buckley (2016, p. 22) as *fintechs* podem ser definidas como uso de tecnologia para fornecer soluções e recursos financeiros, porém, ao contrário do que se poderia supor, a aproximação entre finanças e tecnologias não é uma exclusividade do momento atual. Na perspectiva destes autores, o termo *fintech* é muito mais abrangente e se refere à integração entre tecnologia e finanças, por isso os autores dividem sua evolução em três fases:

- I) A primeira fase (FinTech 1.0) compreende um período entre 1866-1987, marcado pela transição do analógico para o digital. Segundo os autores, a colocação do cabo transatlântico pela Atlantic Telegraph Company, em 1866, e a introdução do Caixa Automático (ATM) pelo Barclays Bank, no ano de 1967, são marcos das primeiras combinações entre finanças e tecnologias na história – que tem no crash da bolsa de valores norte-americana de 1987 seu momento de ruptura;
- II) A FinTech 2.0, segundo período (entre 1987 e 2008), explicitou novos momentos regulatórios aos riscos financeiros tradicionais. A partir do desenvolvimento dos serviços financeiros digitais e a consolidação da internet, os gastos com Tecnologias Informacionais (TI) se constituíam como cada vez

mais importantes, afinal, o momento trouxe à tona a necessidade de infraestruturas e plataformas digitais seguras.

- III) A terceira fase (FinTech 3.0), que começa em 2009 e chega aos dias atuais, teve a crise financeira de 2008 como catalisadora, pois uma série de fatores como as condições econômicas, demandas políticas, problemas regulatórios e demanda do público incentivaram o surgimento de novos agentes, calcados em uso de tecnologia e inovação nos produtos financeiros, com destaque para as novas tecnologias informacionais como Inteligência Artificial (IA), *Big Data*, *Blockchain* e *Machine Learning* (ML). Ademais, o momento atual é marcado pela disseminação dos *smartphones*, objeto técnico fundamental para o desenvolvimento do segmento, que compreende cinco áreas centrais: finanças e investimentos; operação e gestão de risco; pagamentos e infraestrutura digital; segurança de dados e; interface para clientes.

Figura 1 - Proposta de periodização das fintechs, segundo Arnes, Barberis, Buckley (2016).



Fonte: ARNES, BARBERIS, BUCKLEY, 2016. Elaborado pelo autor.

Ainda, cabe pontuar que os autores diferenciam o modelo de evolução ocidental das *fintechs*, após a crise de 2008 (FinTech 3.0), do modelo de mercados emergentes como Ásia e África (FinTech 3.5). A ideia de FinTech 3.5 se apoia, sobretudo na China, em grandes contingentes populacionais com *smartphones*, mercados financeiros

ineficientes, falta de infraestrutura bancária física, elevado número de população não bancarizada e pouco rigor na proteção de dados (ARNER, BARBERIS, BUCKLEY, 2016).

Schueffel (2016), em um dos trabalhos de maior destaque sobre o tema, apresenta tanto uma revisão da produção acadêmica quanto uma definição própria. Nas palavras do autor: “Fintech é uma nova indústria financeira que aplica tecnologia para melhorar as atividades financeiras” (SCHUEFFEL, 2016, p. 45)⁶. Baseada em semelhanças e sínteses de definições anteriores, a obra em tela fornece uma definição concomitantemente abrangente e sucinta sobre o tema – sem descartar tecnologias como API, *blockchain*, Inteligência Artificial (IA), *Machine Learning* (ML) etc.

Já Dorfleitner et al. (2016), em um estudo sobre a indústria alemã de *fintechs* entre 2007 e 2015, aponta que uma definição geral para *fintech* pode ser impossível, dada a ampla gama de entidades e características associadas ao termo. Deste modo, optam por delinear os diferentes segmentos de atuação em que as *fintechs* podem ser divididas, sendo elas: financiamento, gestão de ativos, transações de pagamentos e outros – que se ramificam para outros subsegmentos (como por exemplo financiamento coletivo, aconselhamento financeiro, *blockchain*, seguros etc.).

Chen (2016), ao mobilizar um estudo sobre o desenvolvimento das *fintechs* na China, conceitua o tema da seguinte maneira: “Fintech refere-se a serviços financeiros inovadores ou produtos entregues por meio da tecnologia” (CHEN, 2016, p. 225)⁷. O autor apresenta aspectos do desenvolvimento na China – pontuando diferenças com a realidade das empresas de tecnologia financeira nos Estados Unidos -, com destaque para a atuação das empresas de pagamento online *AliPay* e *WeChat Pay* e delineamento de dois fatores cruciais, que colocaram o caso chinês em evidência, são eles: a) as diversas lacunas de serviços financeiros apresentada pela China (diferentemente dos Estados Unidos, em que o setor sempre foi muito desenvolvido) e, b) crescimento integrado entre tecnologias e finanças no atendimento às demandas da realidade chinesa.

Retomando os intentos de exposição das definições, Shim e Shin (2016), em outra análise do sistema financeiro da China e o desenvolvimento das tecnologias informacionais a partir da teoria ator-rede, define *fintech* como “um setor de serviços

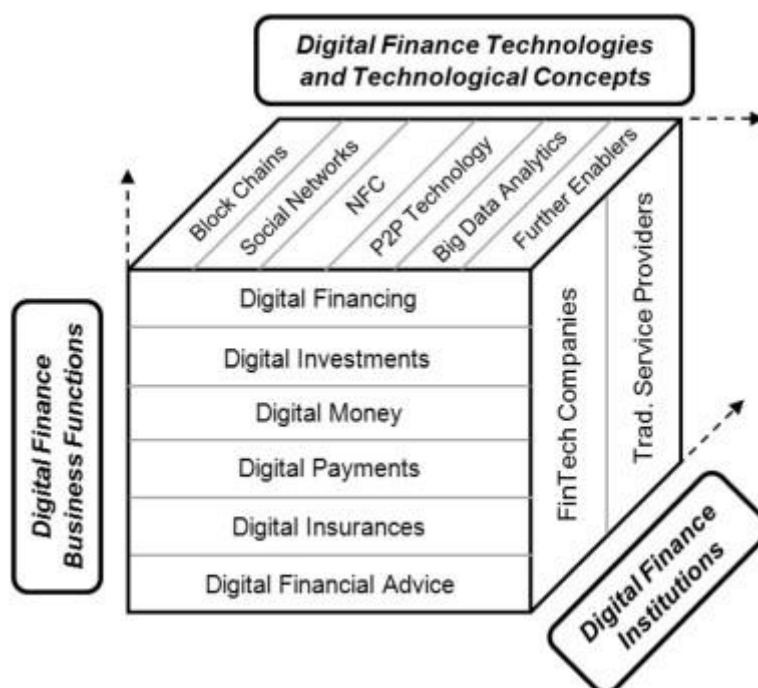
⁶ Tradução nossa para “Fintech is a new financial industry that applies technology to improve financial activities” (SCHUEFFEL, 2016, p. 45).

⁷ Tradução nossa para “Fintech refers to innovative financial services or products delivered via technology” (CHEN, 2016, p. 225).

financeiros emergente que inclui pagamento de terceiros, produtos de seguros, gerenciamento de risco, autenticação e empréstimos ponto a ponto (P2P)” (SHIM, SHIN, 2016, p. 170)⁸. No mais, os autores destacam que, em certa medida, o desenvolvimento da *fintech* se deve ao desenvolvimento de recursos financeiros via dispositivos móveis, serviços de rede social, *big data* e tecnologia em nuvem, fazendo com que os serviços financeiros se expandam para além das fronteiras dos bancos tradicionais.

Outra proposta de definição que deve ser destacada reside na obra de Gomber, Koch e Siering (2017). Ao tratarem sobre finanças digitais e *fintechs*, os autores propõem a ideia de uma definição tridimensional: o *Digital Finance Cube*. Assim, o tripé formado por produtos financeiros digitais, tecnologias e agentes financeiros digitais pode ser apreendido em diversas faces.

Figura 2 - O conceito do *Digital Finance Cube*



Fonte: Gomber, Koch, Siering (2017, p. 542).

Deste modo, a dimensão compreendida pelos produtos financeiros digitais engloba o financiamento digital e o financiamento coletivo, os investimentos digitais

⁸ Tradução livre para “an emerging financial services sector that includes third-party payment, insurance products, risk management, authentication, and peer-to-peer (P2P) lending” (SHIM, SHIN, 2016, p. 170).

(com destaque para as plataformas que fornecem acesso aos mercados financeiros), o dinheiro digital e as criptomoedas, os pagamentos móveis, os seguros digitais e os produtos de aconselhamento financeiro em âmbito virtual. A segunda dimensão proposta pelos autores agrupa as principais tecnologias do segmento, dentre elas: *blockchain*, redes sociais, NFC (*Near Field Communication*), *P2P technology* (em linhas gerais, trata-se da rede ponto a ponto, que não tem um servidor centralizado), *Big Data* e outras tecnologias como IA e ML. Por fim, a terceira frente consiste nos agentes e instituições financeiras digitais, basicamente dividida pelos autores em companhias *fintechs* (compreendendo tanto as empresas de tecnologia quanto as empresas financeiras) e provedores de serviços tradicionais destes produtos (GOMBER, KOCH, SIERING, 2017).

A proposta de Gomber, Koch e Siering (2017) não apenas foi bem recebida pelo meio acadêmico como também encontrou eco na obra de Lai e Samers (2020), quando estes se dedicaram ao tema da geografia econômica das *fintechs*. Lai e Samers (2020) incorporam a ideia de *Fintech Cube* ao trabalho, fazendo poucos acréscimos ao esquema original, somente para inserir mais detalhe no campo das instituições – com foco na atuação de agências tecnológicas, bancos, instituições financeiras não bancárias e empresas de regulação. No mais, além de discutir acerca da definição do termo, interessa aos autores um debate sobre a reconfiguração das redes financeiras e de novos processos de desintermediação e/ou reintermediação a partir da atuação das *fintechs* – tema que pretendemos abordar posteriormente neste trabalho.

Apenas de passagem, vale mencionar que Langley e Leyshon (2020), ao tratarem sobre a plataforma de economia política das *fintechs*, também se interessam pela possibilidade de reintermediação representada pela atuação das empresas de tecnologia financeira. Para além da preocupação dos autores com os impactos da economia de plataforma – anseio apresentado também por Harbely et al. (2019) e Kenney e Zysman (2020) -, os autores explicitam as diferentes práticas de atuação das *fintechs* no Norte e no Sul global, prometendo desintermediação no primeiro e bancarização no segundo - leitura semelhante é apresentada em Wójcik (2020b).

Para Hendrikse, Bassens e Van Meeteren (2018, p. 2), “FinTech denota a transformação digital de serviços financeiros, um processo que tem seus desdobramentos por meio da difusão de aplicações de Tecnologia da Informação e Comunicação na área

das finanças”⁹. Além disso, o trabalho dos autores se destaca por introduzir uma importante discussão que incorpora as principais empresas de tecnologia, GAFAs (Google, Amazon, Facebook e Apple), no contexto das *fintechs* – temática que pretendemos acrescentar ao trabalho posteriormente, sobretudo a partir de perspectivas geográficas acerca das práticas de extrativismo digital (COOKE, 2018; SADOWSKI, 2019; ZUBOFF, 2021).

Ainda, novos aportes teóricos são fornecidos pelos autores ao trabalharem o tripé formado por finanças, tecnologia e Estado. Nesse segundo momento, Hendrikse, Bassens e Van Meeteren (2019) destacam o papel exercido pela cidade de Bruxelas no desenvolvimento de um ecossistema de *fintechs*. Na ótica dos autores, ainda que a capital da Bélgica seja considerada um centro financeiro de segunda linha, ela possui um poder fundamental como centro diplomático-regulatório historicamente neutro, permitindo maior coalescência setorial entre Estado, finanças e tecnologia. Ademais, outro aspecto importante é a presença de importantes empresas de infraestrutura de mercado como Euroclear e SWIFT, que historicamente gerenciam negociações de títulos e comunicações interbancárias em escala global (HENDRIKSE, BASSENS, VAN MEETEREN, 2019, p. 7).

Assim, se autores anteriores periodizaram a evolução das *fintechs*, outros buscaram desenvolver uma definição e uma classificação objetiva do tema a partir de dados de inovação e patentes. Na leitura de Chen, Wu e Yang (2019) – em um apurado trabalho de levantamento dos dados sobre os pedidos de patentes entre 2003 e 2017 e o valor gerado a partir das inovações do segmento -, embora o termo possa ser amplamente definido como toda e qualquer tecnologia que permite e/ou aperfeiçoa serviços financeiros, os autores optam pela ideia de que *fintechs* se caracterizam por um conjunto de tecnologias informacionais cujo desenvolvimento é recente e foram (ou serão) aplicados aos produtos financeiros. Ainda, os autores entendem que o termo compreende sete categorias, são elas: I) cibersegurança; II) pagamentos móveis; III) análise de dados; IV) *blockchain*; V) tecnologias P2P; VI) aconselhamento virtual e; VII) internet das coisas (IoT) (CHEN, WU, YANG, 2019, p. 2066-67).

Bernards (2019), disserta sobre as mudanças no desenvolvimento da governança neoliberal a partir das *fintechs*. Ao lançar perspectivas geográficas sobre o atual momento

⁹ Tradução nossa para o original: “FinTech denotes the digital transformation of financial services, a process unfolding via the diffusion of Information and Communication Technology (ICT) applications in the field of finance” (Hendrikse, Bassens e Van Meeteren (2018, p. 2).

de evolução tecnológica e inclusão financeira, o autor explicita a relação entre as pessoas pobres e o processo de bancarização em países selecionados, incluindo o Brasil. Vale mencionar que para o autor,

A promoção da *fintech* é, concomitantemente, um reconhecimento da vasta gama de atividades necessárias para promover o desenvolvimento de mercado e a duplicação de um conjunto particular de técnicas e práticas regulatórias que têm uma história mais longa” (BERNARDS, 2019, p. 5)¹⁰.

Assim como o autor anterior, Boamah e Murshid (2019) se interessam sobremaneira pelo tema da inclusão financeira por meio de um mercado tecnológico – também a partir de perspectivas geográficas. Com foco no Sul global, buscam discutir aspectos distintos presentes nos discursos de inclusão financeira a partir das empresas *fintech* (com destaque para o *Mobile Money*). Mais do que olhares teóricos, os autores desenvolvem um estudo empírico sobre a inclusão financeira em países do Sul global, tomando o exemplo de Gana e Bangladesh. Mesmo sem apresentar definições sobre o conceito, este trabalho cumpre papel importante, pois se insere como um trabalho de geografia econômica que aponta caminhos empíricos para as pesquisas acadêmicas da área.

Ainda, um autor que tem adquirido centralidade nos debates sobre o tema dentro da geografia é Wójcik (2020a, 2020b). A partir de estudos presentes nos dois relatórios sobre *fintechs* e geografia financeira, o autor abarca importantes e distintas perspectivas das *fintechs*, explorando temas como espacialização das empresas, governança, inclusão financeira, regulação, estabilidade e relação com os centros financeiros. Nas palavras de Wójcik (2020a, p. 568), “Proponho definir FinTech como um conjunto de inovações e um setor econômico que se concentra na aplicação de tecnologias digitais recentemente desenvolvidas para serviços financeiros”¹¹. Ao defender a definição proposta, o autor ressalta que a escolha pelo termo *setor* se dá em virtude do amplo número de empresas que se identificam como *fintechs*, além disso, ao destacar as ideias de *inovação* o autor valoriza a proximidade da filiação entre finanças e tecnologias, além de sublinhar o aspecto recente de coisas como *blockchain*, *big data* e inteligência artificial. No mais, o

¹⁰ No original: “The promotion of fintech is, at once, a recognition of the expanded range of activities needed to promote the development of markets, and a doubling down on a particular set of regulatory techniques and practices that have a longer history” (BERNARDS, 2019, p. 5).

¹¹ Tradução nossa para “I propose to define FinTech as a set of innovations and an economic sector that focus on the application of recently developed digital technologies to financial services” (WÓJCIK, 2020a, p. 568).

autor ainda fornece contribuições interessantes sobre termos muito presentes na grande mídia, como *ecossistema de fintechs* e *ecologia financeira*.

Porém, outros trabalhos, como o de Knight e Wójcik, (2020) vão em sentido oposto: ao invés de apresentarem definições, expõem controvérsias. Deste modo, surgem importantes questionamentos, dentre eles: a) as *fintechs* compreendem qualquer tecnologia financeira ou apenas as novas tecnologias? b) trata-se de tecnologias incrementais ou apenas as disruptivas? c) trata-se de um novo setor ou de uma intersecção entre partes das indústrias de tecnologias e finanças? d) são ferramentas de desintermediação ou reintermediação? e) representam fragmentação e descentralização ou consolidação e centralização? (KNIGHT, WÓJICK, 2020, p.4).

Em artigo sobre o impacto da crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19 nos centros financeiros, Wójcik e Ioannou (2020) expõem uma análise prospectiva que aborda não apenas setores, sistemas e centros financeiros, mas também a relação entre estado, finanças e regulação. Dentro do amplo levantamento realizado pelos autores, um dos impactos da pandemia, que interessa mais especificamente ao trabalho em tela, foi a aceleração das mudanças de comportamento dos consumidores, se por um lado os canais digitais de pagamentos, vendas e transações já vinham apresentando números crescentes, por outro a pandemia desnudou a força dos canais digitais, exigindo infraestruturas virtuais mais seguras e bem consolidadas.

Em outro trabalho com importantes contribuições sobre o tema, Ioannou e Wójcik (2022), dissertam sobre os emergentes impactos das *fintechs* na geografia financeira da América Latina, buscando preencher a lacuna representada pela escassez de pesquisa sobre a atuação das empresas de finanças e tecnologia neste recorte espacial. Com foco nas cidades de São Paulo no Brasil, Buenos Aires na Argentina e Cidade do México, os autores exploram o tema a partir de dados quantitativos e qualitativos, apresentando números de relatórios mundiais e informações primárias levantadas a partir de entrevistas com 34 profissionais das finanças. Nesse quadro, o sistema financeiro tradicional é apresentado como ineficiente, pouco transparente e portador de taxas elevadas, e as *fintechs* seriam uma expectativa de melhorar o acesso ao capital e serviços financeiros, além de incrementar a inclusão financeira, democratizar as finanças e reduzir a desigualdade. Na ótica dos autores, a América Latina ainda representa somente 1% do mercado global de *fintechs*, mas está apresentando altas taxas de crescimento por se tratar de um fenômeno tardio. No mais, é importante destacar a forte tendência de concentração dos sistemas financeiros, até o presente momento as *fintechs* não desmentiram este fato,

mas contribuíram para uma concentração ainda maior dos centros de serviços financeiros (IOANNOU, WÓJCIK, 2022).

4 *FINTECHS* NA LITERATURA NACIONAL

Conforme apresentado, a literatura internacional sobre *fintechs*, com destaque para a produção em língua inglesa, é extensa e diversificada, transitando por diferentes leituras e abordagens dentro do tema. As *fintechs* se constituem em um tema cada vez mais lido e discutido nos últimos anos, e o Brasil não se situa fora desse cenário. Porém, a literatura sobre o tema produzida por geógrafos no país ainda é pouco numerosa. No momento de redação deste trabalho, pode-se destacar as obras de Videira (2020) e Contel (2020a, 2020b) - que abordam o tema em conjunto com preocupações acerca dos bancos digitais, apresentando-se como autores fundamentais e pioneiros.

O artigo de Videira (2020) tem como objetivo compreender as mudanças contemporâneas pelas quais passam as finanças e os diferentes impactos territoriais e socioeconômicos destes processos. Ao entender as *fintechs* como novos atores das finanças no período atual, a autora expõe a seguinte definição

Fintech é um termo criado a partir da fusão das palavras *financiar* (financeiro) e *technology* (tecnologia) e se refere aos serviços financeiros que são possibilitados pela tecnologia, opera com estrutura enxuta, custo de capital baixo e ambiente regulatório pouco definido (VIDEIRA, 2020, p. 268).

Além de estabelecer importantes bases para o avanço dos debates, a autora destaca o duplo papel representado pelas *fintechs*. Afinal, ao mesmo tempo que estas empresas são concorrentes dos bancos tradicionais, também são aliados no processo de expansão e consolidação dos serviços financeiros digitais como um todo. Outro ponto que merece destaque é a baixa clareza regulatória existente no país sobre a atuação destas empresas (VIDEIRA, 2020).

Já Contel (2020a), ao tratar sobre *fintechs* e bancos digitais no Brasil, entende as *fintechs* como típicos agentes econômicos do período técnico-científico-informacional. Ao apresentar um breve levantamento bibliográfico sobre tema, e incorporando o trabalho de Videira (2020) em suas discussões, o autor se utiliza, principalmente, de obras em língua inglesa. Acerca de uma definição de *fintechs*, o autor expõe

Podemos considerar as *fintechs*, numa primeira aproximação, como um novo agente econômico típico do período informacional – ou técnico-científico informacional – em que estamos inseridos. Com a banalização das técnicas da informação – e de todos os objetos e sistemas técnicos que melhor a representam, como a internet, os computadores, *laptops*, *smartphones*, aplicativos etc. – tanto os custos de seu uso diminuem, assim como aumenta a chamada “curva de aprendizagem” da população em relação à sua utilização. Estes

processos conjugados potencializam ainda mais a difusão de atividades econômicas e firmas como são as *fintechs* (CONTEL, 2020a, p. 472).

Na perspectiva do autor, a formação de um ecossistema de *fintechs* no Brasil é uma característica fundamental para a expansão das empresas do setor. Do mesmo modo, outras condições são essenciais para explicar o crescimento vertiginoso do segmento no Brasil, em linhas gerais, são elas: mão de obra jovem, presença de investidores, classe média jovem em crescimento, maior acesso à inovação nos últimos anos e, principalmente, um elevado contingente de pessoas não bancarizadas. Para a resolução deste último ponto, destaca-se a atuação dos bancos digitais (CONTEL, 2020a).

Contel (2021) acrescenta pontos importantes ao debate. Partindo da perspectiva que a financeirização do território se expressa como um “processo concreto de difusão espacial das variáveis financeiras, sejam elas materiais ou imateriais” (CONTEL, 2021, p. 126), o autor ressalta a dependência da economia brasileira para com os cinco grandes bancos comerciais (também chamados de *bancões*¹²). Contudo, conforme demonstra o autor, ainda que os ativos totais dos cinco grandes bancos do país tenham aumentado significativamente e o lucro tenha registrado um crescimento na ordem de 127% entre 2010 e 2019, o número de agências diminuiu nesse mesmo recorte temporal.

Ainda segundo o autor, dois fatores explicam o decréscimo do número de agências bancárias: normativos e técnicos. Os fatores normativos dizem respeito, principalmente, aos novos tipos de fixos bancários incorporados à topologia bancária, sendo eles os correspondentes bancários. Os fatores técnicos, por sua vez, correspondem ao uso e a expansão das técnicas da informação e, consequentemente, o atual processo de digitalização bancária. Ainda, o autor destaca o crescimento de novos modos para as transações bancárias, evidenciando a evolução do *mobile banking* e do *internet banking* a partir do ano de 2015, e a recente evolução das *fintechs* em solo brasileiro (CONTEL, 2021).

Apesar de pouco numerosos, quando comparados ao número de empresas de outros segmentos englobados pelas *fintechs*, os bancos digitais são o subgrupo que mais tem causado impacto no setor financeiro tradicional. No ano de 2020, o Brasil contava com 17 bancos digitais: C6Bank; Banco Original; Neon; Banco BS2; BanQi; Banco Sofisa Direto; AgiBank; Banco Afro; LiftBank; Banco Digital Maré; Banco Digimais, Modalmais; Banco Inter; Banco Next; BTG Pactual Digital; Banco Pan e NuBank

¹² São eles: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander.

(FINTECHLAB, 2020). Grosso modo, estas instituições financeiras se utilizam de plataformas online para atender o público e ofertar serviços financeiros, funcionando sem agências presenciais e com estrutura enxuta, visando reduzir custos operacionais.

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB, 2020, p.1), “os modelos de negócio dessas instituições [bancos digitais] baseiam-se em tecnologias inovadoras [...] e no relacionamento com os clientes por meio de canais eletrônicos, sem necessidade de presença física”. Ainda, é necessário resgatar a ideia de arcabouço regulatório pouco definido para a atuação dos bancos digitais. Curiosamente, do ponto de vista jurídico, a modalidade *banco digital* não é prevista pela regulamentação, logo, todos os bancos do segmento obtêm autorização geral de funcionamento como banco comercial e/ou de investimento e devem se enquadrar nas mesmas normas e regras que todos os bancos.

Na esteira desse raciocínio, discute-se que o complemento *digital* adicionado ao termo *banco* seria uma autodenominação por parte dos próprios agentes. Portanto, trata-se muito mais de uma medida de grau do que de gênero, pois atualmente a ampla maioria dos bancos e instituições bancárias-financeiras apresentam características de inovação e digitalização dos serviços. Esta autodenominação pode ser interpretada como estratégia mercadológica por parte dos agentes supracitados: ao se apresentarem como bancos digitais – e de certo modo criarem uma contraposição com os bancos tradicionais – estes atores se colocam, explícita e implicitamente, como portadores de características que os diferenciam dos demais, tais como digitalização intensiva, desburocratização, contratação simplificada, garantia de facilidades no acesso ao crédito e praticidade em transferências e pagamentos. Contudo, os bancos digitais ainda apresentam dificuldades para ofertar determinados serviços com taxas e custos competitivos, exemplo disso são as taxas cobradas para saque de dinheiro em espécie (BCB, 2020; CONTEL, 2020a).

Ao serem descritos como instituições bancárias portadoras de altos níveis de digitalização e desburocratização financeira, os bancos digitais articulam diferentes formas de viabilidade e convencimento. A primeira delas se refere à viabilidade material e exequibilidade, através da densidade tecnológica e informacional que permite a atuação integrada de *software* (aplicativos e plataformas) e de *hardware* (telefone celular e demais dispositivos) ligados à rede de internet. A segunda diz respeito às formas imateriais de convencimento, representadas, sobremaneira, por termos muito valorizados atualmente, tais como desburocratização, empreendedorismo, inovação e uso disruptivo de tecnologia.

Os modos materiais e imateriais de convencimento pontuados no parágrafo anterior podem ser compreendidos sob a lente da *Tecnosfera* e *Psicosfera* (SANTOS, 2002a) – par de conceitos indissociáveis e fundamentais nesta empreitada. Resumidamente, a *tecnosfera* se instala no território para substituir o meio que preexistia, trabalhando, fundamentalmente, na realização de interesses de agentes hegemônicos, já a *psicosfera* – lócus das ideias, espírito de uma época (KAHIL, 2013) – atua em função de fornecer um sentido razoável às ações pensadas por tais agentes. Deste modo, no *período técnico-científico-informacional* este par de conceitos adquire nova dimensão nos intentos de compreensão analítica, posto que os fixos se apresentam de modo cada vez mais artificiais e os fluxos se dão instantaneamente. Nesse cenário, a tecnologia e as técnicas informacionais não são importantes apenas para a exequibilidade material, mas também para os diferentes discursos de convencimento.

Ao aprofundar a discussão sobre as formas imateriais de convencimento, entendemos que é importante ressaltar o uso dos termos já apontados (desburocratização, empreendedorismo, inovação e uso disruptivo de tecnologia) – típicos do individualismo vigente e das práticas incentivadas pelos sujeitos em uma sociedade neoliberal (DARDOT, LAVAL, 2016) –, mas também o discurso apologético com que o tema é tratado. É muito comum que em matérias jornalísticas (MEIRINHO, 2022; MAGRANI, MARTINS, 2022) e relatórios sobre o tema ocorra uma valorização exacerbada destas instituições, como se fossem capazes de ofertar todos os serviços bancários de forma mais eficiente e com menos custos, e ainda resolver problemas como a bancarização. Contudo, se por um lado a primeira afirmação não é completamente verdadeira, pois já apontamos o problema representado pelo saque de dinheiro em espécie, por outro a segunda também não se confirma completamente pela lacuna geracional na contratação destes bancos, já que a ampla maioria dos clientes são jovens e há pouca penetração do serviço junto ao público idoso.

Por mais que o acesso à internet esteja se democratizando ao longo dos anos e crescendo entre as parcelas de menor renda e menos escolarizadas, o contingente representado pelas pessoas com mais de 60 anos ainda é tido como uma barreira para os avanços das instituições digitais – no Brasil, 81% da população tem acesso à internet, mas apenas metade dos idosos estão conectados à rede (CETIC, 2020). É neste ponto que reside um problema significativo para os planos de crescimento dos bancos em questão: na população entre 16 e 24 anos 51% utilizam os bancos digitais como principal meio

para realização de depósitos e transações, mas na população com 55 anos ou mais o cenário é muito diferente, apenas 10% se utilizam do mesmo serviço (GERBELLI, 2021).

Feita esta leitura sobre os bancos digitais, tema muito presente na obra de Contel (2020a), podemos adentrar em uma questão essencial suscitada por alguns dos autores já tratados: os bancos digitais são agentes disruptivos representantes de desintermediação financeira ou representam um processo de reintermediação?

Os debates acerca da desintermediação e da reintermediação ainda são controversos na leitura sobre o tema. Wójcik (2020b) aposta que os bancos digitais – e as *fintechs* como um todo – representam uma reintermediação, baseado na atuação das plataformas como novas formas de mediação e na capacidade destas de funcionar como recursos para bancarização e inclusão financeira. Na perspectiva do autor, a atuação das *fintechs* não só reforça o poder dos centros financeiros bem estabelecidos como também os aproximam dos grandes polos tecnológicos mundiais.

Langley e Leyshon (2020) pontuam diferenças geográficas no modo como esse processo se manifesta. Os autores partem da premissa de que estas instituições financeiras exercem papéis diferentes no Norte e no Sul Globais. Se no Norte a ideia é transformar o setor bancário, no Sul o princípio é bancarizar e estender as fronteiras do capitalismo financeirizado. Neste quadro, os autores discutem sobre as diferenças, mas refutam o princípio de desintermediação. Na leitura deles, seria o processo de reintermediação se espacializando de modo diferente, dada as características distintas entre Norte e Sul Globais.

Deste modo, a reintermediação financeira pelas instituições supracitadas se dá pela redução dos custos de transação e pela criação de liquidez. O processo em questão compreende simultaneamente rendas diretas e indiretas, a renda direta a partir de taxas e anuidades, e a indireta a partir da mineração de dados do usuário – entendendo a informação como dado, recurso e fonte de valor (LANGLEY, LEYSHON, 2020). Assim, se no Sul Global as empresas que aliam finanças e tecnologias têm a perspectiva de bancarizar a relevante parcela de pessoas não bancarizadas – respondendo aos anseios de inclusão financeira -, no Norte, os bancos digitais e *fintechs* têm conseguido cumprir as promessas de custos reduzidos, facilidades nas transações e demais serviços bancários, deslocando o eixo da discussão para a importância de plataformas digitais seguras, consolidadas e bem regulamentadas.

Por fim, voltando ao tema central da seção, acerca dos debates sobre *fintechs* na literatura acadêmica proposta por geógrafos no Brasil, se insere um trabalho sobre a ação

da empresa Estapar e a expansão dos serviços financeiros e fintechs no país (MANOCCHIO, BARBERIO, GALLO, 2020). Neste trabalho, buscou-se apresentar a atuação da empresa de estacionamentos rotativos, que atua em diferentes municípios por meio de contratos de concessão, e tem seus ganhos potencializados pela difusão das plataformas digitais e do uso de aplicativos de pagamentos, nesse caso em específico voltado aos serviços de zona azul. Entendemos que esta empresa não se enquadra como *fintech* (e tampouco como banco digital), mas tem sua lógica de atuação dinamizada pela evolução dos serviços de pagamentos digitais, se constituindo em um caso que demonstra como o avanço do segmento impacta diferentes agentes (MANOCCHIO, BARBERIO, GALLO, 2020).

Após apresentar esta diversa literatura presente no campo das *fintechs* e ampliar nosso leque de definições, que compreende tanto materiais nacionais quanto internacionais, pretendemos expor uma definição própria. Nossa proposta consiste em definir as *fintechs* como um agente híbrido entre finanças e tecnologias, representantes de um setor dos serviços financeiros que se utilizam de tecnologias que aprofundam a criação, a consolidação e o desenvolvimento de produtos e serviços financeiros em âmbito digital.

Destarte, nossa proposta de definição se baseia em muitas leituras e perspectivas de abordagens sobre o tema. Entendemos que as *fintechs* são um objeto complexo justamente pelo fato de se apresentarem como um híbrido entre finanças e tecnologias, representantes econômicos ideais do *período técnico-científico-informacional* – tal como apontado por Contel (2020a). Além disso, estas empresas representam um setor dos serviços financeiros na medida em que se fazem cada vez mais numerosas e impactam o setor financeiro dos mais diversos modos, conforme colocado por Shim e Shin (2016) e Wójcik (2020a, 2020b). Na esteira do raciocínio apresentado, o entendimento acerca do uso de tecnologia disruptivas é essencial pois são as inovações tecnológicas próprias do período atual – tais como os novíssimos mecanismos de *big data*, *blockchain*, *P2P*, *machine learning*, inteligência artificial, *NFC* etc. – que fundamentam o processo de criação, consolidação e desenvolvimento dos diversos produtos e serviços financeiros oferecidos, como pagamentos móveis, plataformas de gestão financeira, diferentes formas de empréstimos e investimentos, criptomoedas, atuação de empresas de seguros e *funding*, aconselhamento financeiro e negociação de dívidas, empresas de câmbio e a atuação dos bancos digitais, que englobam uma série de funcionalidades. Finalmente, é fundamental entender que todo este processo tem como base plataformas em meio digital,

que permite a redução de custos pela estrutura enxuta e pelas diversas facilidades apresentadas nos canais de comunicação, em que os *smartphones* e demais produtos tecnológicos integrados à rede de internet são imprescindíveis.

Feita a exposição da literatura sobre o tema, com destaque para a evolução da abordagem sobre as *fintechs*, pretendemos explorar a discussão a partir de outros aspectos. Depois da ênfase aos aspectos teóricos, buscaremos apresentar as *fintechs* a partir de dados quantitativos e qualitativos, obtidos, principalmente, através de relatórios de bancos e instituições financeiras.

4.1 FINTECHS: DISTRIBUIÇÃO E DADOS

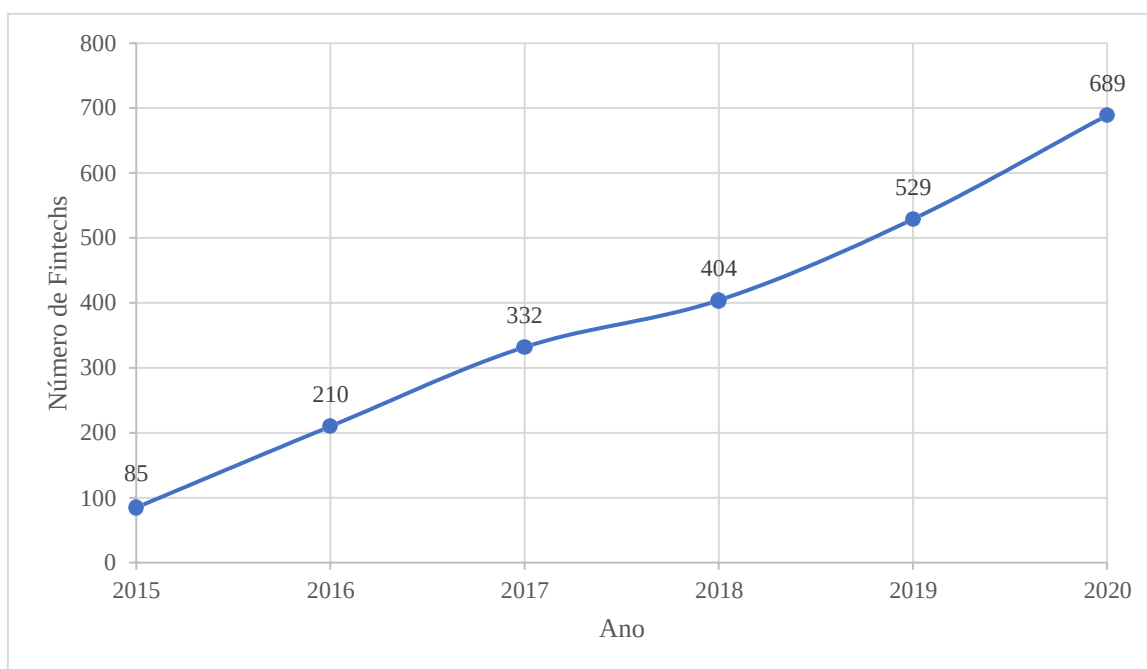
Esta seção tem como objetivo expor dados, qualitativos e quantitativos, sobre as *fintechs*. Para tanto, recorreremos a uma série de relatórios, que nos permitem o levantamento secundário de informações. Ainda, concordamos com Contel (2020a), quando este afirma a armadilha representada por relatórios institucionais em virtude do tom apologético com que o tema é tratado. Por isso, buscaremos não apenas apresentar os dados, mas também questioná-los.

De partida, alguns números nos ajudam a entender o crescimento exponencial que as *fintechs* têm apresentado nos últimos anos. De acordo com o último relatório do Radar FintechLab (2020), o número total de *fintechs* e empresas de eficiência financeira saltou de 604 em 2019 para 771 (deste número, 689 são *fintechs* e 82 são empresas de tecnologia financeira) – número de agosto de 2020, representando um crescimento de aproximadamente 28%. Vale sublinhar que este relatório diferencia *fintechs* e empresas de eficiência financeira: enquanto as primeiras se enquadram como companhias que apresentam novos modelos de negócios em serviços financeiros através da tecnologia, as empresas de eficiência financeira podem ser entendidas como organizações financeiras que atuam por meio de agências de informações com soluções de prevenção à fraude, *analytics*, biometria, *blockchain* e demais tecnologias que dão suporte ao mercado financeiro.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, as 689 *fintechs* registradas em 2020 podiam ser divididas da seguinte forma: a) 190 empresas (28%) se constituíam como pertencentes aos serviços de pagamentos; b) 122 (18%) aos produtos de gestão financeira; c) 114 (17%) se enquadravam no setor de empréstimos; d) 59 empresas (9% do total)

como companhias de investimentos; e) 55 (8%) como empresas de criptomoedas; f) 28 (4%) ofereciam serviços de seguro; g) 26 (4%) trabalhavam com financiamento; h) 22 (3%) eram TechFin¹³; i) 22 (3% do número total) eram empresas que se enquadravam como multisserviços; j) 21 (3%) instituições dedicadas aos processos de negociação de dívidas, k) 17 (3%) instituições nomeadas como bancos digitais, já abordados anteriormente e, por fim; l) 13 (2%) empresas constituintes do segmento de câmbio e remessas (FINTECHLAB, 2020).

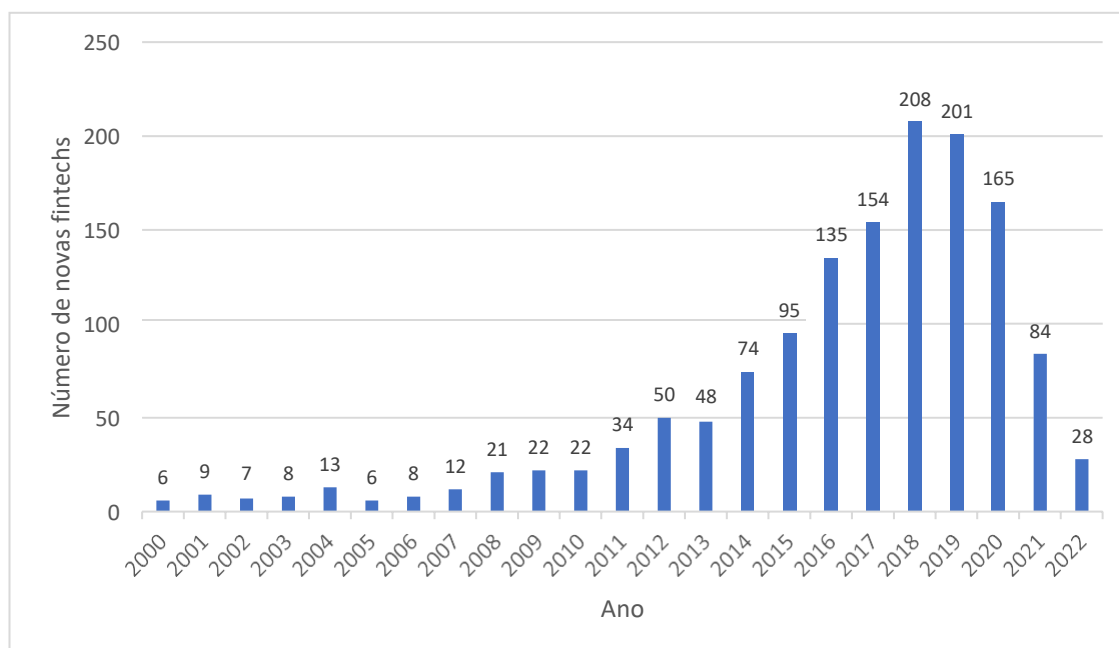
Gráfico 1 - Evolução do número de Fintechs no Brasil de acordo com os relatórios do Radar FintechLab.



Fonte: FINTECHLAB, 2017, 2018, 2019, 2020. Elaborado pelo autor.

Destarte, de acordo com os levantamentos realizados em relatórios do radar Fintechlab de setembro de 2015 a junho de 2020, e conforme explicitado pelo gráfico 1, o número de *fintechs* que atuam no Brasil saltou de 85 para 689. O número de *fintechs* atuantes no país era 85 em setembro de 2015 e alcançou a marca de 131 em abril de 2016, ainda no mesmo ano, mais precisamente no mês de março este número já era 210. No ano de 2017 registrou 244 e 332 empresas, para os meses de fevereiro e novembro, respectivamente. Nos últimos três relatórios realizados pela instituição o número de *fintechs* era de 404 em 2018, 529 para o ano de 2019 e 689 em 2020. Dito isso, podemos apresentar alguns segmentos em específico.

¹³ Techfins são empresas de tecnologia que atuam como criadoras de serviços inovadores e plataformas para empresas do mundo financeiro. Empresas como FitBank e Bankly são exemplos deste segmento, mas não são as únicas já que o termo engloba também gigantes da tecnologia, tais como as empresas chinesas Alibaba e Tencent. Para mais informações sobre o tema ver Arslanian e Fischer (2019).

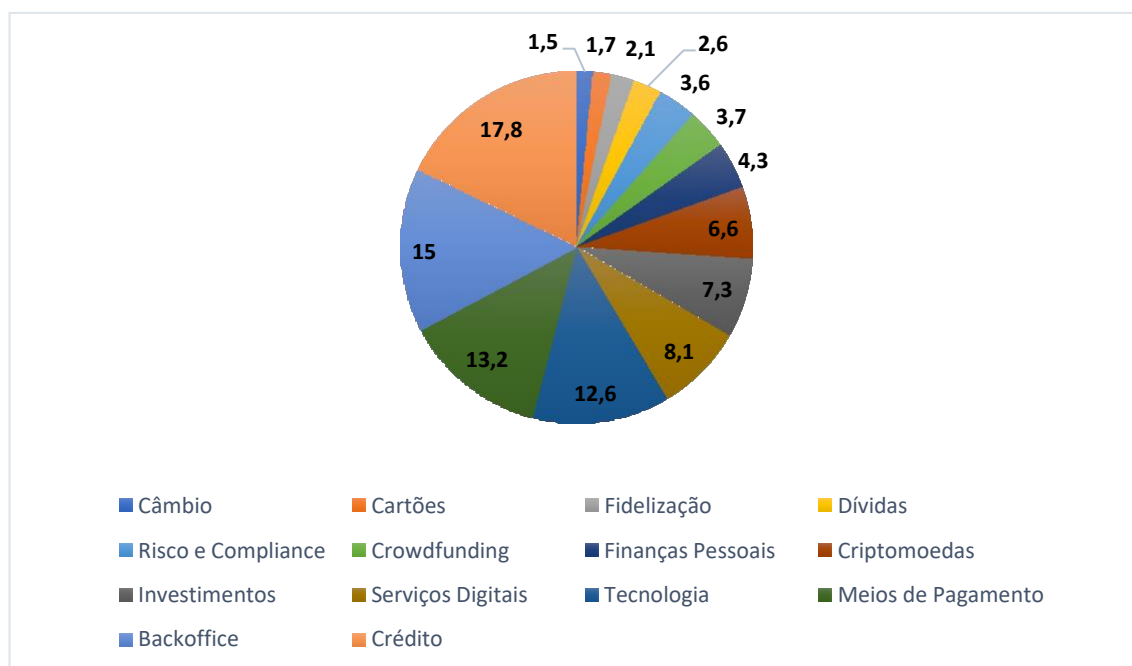
Gráfico 2 - Número de novas *Fintechs* por ano entre 2000 e 2022

Fonte: DISTRITO, 2023

O gráfico 2 ilustra o período de efervescência vivenciado pelas *fintechs* nos últimos anos. O ano de 2018 foi o ápice da criação de novas *fintechs*, registrando 208 novas startups financeiras em um único ano. Ademais, no ano de 2022 o número de *fintechs* inauguradas decaiu abruptamente.

Números atualizados indicam que, atualmente, 1300 *fintechs* atuam no Brasil. Dentro deste grande campo das *fintechs*, cabe ilustrar quais categorias concentram um maior número de empresas.

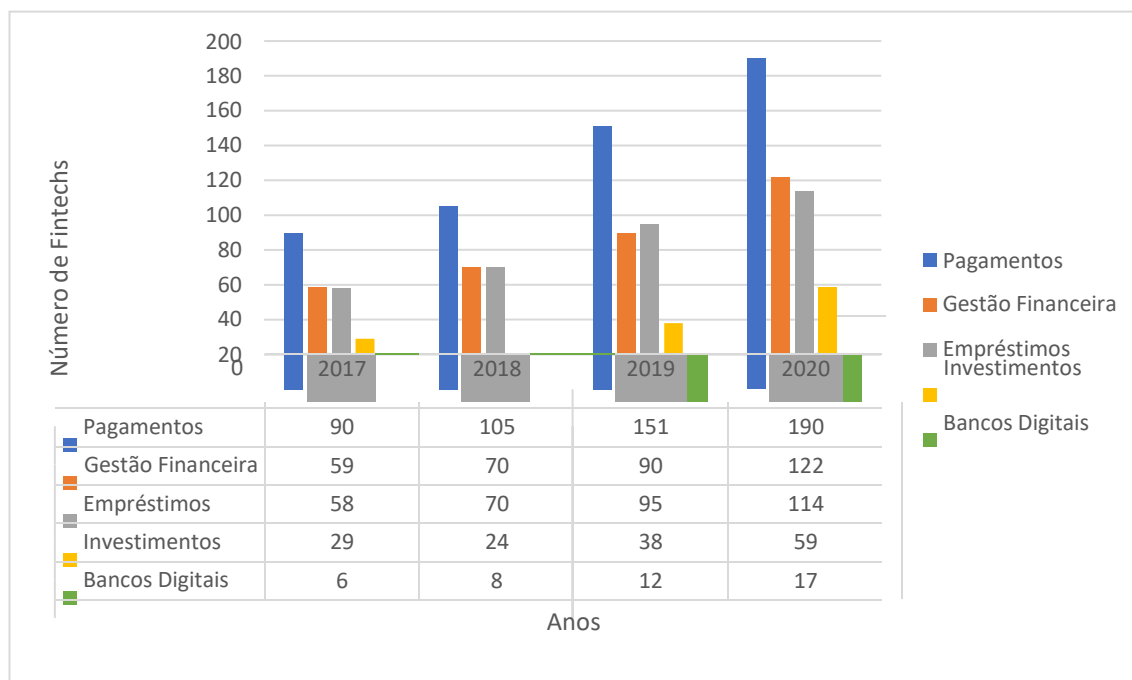
Gráfico 3 -Porcentagem de Fintechs divididas por categorias, 2022



Fonte: Distrito, 2023

De acordo com o terceiro gráfico a categoria que concentra o maior número de *fintechs* é a de crédito, registrando 17,8% do total de startups financeiras para o ano de 2022 (232 empresas). Dentre todas as categorias presentes no gráfico 3, vale destacar também a importância da categoria de meios de pagamento, que registrou 170 empresas em 2022. Destarte, além da categoria *backoffice*, que se dedica ao controle de qualidade e à solução de problemas e falhas internas, as categorias que mais concentram empresas são justamente crédito e meios de pagamento, ilustrando a centralidade das novas formas de pagamento no período atual e o surgimento de novas oportunidades de crédito, outra tendência do momento atual.

Gráfico 4- Número de *Fintechs* de pagamentos, gestão financeira, empréstimos, investimentos e bancos digitais no Brasil de 2017 a 2020.

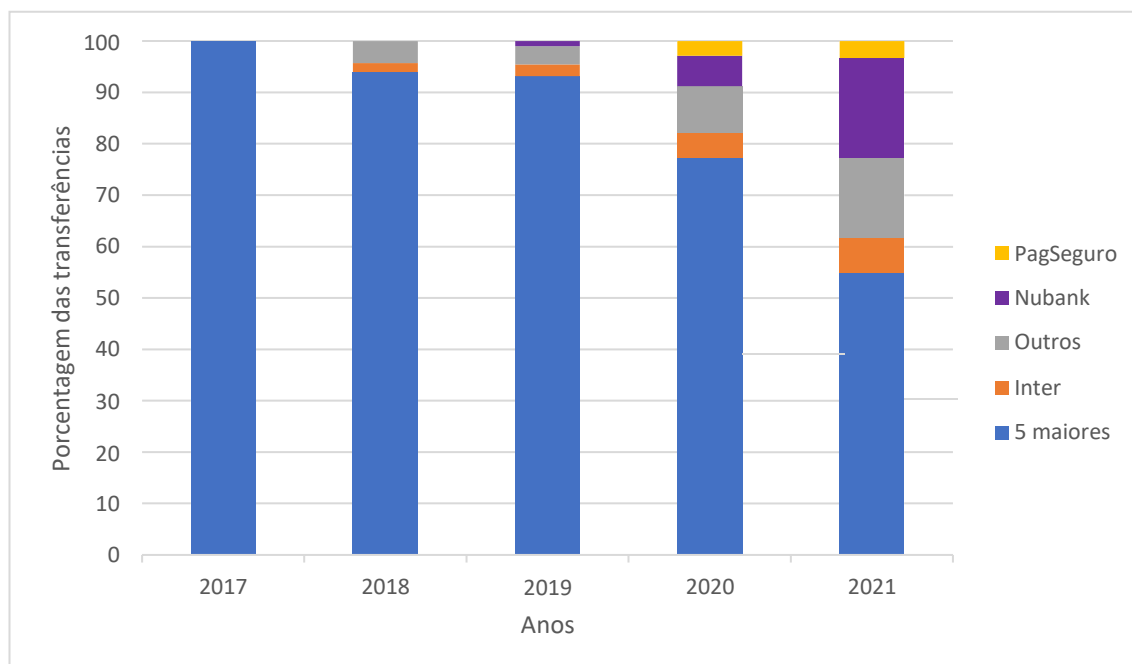


Fonte: FINTECHLAB, 2017, 2018, 2019, 2020. Elaborado pelo Autor.

O gráfico 4 apresenta o número de *fintechs* de pagamentos, gestão financeira, empréstimos, investimentos e bancos digitais entre 2017 e 2020 no Brasil. Neste quadro, são as *fintechs* do setor de pagamentos que se constituem como as mais numerosas, seguidas pelas empresas de gestão financeira e empréstimos, e, por fim, pelas *fintechs* que trabalham com investimentos. Finalmente, incorporamos os bancos digitais ao gráfico 4 para demonstrar a disparidade entre o número destes e as empresas dos principais segmentos de finanças e tecnologias.

Outros relatórios nos ajudam a elucidar o crescimento dos bancos digitais. Um estudo de *Market-share* realizado pela *fintech* de gestão e pagamentos Transfeera, demonstra como os bancos digitais e as *fintechs* têm ocupado relevantes fatias do mercado.

Gráfico 5 - Crescimento percentual de transferências realizadas por bancos no Brasil de 2017 a 2021¹⁴



Fonte: TRANSFEERA, 2021. Elaborado pelo Autor.

Conforme explicitado pelo gráfico 5, os bancos tradicionais (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Itaú, Bradesco e Santander) perderam, aproximadamente, 44% do total de transferências realizadas por bancos no país no ano de 2021. Se no ano de 2017 os chamados “bancões” representavam 100% das transferências realizadas, no último levantamento, em 2021, eles representavam 54,90%. Ainda, destacamos o crescimento apresentado pelo banco digital NuBank, que contabilizou 19,45% do total de transações realizadas no Brasil no ano de 2021.

Deste modo, os dados ilustrados pelo gráfico em questão corroboram com o que foi dito anteriormente: apesar de pouco numerosos, os bancos digitais têm causado muitos impactos no sistema financeiro tradicional. Por certo, a diferença dos 5 maiores bancos, também chamados “bancões”, para os bancos digitais ainda é substancial, porém o crescimento destes é evidente, sobretudo quando analisado pelo recorte temporal de 2017 a 2021.

Dito isso, cabe apresentar qual o papel ocupado pelo Brasil no ecossistema mundial de *fintechs*. Segundo o ranking global de *fintechs* – relatório organizado pela Findexable (2021, p. 21) que leva em conta a quantidade de *fintechs* presente em cada

¹⁴ Os bancos colocados como “5 maiores” na legenda são o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Itaú, Bradesco e Santander, também chamados de “bancões”.

localidade, a qualidade e os impactos das *fintechs* na região, além da infraestrutura tecnológica presente no ecossistema de *fintechs* -, o Brasil ocupa a décima quarta posição e os primeiros dez países são Estados Unidos, Reino Unido, Israel, Singapura, Suíça, Austrália, Suécia, Holanda, Alemanha e Lituânia. De acordo com o relatório, o Brasil é o país latino-americano com melhor posição no ranking – o Uruguai ocupa a décima sétima posição, o México a trigésima segunda, Colômbia quadragésima quinta, Chile quadragésima sétima e a Argentina a quadragésima nona posição.

Ainda, o relatório projeta, a partir das mesmas variáveis, um ranking das principais cidades. Dentre as cidades, São Francisco, nos Estados Unidos, ocupa a primeira posição, seguida por Londres (Inglaterra), Nova York (Estados Unidos) e São Paulo, cidade brasileira que ocupa a quarta posição. A disparidade apresenta no recorte latino-americano é maior no ranking de cidades do que no ranking de países, afinal, São Paulo é seguida por Montevideo (Uruguai), que ocupa a quadragésima quarta posição, Cidade do México (quadragésima oitava no ranking), Bogotá (Colômbia) na septuagésima quarta posição e Buenos Aires (Argentina) na posição septuagésima sexta. Além da cidade de São Paulo, outras cidades brasileiras estão presentes no ranking global, são elas: Belo Horizonte (posição 103), Rio de Janeiro (125), Curitiba (131), Porto Alegre (150), Florianópolis (207) e Brasília (217) (FINDEXABLE, 2021).

5 BREVE RESGATE HISTÓRICO SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

Atualmente, discutir sobre a expansão do sistema financeiro no Brasil, ou em qualquer outro país, significa entender os diferentes mecanismos técnicos e tecnológico que permitem estas novas formas de difusão bancária e financeira. Contudo, visando cumprir os objetivos propostos neste trabalho, julgamos importante entender, mesmo que de modo breve, a história do sistema bancário no país e seus desdobramentos até o presente momento.

Ao tratar sobre os novos modos de pagamento digital e as novíssimas companhias que representam a simbiose entre tecnologias e finanças, é mister entender os quadros anteriores do sistema bancário nacional. Assim, fornecer um panorama histórico do tema supracitado é uma forma válida de consolidar as bases para os avanços das discussões futuras. Destarte, nosso objetivo é apresentar características passadas e presentes, para que assim seja possível construir leituras sobre a difusão espacial das finanças no atual momento – sem nos furtarmos ao intento de delinear visões prospectivas sobre o tema.

Contel (2006), apresentou em sua tese de doutorado um robusto trabalho sobre a topologia bancária no Brasil e a integração entre território e finanças por meio das técnicas e normas, constituindo-se em uma pedra fundamental para o desenvolvimento desta dissertação. De início, é importante pontuar que o sistema bancário brasileiro começa a se desenvolver, ainda de modo incipiente, no início do século XIX. Ao final do século XIX, o sistema bancário nacional era ainda pouco expressivo e tinha como principal característica a ausência de autoridade monetária, com a importante presença de bancos regionais – fatores que explicitam a pouca integração territorial daquele momento. No começo, as únicas formas de crédito existentes eram contábeis¹⁵ (e não bancárias) e as poucas possibilidades de desenvolvimento de uma rede bancária propriamente dita estavam relacionadas aos capitais excedentes gerados através das atividades agrícolas voltadas para o mercado externo (CONTEL, 2006, p. 19).

No ano de 1905, com a primeira reforma bancária nacional, o Banco do Brasil foi refundado. Sendo a única instituição autorizada a emitir moeda no país, a refundação do Banco do Brasil permitiu a superação dos diversos bancos emissores regionais.

¹⁵ Contel (2006) cita duas formas distintas de crédito contábil, a primeira na figura dos comissários do café, no Sudeste, e a segunda no aviamento, presente na região Amazônica. Ambas podem ser entendidas como prova de que na época, apesar de contar com distintas atividades econômicas, o país ainda sentia a ausência do crédito formal.

Implementou-se, assim, a base para sistema bancário nacional moderno e mais unificado (TRINER, 1996).

Nos anos que se sucederam, notou-se a expansão das agências do Banco do Brasil por todo o território. Conforme apresenta Costa Neto (2004), entre 1905 e 1915 o Banco do Brasil contava com apenas 10 agências bancárias, que se limitavam às maiores cidades, mas entre os anos de 1915-1919, o número de agências saltou para 36, se expandindo para cidades importantes do ponto de vista local e regional no interior do país.

Na ótica de Contel (2006), esse período de expansão das agências bancárias, que no ano de 1944 atingiu o número de 663 matrizes de bancos no país, pode ser entendido a partir de distintas possibilidades técnicas e normativas. Por meio de diferentes normas – caso da primeira reforma bancária nacional no ano de 1905 e outros eventos normativos modernizantes -, e o surgimento de novas possibilidades técnicas (ainda que as exigências da época eram muito diferentes das exigências técnicas atuais), nota-se o desenvolvimento de uma nova fase do sistema bancário nacional, notadamente muito mais competitiva que as anteriores (COSTA, 1988).

Seguramente, o desenvolvimento da ferrovia, que se deu primordialmente no

Estado de São Paulo, foi um fator importante para o dinamismo do processo de urbanização. Não é novidade que até o período da segunda grande guerra mundial o território brasileiro apresentava pouca integração territorial e a consolidação de um mercado interno para consumo de bens era fundamental. Dentro deste quadro, com a expansão ferroviária pelo Estado de São Paulo e um processo de urbanização mais dinâmico, o sistema bancário cresceu substancialmente, ainda que de modo desordenado.

Nesse mesmo momento, conforme pontua Contel (2006), nota-se a complexificação do meio técnico que, além de novos conjuntos normativos, conta com o surgimento de novos sistemas energéticos e circuitos industriais. Acerca da expansão dos sistemas de geração e transmissão de energia, vale ressaltar que a consolidação e o

crescimento da base técnica no território é uma condição fundamental para o desenvolvimento das atividades produtivas industriais no país. Ademais, após as duas grandes guerras de escala mundial, o Estado brasileiro passou a ser o principal articulador de políticas de expansão do meio técnico-científico nacional com diferentes conteúdos industriais, caso da Usina de Volta Redonda (no ano de 1946) e da Petrobras (1953), e importantes centros de pesquisa, com a criação do CNPq (em 1951). Nas palavras do autor

Podemos dizer, portanto, que estes novos conteúdos do território [...] é que impulsionarão a formação de um sistema financeiro e bancário nacional mais moderno, capaz de suprir com recursos de médio e – principalmente – de longo prazo, os novos sistemas de ações e objetos que serão acrescentados ao território brasileiro no período (CONTEL, 2006, p. 43).

Ao tratarmos sobre a expansão dos macrossistemas técnicos e sistemas modernos de engenharia é mister citarmos o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Fundado no ano de 1952 como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o BNDES se constitui em um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e, atualmente, consiste em uma ferramenta essencial para o Governo Federal, atuando nas áreas de planejamento, financiamento e investimentos nos mais diversos setores da economia nacional (BNDES, 2022).

A história desse Banco Nacional de Desenvolvimento é extensa e está intimamente ligada ao processo de expansão e consolidação de importantes infraestruturas e objetos técnicos presentes por todo território brasileiro. Argumenta-se, ainda, que a trajetória da instituição supracitada pode ser segmentada em diferentes períodos, dado o enfoque e as preocupações centrais que regiam a atuação do órgão em distintos momentos da história.

Sobre o tema, Farias (2013) propõe uma periodização em quatro etapas fundamentais. A primeira delas, entre 1952 e 1964, pautava-se pela preocupação do Estado com a expansão territorial de infraestruturas direcionadas ao transporte e a geração de energia, com o objetivo de garantir bases para a industrialização do país. No segundo estágio, compreendido entre os anos de 1965 e 1981 (ainda como BNDE), o banco atuou na ampliação dos circuitos produtivos industriais, aproximando ainda mais o país da divisão internacional do trabalho com a chegada de grandes empresas internacionais, além disso, o banco exerceu um papel central no cenário de créditos e financiamentos de longo prazo durante o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), entre 1972-1974 e 1974-1979, respectivamente. O terceiro momento (de 1982 até 1989) é marcado pela mudança do foco da instituição, que redefiniu sua posição na economia brasileira por conta da exaustão da estratégia pautada na política de substituição de importações. Finalmente, no quarto estágio, que se iniciou na década de 1990, destaca-se o papel do banco como parte essencial para o desenvolvimento de políticas de concessão e privatização de infraestruturas por todo o território brasileiro, sendo o Programa Nacional

de Desestatização (também chamado PND) um exemplo deste momento (FARIAS, 2013).

Dentro deste quadro, é essencial apontar que até, praticamente, o meio do século XX o sistema bancário brasileiro ainda era pouco eficiente na tarefa de drenar recursos, acarretando uma extrema dificuldade de oferecer créditos mais robustos aos setores produtivos. Ainda, era notório a ausência daquilo que Contel (2006) chamou de *divisão bancária do trabalho*, ou seja, faltavam bancos de desenvolvimento – visando a correção de problemas históricos do país – e sociedades financeiras. Por conta disso, no de 1945 foi fundada a *Superintendência da Moeda e do Crédito* (SUMOC), que teve como função primordial a centralização e a regulação do sistema bancário brasileiro. De acordo com o mesmo autor, nesse momento da história brasileira houve um expressivo crescimento das agências no país e a SUMOC foi muito importante nos aspectos normativos do sistema bancário e no controle de distribuição dos bancos.

Segundo Kuperman (2008), no início dos anos 1960 quase todos os principais países do mundo já possuíam seus respectivos bancos centrais, e a fundação da SUMOC, que virou Banco Central no ano de 1965, se insere nesse contexto. Nas palavras da autora, “a principal função da Superintendência era formular a política monetária e creditícia, na prática, a base de toda a política econômica do país, e, particularmente, controlar a expansão dos empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado, ao setor público e ao tesouro” (KUPERMAN, 2008, p. 209).

Na leitura de Figueiredo Filho (2005), um fator externo que influenciou na criação da SUMOC, e da política econômica interna como um todo, foi o acordo de Bretton Woods, realizado em julho de 1944. Contudo, ainda que se percebesse o começo de um novo ciclo na relação entre os países e possibilidades de inserção na nova organização financeira internacional (com o surgimento do FMI e do Banco Mundial), não é correto afirmar que o acordo citado foi fundamental para a fundação da Superintendência da Moeda e do Crédito. Nesse sentido, para o economista Octavio de Gouvêa Bulhões (1990), o objetivo central da SUMOC era combinar orientação monetária e fiscal, além de fornecer as bases para a criação de um banco central no futuro próximo (BULHÕES, 1990, p. 54 apud FIGUEIREDO FILHO, 2005, p. 51-52).

Fundada ao final do primeiro momento de Getúlio Vargas na presidência da república, em 02 de fevereiro de 1945, pelo Decreto-Lei nº 7.293, a SUMOC não apenas instituiu a autoridade monetária no país como também surgiu com a missão de preparar a organização de um banco central brasileiro. Na ótica de Bulhões, era mais pertinente

uma superintendência para cumprir estas funções do que recorrer à criação imediata de um banco central, dado o contexto inflacionário da época. Até a reforma do sistema financeiro nacional, em 1964 (quando a instituição supracitada se transforma em Banco Central), a SUMOC atuou de forma fundamental para a economia brasileira, pautando-se majoritariamente na meta de tornar o sistema econômico brasileiro mais estável e estruturado. (BCB, 2022).

Para Contel, a formação do moderno sistema financeiro nacional pode ser entendido como a passagem do fazer automático para o fazer mecânico e pode ser segmentada em quatro partes. A primeira fase, entre 1965 e 1970, constitui-se como a gênese da automação bancária, com a introdução dos cartões e de máquinas de contabilidade. Na segunda fase, entre os anos 1970 até 1976, nota-se a introdução dos computadores no sistema bancário, possibilitando um processamento informatizado nas agências. O terceiro momento, que compreende os anos entre 1976 e 1980, tem como característica principal a descentralização do processamento das informações bancárias - possibilitado pela evolução das bases materiais dos sistemas de telecomunicações. Por fim, a quarta e última fase teve seu início em 1980 e se destaca pelo processamento instantâneo das informações bancárias, com a instantaneidade da circulação das informações a circulação de dinheiro pelo território também se vê dinamizada (CONTEL, 2006).

A criação, em dezembro de 1964, através da lei 4.595/64, do Banco Central (BC) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), provocaram o fortalecimento dos instrumentos de gestão monetária e financeira. O BC, órgão responsável por executar políticas definidas pelo CMN (entidade máxima desse novo sistema financeiro nacional), adquiriu atribuições maiores do que aquelas exercidas pela extinta Superintendência da Moeda e do Crédito (RAPOSO, KASAHARA, 2010).

Assim, o Banco Central do Brasil nasceu com importantes atribuições. Dentre as principais estavam a emissão de moeda e papel moeda, o recebimento de recolhimentos compulsórios e depósitos voluntários de instituições financeiras, a realização de operações de redesconto e empréstimo a instituições financeiras bancárias, o exercício de controle de crédito do sistema bancário, a concessão de autorização às instituições financeiras (para que atuassem no território brasileiro) e a realização, como instrumento de política monetária, de operações de compra e venda de títulos públicos federais (OLIVEIRA, 1979 apud CONTEL, 2006).

Na perspectiva de Contel (2006), o sistema financeiro nacional se consolida apenas em meados da década de 1960. É com a mudança de parâmetros normativos, como a reforma bancária ocorrida com a implementação das leis de reforma bancária (Lei n. 4.595) em 1964 e com a lei do mercado de capitais (Lei n. 4.728) em 1965, e financeiros, implementados sobretudo a partir do ano de 1964, e dado o novo cenário permitido pela presença de materialidades no território brasileiro que um sistema financeiro nacional se efetiva.

Destarte, comprova-se que o papel desempenhado pelas normas e regulações que regem o espaço geográfico tem um peso central para os avanços dessa discussão. Cabe reforçar que a relação entre o território e as normas é dialética, pois ao passo que as normas regulam e condicionam as relações territoriais, também são diretamente influenciadas pelas dinâmicas e por diferentes usos.

Nesse sentido, destaca-se também processo de automação bancária, que segue ainda em constante revolução. Fundamental para os desdobramentos do sistema bancário e do sistema financeiro tal qual como conhecemos atualmente, é a evolução da técnica e das tecnologias quem permitiu, e segue permitindo, a instantaneidade das ações e dos comandos, expandindo não apenas a quantidade e o alcance das atividades financeiras.

Nas décadas de 1960 e 1970 é perceptível o fenômeno de concentração bancária. Se por um lado o número de agentes bancários diminuiu ao longo desses anos, por outro houve um aumento expressivo no que se refere ao número de agências. Pode-se falar, então, de uma concentração das instituições ao mesmo tempo em que ocorre uma dispersão das agências, já que os bancos de escalas locais e regionais são incorporados pelos bancos de escala nacional. Ainda, cabe pontuar que nesse período a cidade de São Paulo se consolida como o principal centro de comando financeiro do país, concentrando as atividades financeiras em solo brasileiro (CORREA, 1989).

Já a partir da década de 1980, sobretudo ao final desta, o território se mostra bastante impactado pela presença e oportunidades decorrentes das novas possibilidades técnicas. Graças à unicidade técnica do período, e à banalização das técnicas informacionais, se fez possível que as finanças atingissem um momento de fluidez e instantaneidade nunca vistos na história.

Dentro deste quadro, para Santos (2002a), o meio técnico-científico-informacional se impõe, sobretudo, a partir da década de 1970 se é distinto de definições anteriores (chamadas de meio natural e meio técnico) pela grande interação entre ciência e técnica, que se realiza sob os desígnios do mercado. Conforme exposto na própria

nomenclatura, a informação é uma variável essencial para a compreensão deste período, que não é somente técnico e científico. Segundo o autor

Podemos falar então de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos que forma o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação (SANTOS, 2002a, p. 239).

A partir disso, o meio técnico-científico-informacional deve ser compreendido como a expressão geográfica do processo de globalização. Apenas décadas após o final da segunda grande guerra mundial, majoritariamente nos anos 1970, que todos os territórios do globo passaram a funcionar com certo grau de unicidade e sob uma única lógica de escala mundial.

Sobre a globalização, ponto mais alto do processo de mundialização do sistema capitalista, pode-se afirmar, com Santos (2001), que existem quatro pontos fundamentais no que diz respeito aos objetivos de sua definição. Primeiramente, destaca-se a unicidade da técnica, evidenciando a relevância das técnicas informacionais, é a partir delas que se faz possível a aceleração dos processos e a simultaneidade das ações ao redor do globo. O segundo ponto é a cognoscibilidade do planeta, que pode ser traduzida como um sabor extensivo e aprofundado de toda a superfície terrestre, cuja função é contribuir com o fornecimento de dados e estatísticas para as mais diversas decisões operacionais, favorecendo o uso cada vez mais pontual e seletivo do espaço. O terceiro aspecto é a convergência dos momentos, que sustenta inúmeras exclusividades e privilégios nos diferentes usos do território. Por fim, a quarta e última característica é a existência do motor único de extração da mais valia universal.

Obviamente, as consequências do processo de globalização são inúmeras e repercutem das mais distintas formas nos territórios. Todavia, aquela que mais nos interessa nesta etapa da dissertação diz respeito ao processo de fluidez e mundialização das finanças, que tem assumido um protagonismo cada vez maior e se constituído em um importante fenômeno para os desdobramentos econômicos, políticos e territoriais.

A partir do final da década de 1980 e ao longo de toda a década de 1990 os pressupostos neoliberais passam a ganhar cada vez mais força no Brasil e nos países latino-americanos como um todo. Tanto a liberalização normativa (também econômica e financeira) quanto os processos de privatizações e estatizações de importantes segmentos

nacionais entram em cena, para que o capital forâneo encontre novos meios de investimentos e fluidez.

Arroyo (2006), explicita como os territórios latino-americanos se encontram cada vez mais porosos para diferentes fluxos de dinheiro e informação estrangeiros

Embora nos dias de hoje cresça o número de atores e de regiões envolvidos nessa dinâmica, o caráter seletivo se mantém, sobretudo, nas possibilidades de usufruir as novas condições de fluidez e porosidade que o meio técnico-científico-informacional oferece. O volume e a variedade de instrumentos e das transações nos mercados financeiros internacionais e a financeirização acelerada dos comportamentos das grandes corporações vieram reforçar a autonomia relativa da esfera financeira (ARROYO, 2006, p. 1).

Ainda segundo a autora, a aparição de novos agentes financeiros é de suma importância para a construção desse cenário. Investidores institucionais (como seguradoras, fundos de pensão e fundos mútuos) e fundos de escalas globais tem atuado como especuladores e sinalizadores de mercado, visando maximizar os rendimentos possíveis. Assim, a desregulamentação dos mercados nacionais surge em diferentes territórios e ritmos, em que a abertura econômica busca retirar as restrições presentes aos movimentos do capital financeiro, portanto, o Estado não está ausente nesse processo, mas sim faz uma escolha, e opta por aprofundar a porosidade de suas fronteiras – logo, estamos falando sobre nova forma de regulação de não de uma “desregulação” pura e simples (ARROYO, 2006).

As finanças desempenham um papel fundamental na economia global no período contemporâneo. Em suma, o termo “financeirização da economia” tem sido utilizado para se referir aos múltiplos impactos das operações financeiras no sistema econômico capitalista. Assim, a lógica financeira, através de mecanismos como capitalização e renda, tem sido predominante perante outros segmentos, como o capitalismo industrial ou comercial, por exemplo.

Diante desse contexto, temos como objetivo discutir sobre o processo de financeirização da economia a partir de uma série de autores de relevo sobre o tema. Entendemos que, para o avanço dos debates propostos, é essencial que exista um entendimento deste processo mais amplo pelo qual passam os serviços e produtos econômicos no capitalismo global contemporâneo.

Em suma, este processo de financeirização da economia surgiu à medida em que a esfera produtiva obteve aumentos circunstanciais de excedente e se viu obrigada a realizar a realocação destes recursos. Para Lapavitsas

A financeirização se apresenta como uma transformação sistêmica de economias capitalistas maduras que compreende três elementos fundamentais: primeiro, as grandes corporações não financeiras reduziram sua dependência de empréstimos bancários e têm capacidade financeira adquirida, em segundo lugar, os bancos expandiram suas atividades de mediação em mercados financeiros, bem como empréstimos às famílias; em terceiro lugar, as famílias tornaram-se cada vez mais envolvidas no domínio financeiro, tanto como devedores quanto como detentores ativos (LAPAVITSAS, 2011, p. 611-612)¹⁶.

A partir de diferentes perspectivas teóricas, como autores marxistas e keynesianos, Lapavitsas (2011) apresenta temas específicos ao conceito de financeirização. De acordo com o autor, o conceito em destaque ainda precisa ser mais claramente definido e substancialmente desenvolvido, mas tem clara importância em sua potencialidade de conectar a crise ocorrida entre os anos de 2007 e 2009 com o crescimento das finanças nas últimas décadas e as implicações sociais que se sucederam.

Na perspectiva do economista brasileiro José Carlos de Souza Braga, a financeirização pode ser compreendida como a expressão geral dos modos de definir, gerir e realizar riquezas no capitalismo contemporâneo (BRAGA, p. 26, 1993). Por financeirização, ou dominância financeira, entende-se o fato de que a grande maioria das corporações (incluindo as indústrias) tem como elemento central o processo de acumulação global da riqueza e suas aplicações financeiras – com destaque para os respectivos departamentos financeiros que acabam por se sobrepor aos departamentos produtivos (BRAGA, 1993).

Para o autor, e levando em conta o momento de produção do material citado, as mudanças financeiras que vinham ocorrendo já demonstravam características de dinâmicas globalizadas. Sendo a dominância financeira a forma, concomitantemente, mais evidente e problemática do capitalismo atual, ela só se faz possível graças à nova macroestrutura financeira de âmbito transnacional, que permitem uma grande fluidez para o mundo financeiro (BRAGA, 1993). Nesse quadro, o processo industrial, e produtivo, é apenas parte de um processo muito mais amplo de gestão e realização da riqueza, em que as finanças, na forma de ativos ganham cada vez mais espaço.

¹⁶ Tradução nossa para “Financialization is posited as a systemic transformation of mature capitalist economies that comprises three fundamental elements: first, large non-financial corporations have reduced their reliance on bank loans and have acquired financial capacities; second, banks have expanded their mediating activities in financial markets as well lending to households; third, households have become increasingly involved in the realm of finance both as debtors and as asset holders” (LAPAVITSAS, p. 611-612, 2011).

Assim, a financeirização se constitui em um regime de acumulação em que a valorização do capital se dá pelos canais financeiros, e não necessariamente pela produção industrial ou comercial – como já explicitado. Aalbers (2008, p. 148) nos alerta que o papel crescente das finanças nas operações capitalistas resulta em uma relação inversa entre o que é produzido e o que é financeiro, variável fundamental para as compreensões das novas tendências no sistema capitalista. Assim sendo, com as constantes desacelerações nas taxas de crescimento e a estagnação da economia, o capitalismo torna-se cada vez mais dependente das finanças para realizar a expansão dos ganhos. Ainda segundo o autor, o processo de acumulação torna-se cada vez mais financeirizado, porém, este fato não beneficia necessariamente a economia real, mas sim os investidores institucionais presentes nos mercados financeiros ao redor de todo o globo.

Na perspectiva de Chesnais (2000), hoje o mercado nada mais é do que uma concentração de capitais e financeiros, cujo poder é sempre crescente pois são privilegiados pela capacidade de atuar em escala mundial. Em resumo, o alcance e a extensão possibilitados pela globalização tornaram as finanças cada vez mais autônomas e universais. Os investidores institucionais – tais como sociedades financeiras, *mutual funds*, fundos de pensão e companhias de securitização – tem um papel central em todos esses desdobramentos, afinal de contas, são estes os principais beneficiados por essa nova configuração do sistema econômico capitalista. Nas palavras do autor

Corretamente designado pelo nome de “investidores institucionais” esses organismos (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimento) fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão (CHESNAIS, 2005, p. 36).

Na perspectiva de Osorio (2019, p. 201), a mundialização do capital financeiro reproduz contradições tanto no campo político quanto no campo econômico. Se por um lado a expansão de capital se vê limitada em certos momentos, por conta da fixação de fronteiras definidas pelo Estado-Nação, por outro necessita da atuação deste mesmo Estado-Nação para se apoiar e seguir avançando de modo a ganhar ainda mais áreas de atuação.

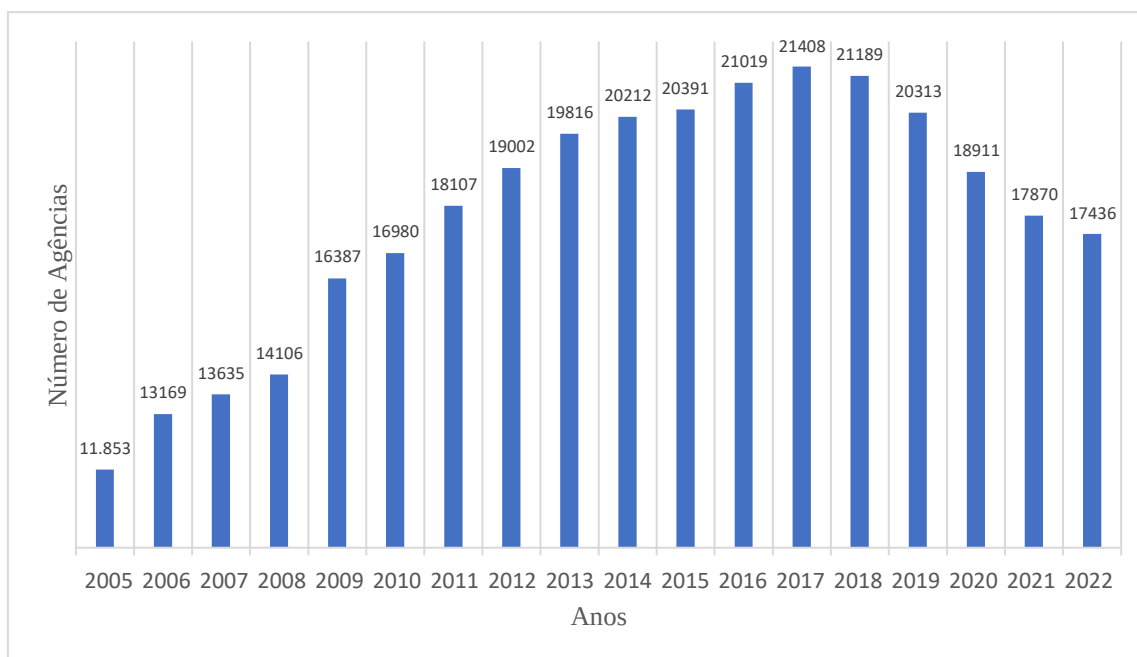
Retomando a discussão central do capítulo, acerca do sistema financeiro nacional, é importante sublinhar não apenas a evolução da rede bancária no Brasil, mas também o atual processo de digitalização bancária e o decréscimo do número total de agências

físicas nos últimos anos. Seguramente, este fato é consequência da incorporação de novos meios de contato entre bancos e pessoas bancarizadas e, conseqüentemente, adição de novos agentes nesse cenário (FREITAS, 2018).

Conforme já mencionado, esta diminuição do número de agências pode ser explicada por fatores técnicos e normativos. Normativos pela criação de novos fixos bancários, como os postos de atendimentos e correspondentes bancários, e técnicos por conta da expansão das técnicas da informação e o vigente processo de digitalização bancária (CONTEL, 2021). Neste trabalho priorizamos o enfoque aos fatores técnicos desse processo, ainda que sempre retomando e expondo os principais aspectos normativos que perpassam o tema.

Segundo o Banco Central do Brasil (2023), o número de agências bancárias atingiu seu ápice no ano de 2017, totalizando 21.408 agências distribuídas por todo país. Desde então, de 2017 até o presente momento, o número de agências bancárias está diminuindo, apresentando uma clara tendência decrescente – muito evidente após a pandemia de COVID-19.

Gráfico 6 - Número de agências bancárias no Brasil entre 2005 e 2020



Fonte: Banco Central do Brasil, 2023.

De acordo com o gráfico 6, que representa o número de agências bancárias no país no recorte temporal de 17 anos entre 2005 e 2022, o número agências teve seu ápice no ano de 2017, contabilizando 21.408 agências, e desde então segue uma tendência de involução. Entre 2005 e 2017 a curva de crescimento do número de agências foi positiva,

saltando de 11.853 agências em 2005 para 21.408 em 2017, ou seja, o número de agências mais que dobrou nesse intervalo de 12 anos. Ademais, entre 2008 e 2009 o número apresentou uma elevação bastante significativa, afinal, 2.281 agências bancárias foram abertas em um intervalo de um ano.

Ainda segundo o gráfico, a partir de 2017 o número de agências iniciou uma trajetória descendente. Além da trajetória natural do processo de digitalização bancária já em curso, a pandemia de COVID-19 impactou diretamente nesse cenário, fazendo com que os bancos investissem ainda mais em tecnologia bancária e os clientes se adaptassem ao novo cenário de relação entre banco e pessoas bancarizadas imposto pela pandemia. No recorte de 5 anos, entre 2017 e 2022, este número diminuiu em quase 4 mil agências bancárias (3.972 agências), ou seja, nota-se uma vigente e significativa tendência de diminuição das agências bancárias no Brasil.

De acordo com Andres (2022, p. 21), ao analisar apenas a quantidade de agências bancárias dos cinco maiores bancos do país (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander) a retração é evidente. Se em 2016 este número alcançou seu auge histórico com 20.278 agências, em dezembro de 2020 o número de agências bancárias dos cinco maiores bancos era de 16.730. Registrando assim uma queda de 3.548 agências em quatro anos.

Ao analisar esta mesma temática sobre o prisma espacial, Andres (2022, p. 22) contribui com informações acerca dos números de municípios com agência e sem agência bancária entre 2012 e 2020. Em resumo, o número de municípios com agência alcançou seu recorde histórico em 2012, registrando 3.668 municípios, e desde então começou a apresentar uma tendência decrescente, registrando 3.599 municípios em 2015, 3.582 em 2016, no ano de 2017 o número foi de 3.406, 3.365 no ano de 2018, 3.257 em 2019 e, por fim, em 2020 registrou-se o número de 3.244 municípios com agência no país. Portanto, se em 2012 apenas 34% dos municípios brasileiros não contavam com agências bancárias, oito anos depois, no final de 2020, 42% dos municípios brasileiros se encontram nessa mesma situação.

Dentro deste quadro, enquanto o número de agências diminuiu, o número de Postos de Atendimento (PA) aumentou. Em março de 2015 os Postos de Atendimento somavam 10.474 e atualmente existem 11.858 PA (números de março de 2023). De certo modo, este avanço dos Postos de Atendimento, que vai de encontro com a tendência das agências, pode ser entendido pois se trata de uma estrutura mais simples e subordinada,

que não contam com uma série de operações, tais como serviços de câmbio, tesouraria etc. (CAMPOS, 2022).

Destarte, os números apresentados corroboram com a importância dos canais digitais de serviços bancários nos últimos anos. Sem adentrar em discussões mais complexas e que não estão no escopo deste trabalho como é o caso da topologia bancária e das disparidades regionais no país, pode-se dizer os crescimentos dos canais digitais de serviços e produtos bancários estão refletindo diretamente no número de agências físicas no Brasil.

Conforme explicitado em seções anteriores, sobretudo na seção *Fintechs: Distribuição e dados* (2.4.1), o crescimento do número de *fintechs* e bancos digitais têm atraído e fidelizado um número considerável e pessoas bancarizadas, que encontraram nos meios digitais de comunicação e serviços bancários uma série de facilidades e benesses, fazendo com que a necessidade de se dirigir a uma agência bancária presencial em horário comercial fosse reduzida drasticamente.

É cabível, ainda, apresentar e discutir perspectivas acerca da inclusão financeira no Brasil. Um ponto de destaque nos discursos acerca das *fintechs* e que perpassa toda a ideia de digitalização bancária é a de inclusão financeira via aplicativos e *internet banking*. Contudo, ainda que este discurso seja bastante ressaltado em relatórios e nos mais distintos meios de comunicação, muitas vezes apologéticos ao tema, não podemos aceitar esta afirmação como verdade absoluta.

6 O PAGSEGURO NO CENÁRIO DE DIGITALIZAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

O PagSeguro (PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.) é um conglomerado nacional que atua em duas frentes principais, como meio de pagamento eletrônico e como instituição bancária. Fundado em 5 de setembro de 2006 pelo Grupo UOL (empresa brasileira de tecnologia, conteúdo, serviços e meios de pagamentos), o PagSeguro possui campos de atuação que se diversificam entre o digital e o físico, permitindo pagamentos e transações bancárias através de máquinas de cartão (chamadas comercialmente de *moderninha*) e bancos digitais, como é o caso do BancoSeguro. Ademais, a entidade atua como instituidor de arranjo de pagamentos, como instituição de pagamento nas modalidades de credenciador e como emissor de moeda eletrônica.

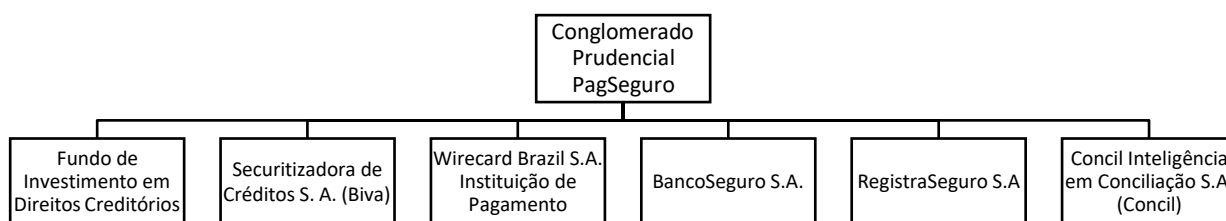
O PagSeguro define-se como um arranjo de pagamento fechado e uma instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamentos pós-pagos além de desempenhar atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento e participação em outras sociedades (PAGSEGURO, 2022)

De início, é importante sublinhar que o PagSeguro Internet S.A. é a instituição líder do *Conglomerado Prudencial PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.* Autorizada a atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora de acordo com as normas do Banco Central do Brasil em outubro de 2018, o conglomerado vem ampliando seu leque de atuação por meio de empresas subsidiárias. As demais empresas do conglomerado são o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – PagSeguro (FIDC), a Securitizadora de Créditos S. A. (Biva), o Wirecard Brazil S.A. Instituição de Pagamento (antigo MOIP) e o BancoSeguro S.A. (BancoSeguro). Ainda, no ano de 2021 o conglomerado passou por uma reestruturação e adicionou duas outras subsidiárias: a RegistraSeguro S.A. (RegistraSeguro) e o Concil Inteligência em Conciliação S.A. (Concil).

Diante desse contexto, é oportuno adentrar, ainda que de forma breve, nas funções e especificidades de cada das empresas citadas no parágrafo anterior. Em resumo, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – PagSeguro é uma modalidade de fundo de investimento, no qual a característica central é a aquisição de direitos creditórios. O

crescimento dos fundos de investimento é uma expressão já conhecida das finanças no período contemporâneo e para o PagSeguro, especificamente, trata-se de uma forma de financiamento vantajosa para suas operações.

Figura 3 - Organograma do Conglomerado Prudencial PagSeguro



Fonte: PAGSEGURO, 2023. Elaborado pelo autor.

A BIVA, por sua vez, foi fundada em maio de 2015 e teve 50,5% de seus direitos adquiridos pelo PagSeguro no ano de 2017 por 11 milhões de reais. Direcionada à concessão de crédito para pequenos empresários, a securitizadora é um exemplo do crescimento vertiginoso das *fintechs* no cenário nacional ao longo dos últimos anos. Atualmente, a empresa atua de forma online no sistema ponto a ponto (P2P) (VIANA, 2022).

Acerca do Wirecard Brazil S.A. Instituição de Pagamentos (antigo MOIP), trata-se de uma ferramenta de solução de pagamentos online completa que abrange as principais bandeiras do mercado nacional. Pertencente ao PagBank, o Wirecard permite que lojas, sejam elas físicas ou online, e profissionais liberais tenham ferramentas seguras e práticas de recebimento. Fundada em 2008 com a sigla de MOIP (*Money over IP*), a empresa sofreu uma série de transformações - ocasionando na compra da empresa por um grupo alemão e mudança de nome para Wirecard - e no ano de 2020 foi comprada pela companhia PagSeguro.

Visando ampliar o portfólio de produtos, o grupo PagSeguro adquiriu a operação brasileira da Wirecard com o intuito de expandir as opções de pagamento. Ao adicionar

este volume da nova empresa, que estava em colapso por uma série de fraudes fiscais e administrativas (FURLAN, 2020), ampliou seus canais de atendimento e ofertas de produto, sobretudo nos meios digitais, para pequenas e médias empresas.

Ainda, cabe falar sobre o BancoSeguro. Trata-se de uma instituição financeira voltada para viabilização de concessão de crédito, investimento e demais produtos e serviços financeiros. Criado em 2008 pelo Grupo Sadia, adquirido pelo Grupo Rendimento em 2011, e renomeado para Banco Brasileiro de Negócios (BBN), foi adicionado ao conglomerado financeiro PagSeguro no ano de 2019 e rebatizado para BancoSeguro.

É importante destacar as subsidiárias RegistraSeguro e Concil. A RegistraSeguro, iniciada em outubro de 2019, objetiva desenvolver softwares relacionados ao mercado financeiro e o Concil, adquirido em agosto de 2021 pelo PagSeguro, tem como objetivo central a prestação de serviços de manutenção e processamento de dados, hospedagem de internet e suporte.

Com o objetivo de esclarecer um ponto de frequente confusão, é relevante apresentar o que é o PagBank. Conforme exposto anteriormente, o PagSeguro é uma ferramenta de pagamentos online e trabalha com soluções para empresas e profissionais liberais receberem por suas vendas através de diversas funcionalidades. Diante desse contexto, o PagBank nada mais é do que a nomenclatura dada à conta digital do PagSeguro, que permite aos usuários fazer inúmeras operações financeiras (como pagamentos e transferências, por exemplo).

Nesse sentido, o PagBank se coloca no portfólio do conglomerado PagSeguro como uma conta digital, focalizando aspectos como desburocratização e praticidade. A conta digital oferece aos clientes serviços como cartão internacional, saque em caixas eletrônicos do Banco24Horas, pagamento de contas e boletos, recarga de celular, depósito por boleto, transferência bancária (TED) e Pix.

Exposto o presente cenário, destaca-se como o conglomerado PagSeguro direcionou seus esforços e investimentos no sentido de consolidar sua atuação de duas formas centrais: serviços financeiros e meio de pagamentos. Através de suas subsidiárias, a companhia conseguiu ampliar seu leque de atuação no cenário brasileiro, oferecendo não apenas maquininhas de cartão e meios de pagamento digital para pessoas físicas e jurídicas, mas também ofertando cartões (nacionais e internacionais), linhas de crédito, seguros e meios de investimento.

Tabela 1 – Demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial PagSeguro
entre junho de 2020 e junho de 2023

	Jun/23	Dez/22	Jun/22	Dez/21	Jun/21	Dez/20	Jun/20
Clientes ativos (em milhões)	-	7	7,5	7,7	7,6	7	5,8
Valor financeiro transacionado (em bilhões de reais)	180,7	347	326,9	456,1	183,4	0,161	0,61
Lucro líquido (em bilhões de reais)	0,729	1,434	0,689	1,184	0,542	1,291	0,649
Receita de prestação de serviços (em bilhões de reais)	7,86	15,975	7,68	10,41	4,42	6,73	2,85
Despesas operacionais (em bilhões de reais)	3,845	8,047	4,09	5,47	2,23	2,86	1,75
Despesas administrativas (em bilhões de reais)	1,333	0,267	1,23	2,2	1,01	-	-
Ativos do conglomerado (em bilhões de reais)	43,192	46,04	39,13	30,88	24,51	22,74	16,54
Patrimônio líquido (em bilhões de reais)	11,276	10,73	9,98	9,68	9,39	8,85	8,19
Investimento em tecnologia (em bilhões de reais)	0,5	1	0,46	0,78	0,31	0,51	0,21

Fonte: Relatórios de Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial PagSeguro.
Elaborado pelo autor.

De acordo com as informações contidas na tabela 1, as demonstrações financeiras do conglomerado prudencial PagSeguro de anos recentes apresentam números de relevo para o tema em tela. A companhia iniciou o ano de 2023 com 7 milhões de clientes ativos, contudo, o pico de clientes do PagSeguro foi registrado em dezembro de 2021 (com a marca de 7,7 milhões de clientes ativos). Nota-se que nos anos de 2020 e 2021 a empresa

presenciou um crescimento vertiginoso, saltando de 5,8 milhões de cliente ativos em junho de 2020 para 7 milhões em dezembro do mesmo ano, no ano seguinte, 2021, o PagSeguro marcou 7,6 milhões de clientes no mês de junho e 7,7 milhões em dezembro, conforme já exposto.

Assim, o maior índice de crescimento do conglomerado se deu concomitantemente ao período mais crítico da pandemia de COVID-19 no Brasil, no ano de 2020. Entende-se que este crescimento foi um reflexo das condições sanitárias e diretrizes de distanciamento social, mas também foi reflexo da aceleração dos investimentos em tecnologia bancária. O avanço das plataformas, aplicativos e demais ferramentas de digitalização bancária já estava em curso, mas este fenômeno foi muito impulsionado pelas necessidades do período, que exigiu uma rápida adaptação dos agentes financeiros.

Outro ponto de destaque das informações contidas na tabela é o valor transacionado no período de recorte. Essa variável reforça a análise apresentada em parágrafos anteriores, afinal, o maior valor financeiro transacionado pelo conglomerado prudencial em destaque foi registrado em dezembro de 2021. Pode-se afirmar, então, que a crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19 impactou diretamente os serviços financeiros digitais, fazendo com que o conglomerado PagSeguro atingisse a marca de R\$ 456 bilhões transacionados no ano de 2021.

Destarte, o mesmo princípio se aplica a maioria dos itens expostos na tabela. Os relatórios de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. de junho de 2020 até junho de 2023 revelam que o número de clientes ativos, o valor financeiro transacionado, o lucro líquido, as despesas operacionais e as despesas administrativas são variáveis que atingiram suas respectivas marcas históricas no mês de dezembro de 2021.

A leitura que pode ser feita a partir das informações contidas na tabela residem no fato de que ao passo que a pandemia ocasionou um crescimento vertiginoso do conglomerado, atingindo os números mais altos de clientes, valores transacionados e lucros líquidos, por exemplo, foi seguida por uma leve queda nos semestres subsequentes, fato que reforça uma tendência de estabilização. A empresa aqui destacada ilustra tendências gerais de crescimento e estabilização dos serviços financeiros digitais.

Ainda, cabe mencionar que os ativos do conglomerado, o patrimônio líquido e os investimentos em tecnologia são os itens da tabela que ultrapassaram a marca registrada em dezembro de 2021 nos semestres subsequentes, ou seja, seguem em uma curva

crescente. Obviamente, os investimentos em tecnologia devem seguir crescendo, afinal, os trimestres anteriores impulsionaram os serviços financeiros em âmbito digital, bem como demonstraram a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura digital para estes serviços e produtos, que conta com uma demanda crescente.

De acordo com o conglomerado, os resultados positivos e os números crescentes apresentado nos sucessivos relatórios deve-se, principalmente, ao representativo número de clientes ativos e o volume total transacionado através da companhia. Outro ponto de suma importância, e destacado pelo conglomerado, é linha estratégica seguida, visando uma penetração no mercado de clientes desbancarizados - pessoas que não possuem conta bancária (PAGSEGURO, 2023).

A partir do que foi exposto nos parágrafos anteriores, evidencia-se que o conglomerado prudencial PagSeguro, bem como as demais empresas do setor, atingem tais níveis de expansão apenas ancoradas nas tecnologias da informação e da comunicação. Dado o nível vigente de informatização do território, os produtos e serviços financeiros se digitalizam e alcançam cada vez mais pessoas, que necessitam apenas de um telefone celular para se conectarem com as empresas.

Para Contel (2020b), a expansão dos serviços e produtos financeiros aqui trabalhados, dos pagamentos móveis e das *fintechs* de modo geral, seguem uma lógica muito mais ampla, que extrapola os limites e barreiras da escala nacional. Processos como estes se dão através da interação entre processos internos, ou seja, questão relacionadas às necessidades e demandas do setor bancário e financeiro nacional, e dinâmicas gerais do modo de produção capitalista internacional e, portanto, externas.

Conforme exposto em capítulos anteriores, destaca-se atualmente o poder e a importância das finanças, fato que denota a chamada “financeirização”. Assim, as finanças se fazem cada vez mais presentes na vida cotidiana, extrapolando a esfera da economia e impactando todos os âmbitos da sociedade. Deste modo, as finanças assumem um papel de ainda mais destaque, afinal, foram alçadas a tal nível que passam a reger diferentes estâncias da vida moderna.

Contel (2020b), reforça a importância de se analisar tanto os movimentos gerais (escala global) quanto os eventos locais – ou seja, a materialização da escala global no território, em regiões e lugares. De acordo com o autor supracitado, o processo de financeirização do território pode ser determinado em três escalas, sendo elas a escala global, a nacional e a local. Em resumo, a escala global se define pelo poder das finanças no capitalismo atual, a escala nacional pela própria formação socioespacial dos estados

nacionais e o modo como os vetores externos impactam as dinâmicas internas e, por fim, a escala do local e do regional, nível que nos permite captar nuances desse amplo fenômeno no funcionamento cotidiano dos pequenos agentes econômicos.

Nesse contexto, a financeirização emerge, também, como um poderoso motor de transformação territorial, com força para moldar e readequar o espaço urbano, impactando diretamente nos fixos e fluxos já existentes. A dinâmica dos mercados financeiros, apresentada anteriormente em outros momentos do trabalho, por conta de sua natureza fluída e volátil, introduz novas lógicas na organização do espaço. A análise das práticas financeiras no atual momento do sistema econômico capitalista à luz das contribuições teóricas do geógrafo Milton Santos permite aprofundar nossa interpretação sobre o modo como as operações financeiras não se limitam ao espaço geográfico definido pelas fronteiras nacionais, estaduais e regionais, causando desequilíbrio em relações de poder preexistentes e reproduzindo desigualdades, sejam elas econômicas ou socioespaciais. Afinal, o arcabouço teórico deixado como legado de Santos nos permite destacar a dimensão política do espaço geográfico, porque fornece uma robusta estrutura analítica que analisa não apenas implicações econômicas, mas também seus efeitos sociais e culturais no território, reforçando assim a necessidade de uma análise transestorial na busca de compreensão dessas transformações (SANTOS, 2002a).

Retomamos, então, a noção de verticalidades e horizontalidades. As dinâmicas locais são regidas por lógicas internas e externas, as primeiras chamadas de horizontais e as segundas reconhecidas como verticais. Pode-se entender a ideia de horizontalidade de modo conectado com as solidariedades locais e regionais, que são endógenas ao local, já as verticalidades referem-se aos desejos e anseios externos que atuam no local, e, majoritariamente, importam e impõem uma racionalidade exterior (CONTEL, 2001; SANTOS, 2002a).

Assim, a noção de verticalidade não apenas impõe anseios externos ao nível do local como também cria uma série de interdependências. Conforme sublinhamos anteriormente, para que o funcionamento desse modo de produção contemporâneo e altamente financeirizado se realize, é imprescindível que cada vez mais territórios tenham uma base técnica e informacional que possibilite tal nível de digitalização e acesso aos aplicativos, sites e plataformas.

De acordo com Santos (2002a, p. 284), atualmente, os arranjos espaciais não são apenas formados por meio de pontos contíguos. Existe, nos dias de hoje, inúmeros pontos descontínuos, porém conectados entre si, que definem fluxos e regulam o espaço. Logo,

o autor admite a existência de dois recortes geográficos, o primeiro, as horizontalidades, referente aos pontos que se aglomeram de forma contínua, conforme a definição mais tradicional do conceito de região. O segundo, por sua vez, refere-se ao conceito de verticalidades, partindo do entendimento da existência de pontos descontínuos que garantem o funcionamento global da economia e das demais instâncias sociais. Portanto, se as horizontalidades possuem uma lógica de cooperação limitada, as verticalidades possuem uma ampla rede de cooperação, no sentido geográfico, político e econômico, garantindo e reforçando uma série de interdependências e hierarquias que se impõem ao espaço geográfico.

Essas interdependências tendem a ser hierárquicas e seu papel de ordenamento transporta um comando. A hierarquia se realiza através de ordens técnicas, financeiras, políticas, condição de funcionamento do sistema. A informação, sobretudo a serviço das forças econômicas hegemônicas e a serviço do Estado, é o grande regedor das ações que definem novas realidades espaciais [...]. E o crescente processo de homogeneização se dá através um processo de hierarquização crescente. A homogeneização exige uma integração dependente, referida a um ponto do espaço, dentro ou fora do mesmo país (SANTOS, 2002a, p. 285).

A informação aparece, mais uma vez, como pedra fundamental no funcionamento do sistema. Sendo essa uma variável-chave do período atual, é ela quem garante o poder das forças econômicas hegemônicas, impondo lógicas e necessidades nem sempre consentâneas a escala do local e do regional. Além disso, é esta variável quem reforça e aprofunda hierarquias e interdependências pré-existent.

O espaço geográfico atual, reconhecido como *meio técnico-científico-informacional* se caracteriza pela incorporação da ciência, da tecnologia e da informação em todos os modos de funcionamento e utilização do espaço. Reconhecendo a informatização, a cientificização e a tecnicização da paisagem, faz-se a ilação de que a informação está presente nas coisas, nos objetos técnicos, tanto quanto é necessária à ação que se realiza sobre estes objetos. Destarte, os espaços são plenamente incorporados ao período globalizado, atendendo, principalmente, os anseios dos atores hegemônicos da sociedade e da economia (SANTOS, 2013b, p. 48)

É a informação, presente em todo o território nacional, que garante esse momento de expansão financeira que estamos vivenciando atualmente. Em última instância, as finanças digitalizadas só se realizam efetivamente pela existência de uma sólida base

material presente no território, que vão desde a presença dos macrossistemas técnicos até a maior disseminação do objeto técnico mediador, o *smartphone*.

Em todos os casos, a informação joga um papel parecido àquele que no passado remoto era destinado à energia. Antigamente, sobretudo antes da existência humana, o que reunia as diferentes porções do território era a energia, oriunda dos próprios processos naturais. Ao longo da história é a informação que vai ganhando essa função, para ser hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território (SANTOS, 1994, p. 17)

Nesse contexto, retomamos um pressuposto central da obra de Santos, de que é o uso do território, e não apenas ele em si mesmo, que faz dele um imprescindível objeto de análise (SANTOS, 1994). Ao reforçar a noção de território como central no período técnico-científico-informacional, o autor expõe que as condições de hierarquias e interdependências são as novas realidades presentes nesse conceito seminal da ciência geográfica. Portanto, o território usado se constitui em uma ferramenta analítica de extrema importância, expondo as contradições presentes em um espaço geográfico cada vez mais fragmentado e globalizado.

Concordamos, também, com Moraes (2013, p. 112), ao interpretar que o território é uma materialidade cumulativa, ainda que seu uso seja historicamente particularizado. Horizontalidades e verticalidades, pontos contíguos ou em rede, formam em conjunto os diferentes usos do território – convergindo nas relações dialéticas entre o espaço banal (ou espaço de todos) e o espaço em redes (que dá suporte aos vetores externos da globalização em curso).

Retomando o pressuposto de método adotado, o espaço deve ser entendido como a soma indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Não somente sistemas de objetos e não apenas sistemas de ações, mas sim sistemas de objetos que influenciam dialeticamente nos sistemas de ações, influenciam ao passo que também são concomitantemente influenciados. E assim, “o espaço redefine-se como um conjunto indissociável no qual os objetos são cada vez mais artificiais e os sistemas de ações são cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar” (SANTOS, 2013b, p. 96).

A partir desse quadro, emerge a necessidade de ponderação acerca da informação, entendida aqui como variável-chave do *período técnico-científico informacional*. Ressalta-se que a informação que orienta os objetos técnicos presentes no território é uma informação especializada e, obviamente, o seu exercício está nas mãos de um poder estrito e hegemônico. Logo, os objetos acatam aos que tem meios e poder para comandar e a

intencionalidade, que em outrora estava incluída nos objetos, atualmente precisa de um comando forâneo.

De acordo com Santos (2013b), informar também é governar. A informação gera entropia, desorganiza, quando governada por agentes estranhos ligados à produção, e exige um certo nível de densidade informacional regional – visando implementar caminhos que viabilizem os vetores modernos nos interesses locais. Finalmente, a importância adquirida pela informação no período contemporâneo perpassa todas as dinâmicas da vida social e econômica.

É mister analisar a expansão do *meio técnico-científico-informacional* e suas implicações econômicas, sociais, políticas e culturais. A informatização do território acarreta uma série de importantes questões de elevada complexidade, como a financeirização do território, a expansão e a retração da rede bancária, a diversificação do setor financeiro e a crescente necessidade de regulação. Seguramente, responder todos estes pontos não está em nosso horizonte, contudo, a análise proposta no trabalho em tela fornece reflexões sobre os temas, ao passo que também suscita outras questões, de cunho teórico e metodológico.

A expansão da rede de internet em conjunto com a popularização dos *smartphones*, objeto técnico mediador, são fatores que viabilizam e impulsionam o fenômeno de digitalização financeira. Se em outrora o acesso aos serviços bancários se dava única e exclusivamente pela expansão da rede bancária, marcada pela expansão territorial dos bancos tradicionais – chamados de “bancões” – atualmente, a expansão financeira é inversamente proporcional ao número de agências bancárias, que passam por uma retração – conforme exposto em capítulos anteriores. Se em décadas anteriores as agências bancárias eram imprescindíveis para o acesso aos serviços financeiros, hoje os canais de atendimento e serviços são diversos, e não necessariamente presenciais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interconexão proporcionada pela rede de internet não redefiniu apenas o acesso à informação, mas também a complexidade das ações diárias, que vão desde a busca de notícias banais até a realização de operações financeiras. Atualmente, o acesso à internet proporciona aos usuários a capacidade de realizar atividades banais e complexas, compras, estudos, trabalhos e transações financeiras são realizadas inteiramente no âmbito virtual dia após dia.

Cabe pontuar que o presente trabalho optou pela utilização da noção de *mobile payment* pois trata-se de um conceito mais abrangente. Em concordância com Cernev (2010), entende-se este conceito como todo e qualquer pagamento realizado (ou viabilizado) por meio de tecnologias digitais através de dispositivos móveis. Sublinhar esse princípio é importante para as discussões aqui propostas, afinal, permite que nós adentremos em debates mais amplos sobre a expansão financeira no território a partir das técnicas informacionais.

Ao tratar sobre a evolução dos pagamentos móveis no Brasil, suas bases materiais e seus usos do território é necessário pontuar o impacto da pandemia de COVID-19. Durante o período de pandemia o distanciamento social se tornou imperativo e muitas atividades migraram para o virtual. Dentro desse quadro, no que diz respeito ao tema em tela, evidenciou-se a necessidade de maiores investimentos nas plataformas, sites e aplicativos relacionados aos serviços bancários e financeiros. Assim, os investimentos em tecnologia e infraestrutura virtual para estes serviços foram impulsionados pelas condições impostas pela crise sanitária causada pelo vírus. Estes investimentos em tecnologia bancária já apresentavam uma curva crescente ano após ano, porém, a pandemia acelerou este processo e dinamizou o aprimoramento destas infraestruturas.

Prova da aceleração dos investimentos em tecnologia bancária são os dados apresentados nos relatórios da FEBRABAN (2020). Segundo a instituição, o setor bancário se estabeleceu como o maior investidor privado em tecnologia no país, superando setores relevantes como a telecomunicação e o comércio. Desde o ano de 2020, os canais digitais representam pelo menos 60% de todas as transações bancárias realizadas. Ainda, dentro dos canais digitais, que compreende o *internet banking* e o *mobile banking*, é o segundo quem apresenta números mais importantes – alcançando a marca de 44% do total das transações no ano de 2019 (FEBRABAN, 2020).

Não é novidade que os *smartphones* adquiriram centralidade ao longo desse processo. Segundo o Banco Central (2022), no ano de 2021 os telefones celulares já se constituíam como o principal meio de acesso aos serviços financeiros. Representando 69% do todo, o acesso via telefone celular superou os acessos via agências bancárias e internet banking. Logo, os *smartphones* apresentam-se como um objeto técnico mediador fundamental para a discussão em curso.

Notoriamente, são os *smartphones* que permitem esses níveis de capilaridade da técnica informacional no período atual. O uso dos telefones celulares promove novas lógicas de informatização ao território que se articulam em sistemas de rede. Deste modo, novos usos do território se fazem possíveis com a capilarização deste objeto técnico mediador (BERTOLLO, 2019).

Conforme sublinhado por Santos e Silveira (2006), as técnicas da informação não se territorializam uniformemente. Historicamente, a evolução das bases materiais das telecomunicações no território brasileiro aprofundou a ideia de zonas densas e zonas rarefeitas. Enquanto as zonas densas concentram desenvolvimento econômico, industrial e infraestruturas urbanas e informacionais, as zonas rarefeitas se caracterizam pelo oposto. Destaca-se, então, a desigualdade socioespacial e as disparidades entre distintas regiões do território nacional – resultados do processo de globalização do território brasileiro e das dinâmicas do sistema econômico capitalista.

Em síntese, as técnicas informacionais, bem como todos os sistemas técnicos funcionam de modo integrado, e não mais somente locais ou regionais. A unicidade das técnicas garante a unicidade dos tempos, atualmente gerenciados por uma lógica única e universal. Tal unicidade é uma condição fundamental para a realização do sistema capitalista no período contemporâneo – em que as finanças adquirem cada vez mais centralidade (SANTOS, 2001).

O processo de globalização atual é marcado pela mundialização das finanças, que repercute de distintas maneiras nos territórios nacionais. Como exposto anteriormente, o presente trabalho focou nos aspectos que dizem respeito ao processo de mundialização das finanças e impulsionamento dos serviços e produtos financeiros por meio de plataformas e aplicativos presentes nos dispositivos móveis. Portanto, abordar o tema da financeirização, ainda que de forma breve, é fundamental para nossa proposta.

Em resumo, a financeirização pode ser entendida como um regime de acumulação de capital em que a valorização dele se realiza através de canais financeiros e não pela produção, seja ela comercial ou industrial. Hoje, o capitalismo é extremamente

dependente das finanças, resultado de uma relação inversa entre a produção real e os ganhos financeiros, com as constantes desacelerações nos índices de crescimento e elevadas taxas de juros, é o setor financeiro que garante a expansão dos ganhos ao redor de todo o globo. Estes ganhos provenientes da lógica de um capitalismo financeirizado beneficiam os investidores do mercado financeiro, mas não necessariamente a economia real e o setor produtivo e comercial (AALBERS, 2008).

Hoje, além de extremamente importantes, as finanças são cada vez mais fluídas e atuam em escala universal. Densas bases materiais, tecnológicas e informacionais, são necessárias para esta globalização financeira e as TICs atuam de modo essencial na circulação das informações e capitais, cada vez menos restritos as fronteiras. Não obstante, a fluidez e a velocidade de circulação das informações e dos dados são fundamentais para o mundo financeiro digitalizado, em que a redução de latência nas conexões representa ganhos crescentes e maior fluência das finanças.

Assim, evidencia-se que as tecnologias informacionais desempenham um papel de extrema importância nos usos do território atualmente. A finança digitalizada só se realiza plenamente por conta da existência de um sistema técnico e informacional universalmente interconectado e padronizado, expondo a dimensão territorial das bases materiais, técnicas e informacionais, em conjunto com o progresso técnico e a circulação das finanças (PARANÁ, 2016; STEDA, 2015).

Destarte, a globalização atual representa o ápice do processo de mundialização do sistema capitalista. Se a unicidade das técnicas é uma característica essencial da globalização, um uso do cada vez mais fragmentado do território, principalmente em países da periferia do capitalismo, é um dos efeitos do processo supracitado. Assim, as modernizações impactam o território nacional de forma seletiva e pontual, privilegiando certos pontos e regiões em detrimento de outros (SANTOS, 2001).

Retomamos que concordamos com Santos (2002a, p. 63) ao afirmar que o *espaço geográfico* é o objeto de estudo da geografia, sendo este “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Sinônimo de *território usado*, ressalta-se que não se trata de uma instituição pura, ou seja, somente natural ou político. Logo, trata-se de uma entidade heterogênea (SANTOS et al., 2000).

Entendendo que o território não é uma entidade pura, sendo, portanto, reflexo de diferentes intencionalidades, podemos falar sobre lógicas internas e externas, endógenas e exógenas, que regem as dinâmicas espaciais. Horizontalidades, ligadas às

solidariedades locais, e verticalidades, ligadas aos agentes externos, impactam diretamente o local e o regional. Apesar de se pautarem em lógicas distintas, ambas reverberam dialeticamente no território, contrapondo lógicas locais e lógicas externas, finalidade e contra finalidade (CONTEL, 2001).

Demonstramos que *fintech* é um acrônimo formado pela junção das palavras *financial* e *technologies*. Ainda que a definição do termo não seja plena e consensual até o presente momento, as *fintechs* representam uma nítida intersecção entre o mundo das finanças e o mundo das tecnologias no período contemporâneo – fruto do acirramento dos serviços financeiros impulsionados pelo fenômeno da globalização.

As *fintechs* são um objeto de grande complexidade. Conforme exposto, a definição do termo é pouco consensual – e ao que tudo indica até o presente momento, é possível que este consenso nunca seja atingido. Cabe sublinhar que as *fintechs* se constituem em um objeto de análise complexo pois, além de possuir uma natureza híbrida entre finanças e tecnologia, englobam um amplo escopo de atuação (com uma diversidade de produtos e serviços) e, além disso, contemplam uma gama de agentes (instituições bancárias, empresas de tecnologia e investidores, apenas para citar alguns exemplos).

Ademais, no presente trabalho trouxemos uma ampla revisão da literatura, sobretudo internacional e anglófona, sobre as *fintechs*. Este tema, que tem sido central para muitos debates nos mais diversos campos do conhecimento, conta com uma discussão muito mais ampla e desenvolvida na literatura internacional. Por conta disso, nos debruçamos em inúmeros artigos sobre o tema, visando apresentar diferentes perspectivas sobre a noção de *fintech*. E, por se tratar de um conceito complexo e pouco consensual, entendemos que o debate entre diferentes perspectivas é extremamente valioso para o trabalho em tela.

Ainda sobre a revisão da literatura sobre o tema, dedicamos uma seção da dissertação para apresentar trabalhos de diferentes autores e provenientes de diferentes momentos. Apenas para fins de exemplificação das três fases trabalhadas, podemos citar algumas das referências apresentadas nos capítulos anteriores, como é o caso de Chandavarkar (1980) que tem seus trabalhos datados na década de 80, além disso, apresentamos uma série de materiais no início dos anos 2000 – Bamford, Dean, McDougall (2000) e Berger (2003) -, e, por fim, apresentamos trabalhos que tem adquirido centralidade nos debates mais recentes, tais como Hendrikse, Bassens, Van Meeteren (2018). Finalmente, um autor cuja obra se destaca é Wójcik (2020a, 2020b).

Wójcik (2020a, 2020b) contribui de forma valorosa a partir de seus relatórios sobre *fintechs* e geografia financeira. Além de expor distintas perspectivas sobre o tema, o trabalho do autor destaca-se por analisar o tema a partir de um prisma geográfico. Temas como a espacialização destas empresas, a forma de governança, inclusão financeira e a regulação dos centros financeiros são preocupações abordadas pelo autor. Obviamente, o autor não responde todas as questões dentro do tópico, mas contribui com avanços e possibilita uma série de outras perguntas, fato que suscita mais debates pertinentes ao campo de estudo da geografia.

No processo de revisão da literatura, nem todas as referências debatidas são trabalhos de geógrafos. Entendemos que este é um tema em ebulição, muito discutido por diversos campos do conhecimento. Contudo, as obras mais recentes são trabalhos geográficos, produzidos por geógrafos e que contam com uma perspectiva espacial bastante acurada. Vale mencionar que, ainda que as discussões sejam mais plurais em língua inglesa, a literatura nacional sobre o tema também cresceu nos últimos anos.

Se por um lado a literatura internacional é bastante extensa, por outro cada vez mais obras nacionais dentro da geografia tem feito esse debate. Destaca-se, portanto, as obras de Videira (2020) e Contel (2020a, 2020b, 2021). Autores que, a partir de diferentes correntes conceituais, trabalham o tema à luz da geografia.

Videira (2020), em seu artigo, tem como objetivo central compreender as mudanças contemporâneas do mundo financeiro e como isso reverbera e impacta no território e na esfera socioeconômica. Entendendo as *fintechs* como novos agentes das finanças no atual momento, a autora as define como “termo [...] que se refere aos serviços financeiros que são possibilitados pela tecnologia, opera com estrutura enxuta, custo de capital baixo e ambiente regulatório pouco definido” (VIDEIRA, 2020, p. 268).

Contel, por sua vez, contribui com uma obra mais extensa sobre o tema ao abordar as *fintechs* e os bancos digitais no Brasil. Na perspectiva desse autor, as *fintechs* se caracterizam como típicos agentes econômicos do período técnico-científico-informacional em que vivemos. A partir de uma banalização das técnicas da informação (contemplando objetos e sistemas técnicos), nota-se uma curva de aprendizado, que é acompanhada pela redução dos custos de uso – fatores que impulsionam o crescimento das *fintechs* (CONTEL, 2020a, p. 472).

Na ótica deste autor, que trabalha com um corpo teórico e conceitual que dialoga predominantemente com as obras do geógrafo Milton Santos, a expansão do número de *fintechs* no Brasil caracteriza-se como a formação de um ecossistema dessas empresas no

país. Deste modo, alguns fatores explicam esse crescimento vertiginoso em curto período de tempo, tais como: mão de obra jovem, investidores interessados na expansão do sistema financeiro no território nacional, presença de uma classe média jovem em expansão, crescimento do acesso à inovação e, o fator principal, um substancial número de pessoas não bancarizadas (CONTEL, 2020a) - que impulsiona a atuação dos bancos digitais, que direcionam suas estratégias de crescimento focalizando exatamente este ponto, conforme apresentamos no caso do conglomerado prudencial PagSeguro.

Por conseguinte, o autor traz avança com o debate ao partir da perspectiva que a financeirização do território se exprimi como “processo concreto de difusão espacial das variáveis financeiras, sejam elas materiais ou imateriais” (CONTEL, 2021, p. 126). É pertinente ressaltar que este processo concreto de difusão espacial das finanças, pontuado pelo autor, já dependeu enormemente das variáveis materiais, ou seja, da expansão física das agências bancárias, postos de atendimentos e caixa eletrônico. Todavia, atualmente, a expansão das variáveis imateriais adquire centralidade nesse debate, prova disso é que, conforme pontua o autor, os ativos totais dos cinco grandes bancos comerciais do país aumentaram significativamente no recorte temporal entre os anos de 2010 e 2019, momento em que o lucro registrado atingiu um crescimento de 127%, ao passo que o número de agências diminuiu, explicitando o fato de que, hoje, a expansão financeira não está mais atrelada à topologia bancária, aos pontos de atendimentos, caixas eletrônicos, agências físicas e canais presenciais de atendimento.

Questões técnicas e normativas se impõem nas tentativas de explicação de questões sobre a retração do número de agências bancárias. Enquanto os fatores normativos dialogam com a introdução de novos fixos bancários incorporados à topologia, como os correspondentes bancárias, os fatores técnicos dizem respeito ao processo de expansão das técnicas da informação e comunicação e, por consequência, com o processo de digitalização bancária em curso.

Com o objetivo de deixar a presente dissertação mais robusta teórica e empiricamente, apresentamos em capítulos anteriores dados quantitativos e qualitativos sobre as *fintechs* no Brasil, bem como o posicionamento do país no cenário latino-americano. Nos utilizamos, principalmente, de dados secundários, obtidos através do levantamento bibliográfico realizado e de relatórios técnicos sobre o tema.

A partir disso, foi possível ilustrar as elevadas taxas de crescimento vivenciadas por esse setor ao longo dos últimos anos. Para fins de exemplificação, podemos citar as elevadas taxas de crescimento do número total de *fintechs* atuantes no território brasileiro

entre o ano de 2019 e 2020. Além disso, destacamos também que, se por um lado o ápice do número de criação de novas *fintechs* foi registrado no ano de 2018 (como apresentado nos gráficos produzidos), por outro, a partir de 2020 pode-se afirmar que todo o setor vivenciou um período de consolidação e estabilização, conforme retratamos nas discussões e nos gráficos da seção dedicada a esse tema.

Dentro desse quadro, o maior número de *fintechs* que atuam no Brasil se concentra na área de crédito. No ano de 2022, 17,8% do número total de empresas desse segmento atuavam no setor de crédito, informação de relevo quando associada ao conceito de *creditização do território* (SANTOS, 2002). Nesse sentido, estas empresas que aliam finanças e tecnologias podem ser interpretadas como um novo braço desse processo de creditização, em que as variáveis tecnológicas, de informação e comunicação, permitem uma penetração ainda mais profunda das finanças e do crédito no território nacional. Se em outrora o acesso aos serviços financeiros dependia da capilaridade das agências e de uma complexa topologia bancária, atualmente esse acesso foi simplificado, reduziu-se ao acesso aos dispositivos móveis, verdadeiros objetos técnicos mediadores, conectados a rede de internet.

Dando seguimento a essa discussão, é a informatização do espaço quem garante essa ubiquidade do crédito (e das finanças) no atual momento da história. As *fintechs* de pagamento também apresentam centralidade no debate, pois representam um serviço financeiro importante – principalmente em um país com um elevado contingente de pessoas desbancarizadas como é o caso do Brasil.

Uma face importante do processo de informatização do espaço e creditização do território é o crescimento dos bancos digitais. Conforme discutido, a regulação para bancos digitais e bancos tradicionais é a mesma, contudo, a própria nomenclatura de “banco digital” traz consigo um corpo de ideias positivas atualmente, é comum que estas instituições apresentem a ideia de um banco digital como sinônimo de agilidade, desburocratização e facilidade na resolução de problemas, ao passo que os bancos tradicionais são colocados (mesmo que indiretamente), na posição de instituições lentas, engessadas e burocráticas. Obviamente, essa discussão é permeada por uma *psicoesfera* da agilidade, fluidez e instantaneidade própria do período atual.

Ainda sobre os bancos digitais, ilustramos a rápida ascensão das instituições desse setor ao longo dos últimos anos. Como ilustrado pelo gráfico 5, os bancos tradicionais, também chamados de “bancões” (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Itaú, Bradesco e Santander), tiveram o número total de transferências realizadas por bancos no país

reduzido em 44% no ano de 2021. Logo, se ano de 2017 os bancos tradicionais realizam 100% das transferências realizadas, em 2021 eles representavam 54,90% do total, ou seja, pouco mais da metade. Portanto, mesmo que os bancos digitais ainda sejam pouco numerosos quando comparados ao universo do número de *fintechs*, eles têm impactado diretamente no sistema financeiro tradicional, além disso, a diferença dos cinco principais bancos para os demais ainda é substancial, porém, o crescimento dos bancos digitais é nítido e se destaca no recorte temporal de 2017 a 2021, reverberando diretamente no sistema bancário nacional.

Ao tratar sobre a informatização e creditização do território a partir das TIC's e da expansão das *fintechs*, julgamos pertinente traçar um breve panorama histórico do sistema financeiro brasileiro. Entender o passado do sistema bancário nacional nos ajuda a entender as características da difusão financeira atual.

Apresentamos em nossas discussões os quadros anteriores do sistema bancário nacional. Conforme colocamos, existem distintas classificações e recortes temporais que diferem em análises e perspectivas sobre o processo de expansão e consolidação bancária (CONTEL, 2006; FARIAS, 2013). Fato é que a expansão dos macrossistemas técnicos impactaram diretamente nesse processo, com destaque para o início da década de 1950.

A complexificação do meio técnico, extremamente impactada pelo surgimento dos novos sistemas energéticos e circuitos industriais, foi uma condição essencial para o desenvolvimento das atividades produtivas de manufatura no Brasil. Ao expandir o meio técnico-científico-informacional com diferentes conteúdos industriais, como usinas, siderúrgicas e centros de pesquisas o Estado trouxe um elevado grau de complexificação ao território, acarretando na expansão das técnicas e das normas (CONTEL, 2006).

Dentro desse quadro, destaca-se que a expansão financeira sempre esteve conectada ao avanço das técnicas, de modo direto ou indireto. Atualmente, dissertamos sobre novíssimas tecnologias (como IA, *Machine Learning* e *BigData*), porém, conforme explicitamos em capítulos anteriores, as evoluções da técnica em períodos anteriores da história também impactaram diretamente na expansão financeira, permitindo maior acesso ao crédito graças à expansão produtiva e possibilitando elevados níveis de capilarização da topologia bancária no território nacional.

Retomamos, então, que o meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica do processo de globalização. A globalização impõe, principalmente a partir da década de 1970, um elevado grau de unidade funcional e unicidade técnica em todos os

territórios nacional. Assim, todo o globo estava sob a regência de uma única lógica em escala mundial, a extração da mais valia universal.

Em resumo, a partir da década de 1980 e por toda a década de 1990, os pressupostos neoliberais ganharam extrema força no Brasil nos países latino-americanos como um todo, fato que impactou diretamente na rede bancária e financeira nacional. Mobilizamos um importante debate acerca desse tema, com autores de relevo (AALBERS, 2008; CHESNAIS, 2000). Todavia, nesse momento de conclusão do material, ressaltamos os importantes processos de liberalização normativa, econômica e financeira, bem como os muitos programas de privatizações dos segmentos nacionais, formas de permitir, também, que o capital estrangeiro e hegemônico encontre novos meios de investimento e fluidez.

Ademais, nos últimos anos, a topologia bancária brasileira apresentou um fato inédito: a retração do número total de agências físicas espalhadas pelo território nacional. A partir do ano de 2018 (mesmo ano em que as *fintechs* atingiram seu ápice do número de criação de novas empresas) as agências físicas iniciaram um processo de retração. Desde então, o número de agências diminui ano após ano, expondo que a tendência debatida na presente dissertação está se confirmando.

Se em momentos anteriores da história o acesso ao crédito e aos produtos financeiros se dava única e exclusivamente pelos canais presenciais, atualmente o panorama é completamente diferente. Hoje, a capilaridade dos serviços e produtos financeiros, bem como das instituições e agentes do segmento, não dependem mais da presença física nos mais remotos pontos do território, mas sim da expansão do meio-técnico-científico-informacional, da informatização do território brasileiro e do acesso a tecnologia e aos objetos técnicos que atuam como mediadores desse processo.

Finalmente, como substrato empírico desta dissertação, nos debruçamos sobre a instituição PagSeguro. Em suma, a PagSeguro é um conglomerado prudencial nacional que atua em duas frentes: meio de pagamentos e instituição bancária. A instituição, fundada no ano de 2006 pelo grupo UOL, que originalmente surgiu como portal de notícias e entretenimento virtual, possui áreas de atuação que se ramificam entre o físico e o digital, possibilitando pagamentos através de máquinas de cartão e pagamento através de bancos digitais.

Por definição, o PagSeguro é um arranjo de pagamento fechado e uma instituição de pagamento fechado e uma instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamentos pós-pagos. Além

disso, a entidade desempenha atividades voltadas à veiculação de publicidade, desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico (PAGSEGURO, 2022). Diversificando seu amplo leque de atuação através de subsidiárias que atuam em distintas frentes.

O PagSeguro Internet S.A. é a instituição líder do Conglomerado Prudencial PagSeguro. O conglomerado, que expandiu seus setores de atuação através de empresas subsidiárias, conta com mais seis empresas além da entidade líder. Estas empresas se dedicam as frentes de fundo de investimento, securitização, cartões de crédito, instituições de pagamento, registros e inteligência de conciliação financeira. Além disso, o PagBank é a nomenclatura utilizada para designar a conta digital do PagSeguro.

Conforme ilustrado e debatido, o PagSeguro também vivenciou um momento de crescimento durante o período da pandemia. No ano de 2021, o conglomerado atingiu números recordes de clientes ativos e valor financeiro transacionado e, assim como todo o setor de *fintechs*, após este momento de ápice nos números, passou por um momento de consolidação e estabilização.

Tendo em vista os números provenientes dos relatórios financeiros do conglomerado, nota-se que o PagSeguro, e as demais empresas do segmento, atingem esses números expressivos de clientes e valores transacionados ancorados nas tecnologias da informação e comunicação. Tendo o telefone celular como objeto técnico mediador desse processo, cada vez mais pessoas, dentre elas o elevado contingente de pessoas desbancarizadas – setor que o PagSeguro direciona suas atuações estratégicas -, obtém acesso aos serviços e produtos oferecidos no amplo portfólio da marca.

Faz-se necessário reforçar a importância de se analisar esse movimento de expansão das finanças a partir das escalas globais, nacionais e regionais e locais. Ao tratarmos sobre o processo geral de financeirização da economia nos debruçamos sobre a escala global, entendendo a extensão e o poder das finanças no sistema econômico capitalista no presente momento. Acerca da escala nacional, trabalhamos a hipercapilaridade dos serviços e produtos financeiros no território brasileiro, que conta com uma parcela significativa de pessoas desbancarizadas (CONTEL, 2020b).

Nesse sentido, entendemos que a análise desse fenômeno na escala regional e local representa um grande desafio para a geografia no período atual. Se por um lado as finanças digitalizadas se utilizam de tecnologias da informação e comunicação, além de outros aspectos imateriais, para se tornarem viáveis, é no local que esse fenômeno se materializa e reverbera das mais diversas maneiras.

A escala local nos permite identificar finalidades e contra finalidades, intencionalidades e contradições. É no cotidiano, no *espaço banal* (SANTOS, 2002a), que as nuances desse fenômeno podem ser capturadas e, posteriormente, interpretadas. E, pelo fato de se tratar de um tema muito recente, essa análise é um dos grandes desafios ao tratar o tema em tela – bem como se apresenta como uma limitação do presente trabalho.

Interpretamos a financeirização da economia como um robusto impulsor de transformação territorial no período atual, com força e poder para alterar não apenas as intencionalidades, mas também as dinâmicas nos usos do território. Ao passo que as finanças possuem uma natureza volátil, ela introduz novas lógicas e limites na organização espacial. Tendo isso em vista, os conceitos de *horizontalidade* e *verticalidade* nos fornecem poderosas ferramentas analíticas (SANTOS, 2002a; CONTEL, 2001).

Mobilizamos este par de conceitos para dissertarmos sobre as lógicas internas e externas que regem as dinâmicas locais. Enquanto a noção de horizontalidade é endógena e está conectada às solidariedades locais e regionais, as verticalidades, exógenas, atuam em prol de representar desejos, intenções e anseios de agentes externos que se impõem, de cima para baixo, no local, ordenam a realização de uma racionalidade exterior ao local. Este corpo conceitual é importante para esclarecermos as dinâmicas dos serviços financeiros digitalizados.

Ao passo que, no período atual da história, as finanças se tornam cada vez mais fluidas, voláteis e não restritas as fronteiras territoriais, é necessário que estas finanças encontrem meios de expansão. Assim, essa demanda se realiza através de algumas maneiras, tais como a complexificação financeira do dia a dia na vida cotidiana, mas, principalmente para nossa análise, a expansão dos serviços financeiros e suas instituições presentes em âmbito digital.

Ao impor necessidades externas no local, cria-se uma série de interdependências. Para que esse processo de expansão financeira se materialize, torna-se imprescindível que cada vez mais porções do globo estejam conectados e tenham uma mesma base técnica e informacional, que possibilite os elevados níveis de digitalização vigentes. Portanto, é a informação quem se comprova como uma variável chave do período atual.

A informação é, cada vez mais, um pilar essencial no funcionamento desse sistema global. É a informação quem garante o poder dos agentes econômicos hegemônicos e a imposição de lógicas e dinâmicas forâneas, que nem sempre estão em consentimento com

as solidariedades locais. Presente em todo o território nacional, essa variável fundamental garante a expansão financeira que presenciamos atualmente. Podemos afirmar, então, que, em última instância, as finanças digitalizadas só se realizam efetivamente pela existência de uma sólida base material presente no território, que vão desde a presença dos macrossistemas técnicos até a maior disseminação do objeto técnico mediador, o *smartphone*.

Entendemos que as discussões apresentadas nessa dissertação apresentam contribuições para o avanço dos debates do tema dentro da geografia. A partir de uma robusta revisão da literatura sobre o tema, pudemos contribuir com interpretações teóricas e apresentação de distintas perspectivas. O método utilizado nos permitiu uma série de reflexões, que dialogam, principalmente, com as obras e conceitos publicados pelo geógrafo Milton Santos.

Por fim, compreendemos que tão importante quanto pontuar os avanços, é estabelecer as limitações desta pesquisa. Compreendemos que uma das grandes limitações dentro do tema em tela diz respeito aos instrumentos metodológicos e empíricos. Por se tratar de um tema extremamente recente, ainda não há metodologias de pesquisa que possibilitem abranger a digitalização dos serviços financeiros em sua totalidade. Outra limitação do trabalho, e das pesquisas sobre o tema de modo geral, diz respeito ao objeto empírico, que naturalmente são objetos de análise de extrema complexidade, principalmente pela natureza híbrida das instituições e a multiplicidade de agentes envolvidos nesse processo, tais como instituições financeiras, investidores, agentes de tecnologia. Contudo, mesmo pontuando as limitações, de aspecto geral dos trabalhos dentro desse tema e específicas dessa pesquisa, é importante ressaltar que a análise desse fenômeno a partir do prisma da ciência geográfica pode contribuir enormemente com os avanços das discussões, explicitando e reforçando que, ainda que as dinâmicas aparentem ser totalmente desterritorializadas, todo esse processo impacta e é impactado pelo espaço geográfico, enquanto materialidade cumulativa, e os distintos usos do território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AALBERS, M. The financialization of home and mortgage market crisis. **Competition & Change**, v. 12, n. 2, 2008.

ALVES, L. G. **Redes de comunicação e território: a formação e a organização socioespacial da internet no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ALLEN, F.; DEMIRGUÇ-KUNT, A.; KLAPPER, L.; PERIA, M. S. M.; The foundations of financial inclusion: understanding ownership and use of formal accounts. **Journal of Financial Intermediation**, v. 27, n. [s.i.], 2016. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1042957315000534?casa_token=bc6Vq744t1IAAAAAA:hNVwtKHryhcWGPtaWESR_gmdFOuEgharHxMleKcHkCITGdQ-TV-sezbKnXXagsf5wE8KV1wHFNG. Acesso em 20 jul. 2022.

ANDRES, G. **Evolução bancária no Brasil**: evolução da rede física bancária entre séculos (1990/2020). 2022. 68 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Economia, Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/32855>. Acesso em 21 de mar. 2023.

ANTAS JR, R. M. A norma e a técnica como elementos constitutivos do espaço geográfico: considerações sobre o ressurgimento do pluralismo jurídico. In: SOUZA, M. A. A. de. (Org). **Território Brasileiro – usos e abusos**. Campinas, 2003.

ARROYO, M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, A. I. G. de; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires, Ed. Clacso, 2006.

ARSLANIAN, H.; FISCHER, F. The emergence of TechFin. In: ARSLANIAN, H.; FISCHER, F. **The Future of Finance**: The impact of fintech, AI, and crypto on financial service. Editora Palgrave Macmillan, 2019, p. 69-75.

ARNER, D.; BARBERIS, J.; BUCKLEY, R. The evolution of fintech: A new post-crisis paradigm? **Georgetown Journal of International Law**, v. 47, p. 1271-1319, 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2676553. Acesso em 14 mar. 2022.

BAMFORD, C. E.; DEAN, T. J.; MCDUGALL, P. P. An examination of the impact of initial founding conditions on decisions upon the performance of new bank startups. **Journal of Business Venturing**, v. 15, p. 253-277, 2000. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0883902698000111>. Acesso em 14 mar. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Fintechs de crédito e bancos digitais. **Estudo Especial**, n. 89, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **História da Sumoc**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/historia/sumoc/historiasumoc.asp?frame=1>. Acesso em 10 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária – 2022**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em 09 out. 2023.

BERGER, A. N. The economic effects of technological progress: Evidence from the banking industry. **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 35, p. 141-176, 2003. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=332900. Acesso em 16 mar. 2022.

BERNARDS, N. Tracing mutations of neoliberal development governance: ‘Fintech’, failure and the politics of marketization. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 51, n. 7, p. 1442-1459, 2019.

BERTOLLO, M. **A capilarização das redes de informação no território brasileiro pelo smartphone**. 2019. 241 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BETTINGER, A. FINTECH: A series of 40-time shared models used at manufacturers hanover trust company. **Interfaces**, p. 62-63, 1972.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Quem Somos. **Portal Eletrônico do BNDES**, 2022. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. Acesso em 15 nov. 2022.

BOAMAH, E. F.; MURSHID, N. S. “Techno-market fix”? Decoding wealth through mobile money in the global South. **Geoforum**, v. 106, p. 253-262. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718519302556>. Acesso em 02 abr. 2022.

BRAGA, J. C. de S. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. **Economia & Sociedade**, v. 2, n. 1, 1993.

CAMPOS, A. Brasil perde 5,8 mil agências bancárias em 7 anos; cooperativas dobram. **Valor Econômico**, 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/09/21/brasil-perde-58-mil-agencias-bancarias-em-7-anos-cooperativas-dobram.ghtml>. Acesso em 20 abr. 2023.

CASTILLO, R. **Sistemas Orbitais e Uso do Território**: Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro, 1999. 317 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/fG9sSJcJXRMygQBpFjCTzTH/>. Acesso em 03 jun. 2023.

CATAIA, M. Território político: fundamento e fundação do Estado. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 115-125, abril de 2011.

CERNEV, A. K. **Mobile Banking no Brasil**: eventos críticos, trajetória e cenários esperados. 2010. 378 f. Tese (Doutorado) – Curso de Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

CETIC – CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **TIC Domicílios 2020**. São Paulo: CETIC, 2021. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2020_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em 07 set. 2021.

CHANDAVARKAR, A. G. Use of migrants' remittances in labor-exporting countries. **Finance & Development**, v. 17, p. 36-39, 1980.

CHEN, L. From fintech to finlife: The case of fintech development in China. **China Economic Journal**, v. 9, n. 3, p. 225-239, 2016.

CHEN, M.; WU, Q.; YANG, B. How valuable is Fintech innovation? **Review of Financial Studies**, v. 32, p. 2062-2106, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/rfs/article/32/5/2062/5427776>. Acesso em 17 mar. 2022.

CHESNAIS, F. **Mundialização**: o capital financeiro no comando. Revista Outubro. São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2000.

CONTEL, F. B. **Finanças municipais e território. Horizontalidades e verticalidades no município de Buru (SP)**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CONTEL, F. B. **Território e finanças: Técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CONTEL, F. B. Fintechs e bancos digitais no Brasil. In: GOMES, M. T. S.; TUNES, H.; OLIVEIRA, F. G. de (Orgs). **Geografia da Inovação**: território, redes e finanças. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020a. p. 469-488.

CONTEL, F. B. **The financialization of the Brazilian Territory**: from global forces to local dynamisms. São Paulo: Springer. 2020b.

CONTEL, F. B. A financeirização recente do território brasileiro: dos bancos comerciais às fintechs. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da (Orgs). **Brasil, Presente!** São Paulo: FFLCH/USP, 2021, p. 117-142.

COOKE, P. Responsible research and innovation? From FinTech's 'flash crash' at Cermak to digitech's Willow Campus and Quayside. **European Planning Studies**, v. 27, n. 12, p. 2376-2393, 2018.

CORRÊA, R. L. Os centros de gestão e seu estudo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 109-119, 1989.

COSTA, F. N. **Banco do Estado**: O caso do Banespa. Campinas. Instituto de Economia – Unicamp (Tese de Doutorado), 1988.

COSTA NETO, Y. C. **Bancos oficiais no brasil**: Origem e aspectos de seu desenvolvimento. Brasília. Banco Central do Brasil, 2004, 156 p.

COSTA, B. M. R.; GALLO, F. Inflexão do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e aprofundamento das desigualdades socioespaciais no Brasil. **Formação (Online)**, v. 27, n. 51, p. 33-64, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6882>. Acesso em 13 mai. 2023.

CREUZ, V. División financeira del trabajo en sistemas de pagos en Argentina y Brasil. **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, v. 60, n. 2, p. 430-445, 2019.

DAHLBERG, T. *et al.* Past, present and future of mobile payments research: a literature review. **Electronic Commerce Research and Applications**, v. 7, p. 165-181, 2008.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVILA, A.; FOSTER, G.; GUPTA, M. Venture capital financing and the growth of startup firms. **Journal of Business Venturing**, v. 18, p. 689-708, 2003.

DISTRITO. **Fintech Report 2023**. Disponível em: <https://distrito.me/materiais-ricos/>. Acesso em 02 mai. 2023.

DORFLEITNER, G.; HORNUF, L.; SCHMITT, M.; WEBER, M. **The Fintech market in Germany**, 2016. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-54666-7_4. Acesso em 20 jun. 2022.

FARIAS, H. C. O papel do BNDES na integração do território brasileiro. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 34, p. 119-133, 2013.

FEBRABAN, Federação Brasileira de Bancos. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2020**. Elaborada por: Deloitte, 2020. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/financial-services/articles/pesquisa-febraban-tecnologia-bancaria.html>. Acesso em 10 jan. 2022.

FERRETTI, F. History and philophy of geography I: Decolonising the discipline, diversifying archives and historicizing radicalism. **Progress in Human Geography**, v. 4, n. 6, p. 1161-1171, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309132519893442>. Acesso em 05 fev. 2023.

FIGUEIREDO FILHO, J. S. de. **Políticas monetária, cambial e bancária no Brasil sob a gestão do Conselho da Sumoc, de 1945 a 1955**. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, 201 p.

FINDEXABLE. **Global Fintech Rankings Report: Bridging the gap**. 2021. Disponível em: https://findexable.com/wp-content/uploads/2021/06/Global-Fintech-Rankings-2021-v1.2_30_June.pdf. Acesso em 13 mar. 2021.

FINTECHLAB. **Radar FintechLab**, 2017. Disponível em: <https://fintechlab.com.br/index.php/2017/11/24/novo-radar-fintechlab-mostra-crescimento-de-36-no-numero-de-fintechs-do-brasil/>. Acesso em 06 dez. 2021.

FINTECHLAB. **Radar FintechLab**, 2018. Disponível em: <https://fintechlab.com.br/index.php/2018/08/13/novo-radar-fintechlab-mapeia-mais-de-400-iniciativas/>. Acesso em 06 dez. 2021.

FINTECHLAB. **Radar FintechLab**, 2019. Disponível em: <https://fintechlab.com.br/index.php/2019/06/12/8a-edicao-do-radar-fintechlab-registra-mais-de-600-iniciativas/>. Acesso em 06 dez. 2021.

FINTECHLAB. **Radar FintechLab**, 2020. Disponível em: <https://fintechlab.com.br/index.php/2020/08/25/edicao-2020-do-radar-fintechlab-detecta-270-novas-fintechs-em-um-ano>. Acesso em 06 dez. 2021.

FREITAS, O. D. de. **Performance dos bancos brasileiros no contexto de digitalização**. 2018, 61 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/180983>. Acesso em 12 mai. 2023.

FURLAN, F. PagSeguro anuncia compra da Wirecard Brazil. **Valor Econômico**, 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/08/21/pagseguro-anuncia-compra-da-wirecard-brazil.ghtml>. Acesso em 20 dez. 2023.

GABOR, D.; BROOKS, S. The digital revolution in financial inclusion: international development in the fintech era. **New Political Economy**, v. 22, n. 4, p. 423-436, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13563467.2017.1259298>. Acesso em 11 mar. 2022.

GAI, K.; QIU, M.; SUN, X. A survey of Fintech. **Journal of Network and Computer Applications**, v. 103, p. 262-273, 2018. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1084804517303247>. Acesso em 12 mar. 2022.

GALLO, F. Usos do território e papel do Estado no Brasil. Notas sobre a atuação da Agência Desenvolve SP. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, v. 21, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/119737>. Acesso em 10 abr. 2022.

GERBELLI, L. G. Pandemia acelera digitalização e bancos acirram briga por clientes. **G1**. 10 jul. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/10/pandemia-acelera-digitalizacao-e-bancos-acirram-briga-por-clientes.ghtml>. Acesso em 06 dez. 2021.

GOMBER, P.; KOCH, J. A.; SIERING, M. Digital Finance and FinTech: Current research and future research directions. **Journal of Business Economics**, v. 87, p. 537-580, 2017.

HABERLY, D.; MacDONALD-KHORT, D.; URBAN, M.; WÓJCIK, D. Asset Management as a Digital Platform Industry: A Global Financial Network Perspective. **Geoforum**, v. 106, p. 167-181. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718519302520>. Acesso em 14 mar. 2022.

HENDRIKSE, R.; BASSENS, D.; VAN MEETEREN, M. The Appleization of finance: charting incumbent finance's embrace of FinTech. **Finance and Society**. p. 1-22, 2018. Disponível em: https://www.fingeo.net/wordpress/wp-content/uploads/2017/07/WP2_The-Appleization-of-Finance_i-1.pdf. Acesso em 20 jan. 2023.

HENDRIKSE, R.; BASSENS, D.; VAN MEETEREN, M. Strategic coupling between finance, technology and the state: cultivating a Fintech ecosystem for incumbent finance. **Environment and Planning A**, v. 52, n. 8, p. 1516-1538, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Resultados Gerais. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=34949&t=resultados>. Acesso em 06 out. 2023.

IOANNOU, S.; WÓJCIK, D. The limits to FinTech unveiled by the financial geography of Latin America. **Geoforum**, v. 128, p. 57-67, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718521003183>. Acesso em 15 jan. 2023.

ISNARD, H. O Espaço do Geógrafo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, 36 (258-259): 5-16, jul./dez., 1978.

ISRAEL, C. B. **Redes digitais, espaços de poder: sobre conflitos na reconfiguração da internet e as estratégias de apropriação civil**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

KAHIL, S. P. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Estudos Geográficos**, v. 10, n. 2, p. 10-25, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/6823>. Acesso em 03 mai. 2023.

KENNEY, M.; ZYSMAN, J. The platform economy: restructuring the space of capitalist accumulation. **Cambridge Journal Of Regions, Economy and Society**, v. 13, n. 1, p. 55-76, 2020.

- KIM, C.; MIRUSMONOV, M.; LEE, I. An empirical examination of factors influencing the intention to use mobile payment. **Computers in Human Behavior**, v. 26, n. 3, p. 310-322, 2010.
- KNIGHT, E.; WÓJCIK, D. FinTech: Introduction to the especial issue. **Environment and Planning A: Economy and Space**, p. 1-18, 2020.
- KUPERMAN, E. **Da SUMOC ao Banco Central**: consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil. Tese de doutoramento, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais, 2008.
- LAI, K. P. Y.; SAMERS, M. Towards an economic geography of FinTech. **Progress in Human Geography**, v. 45, n. 45, p. 720-739, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342785800_Towards_an_economic_geography_of_FinTech. Acesso em 14 mar. 2022.
- LANGLEY, P.; LEYSHON, A. The Platform Political Economy of FinTech: Reintermediation, Consolidation and Capitalisation. **New Political Economy**, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341523948_The_Platform_Political_Economy_of_FinTech_Reintermediation_Consolidation_and_Capitalisation. Acesso em 20 mar. 2022.
- LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. **Work, employment and Society**, v. 25, n. 4, p. 611-626, 2011.
- LOCOMOTIVA. **34 milhões de brasileiros não têm acesso a serviços bancários**. Labs, 2021. Disponível em: <https://labsnews.com/pt-br/noticias/economia/34-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-servicos-bancarios/>. Acesso em 15 mai. 2022.
- MAGRANI, B.; MARTINS, F. A contribuição das fintechs para o Brasil de amanhã. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2022/11/a-contribuicao-das-fintechs-para-o-brasil-do-amanha.shtml>. Acesso em 27 jun. 2023.
- MALLAT, N. Exploring consumer adoption of mobile payment – a qualitative study. **The Journal of Strategic Information Systems**, v. 16, n. 4, p. 413-432, 2007.
- MANOCHIO, F. G. S.; BARBERIO, L. Di G.; GALLO, F. Estacionamentos rotativos, expansão dos serviços financeiros e fintechs: ação da empresa Estapar e novos usos do território. **GeoTextos**, v. 17, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/46489>. Acesso em 13 jun. 2023.
- MEIRINHO, A. Mais que inclusão financeira, pandemia impulsionou a inclusão social. **Bússola**, 2022. Disponível em: <https://exame.com/bussola/mais-que-inclusao-financeira-pandemia-impulsionou-a-inclusao-social/>. Acesso em 27 jun. 2023.
- MELGAÇO, L. Thinking outside the bubble of the global north: Introducing Milton Santos and “The Active Role of Geography”. **Antípode**, v. 0, n. 0, p. 1-6, 2017.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/anti.12319>. Acesso em 05 fev. 2023.

MILLIAN, E. Z.; SPINOLA, M. de M; CARVALHO, M. M. de. Fintechs: A literature review and research agenda. **Electronic Commerce Research and Applications**, v. 34, p. 1-21, 2019.

MORAES, A.C.R.; COSTA, W.M. da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, A. C. R. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019, 357 p.

PAGSEGURO. Demonstrações Financeiras do Conglomerado – Jun/2023. **Relatório Financeiro**, São Paulo. 2023. Disponível em: <https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras>. Acesso em 16 nov. 2023.

PAGSEGURO. Demonstrações Financeiras do Conglomerado – Dez/2022. **Relatório Financeiro**, São Paulo. 2023. Disponível em: <https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras>. Acesso em 15 nov. 2023.

PAGSEGURO. Demonstrações Financeiras do Conglomerado – Jun/2022. **Relatório Financeiro**, São Paulo. 2022. Disponível em: <https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras>. Acesso em 11 nov. 2023

PAGSEGURO. Demonstrações Financeiras do Conglomerado – Dez/2021. **Relatório Financeiro**, São Paulo. 2022. Disponível em: <https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras>. Acesso em 10 nov. 2023.

PAGSEGURO. Demonstrações Financeiras do Conglomerado – Jun/2021. **Relatório Financeiro**, São Paulo. 2021. Disponível em: <https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras>. Acesso em 08 nov. 2023.

PAGSEGURO. Demonstrações Financeiras do Conglomerado – Dez/2020. **Relatório Financeiro**, São Paulo. 2021. Disponível em: <https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras>. Acesso em 07 nov. 2023.

PAGSEGURO. Demonstrações Financeiras do Conglomerado – Jun/2020. **Relatório Financeiro**, São Paulo. 2020. Disponível em: <https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras>. Acesso em 06 nov. 2023.

PARANÁ, E. **A finança digitalizada: capitalismo financeiro e revolução informacional**. Florianópolis: Insular, 2016.

PESSANHA, R. M. Inovação, financeirização e startups como instrumentos e etapas do capitalismo de plataformas. In: GOMES, N. T.; TUNES, R.; GODINHO, F. (Orgs.).

Geografia da Inovação: Território, redes e finanças. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020. Cap. 15, p. 433-468.

PREDA, A. Socio-technical agency in financial markets: The case of the stock ticker. **Social Studies of Science**, v. 36, p. 753-782. 2006.

RAPOSO, E. de V.; KASAHARA, Y. Instituições fortes, moeda estável e Banco Central do Brasil Autônomo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 921-958, 2010.

RIBEIRO, A. C. T. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, M. A. A. (org). **Território brasileiro. Usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SADOWSKI, J. When data is capital: datification, accumulation, and extraction. **Big Data & Society**, v. 6, n. 1, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2053951718820549>. Acesso em 19 mar. 2022.

SANGWAN, V.; HARISHTA; PRAKASH, P.; SINGH, S. Financial Technology: A review of extant literature. **Studies in Economic and Finance**, v. 37, n. 1, p. 71-88, 2019.

SANTOS, M. Os circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de (Orgs). **A Construção do Espaço**, São Paulo: Editora Nobel, 1986.

SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, n. 9, p. 7-17, 1991.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs). **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. et al. O Papel Ativo da Geografia – Um Manifesto. Apresentado pelo Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental do Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) no XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, jul. 2000. **Anais...**

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002a.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2002b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: EDUSP, 2013a.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo: EDUSP, 2013b.

SCHUEFFEL, P. Taming the beast: A scientific definition of fintech. **Journal of Innovation Management**, v. 4, n. 4, p. 32-54, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314437464_Taming_the_Beast_A_Scientific_Definition_of_Fintech. Acesso em 11 mar. 2022.

SHIM, Y.; SHIN, D. H. Analyzing China's Fintech Industry from the Perspective of Actor-Network Theory. **Telecommunications Policy**, v. 40, p. 168-181, 2016.

SILVEIRA, M. L. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. In VIANA, A. L. d'Á.; IBÁÑEZ, N.; ELIAS, P. E. M. (Org.). **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Aderaldo & Rotschild, 2009.

STEDA, M. M. V. **Tecnologias da informação e território: políticas para o setor de softwares no Brasil**. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

TRANSFEERA. **Estudo market share de bancos 2021: como a descentralização e a digitalização impactam bancos tradicionais**, 2021. Disponível em: <https://materiais.transfeera.com/teaser-paywall-lp-estudo-market-share-de-bancos-v2>. Acesso em 05 dez. 2021.

TRINER, G. The formation of modern Brazilian banking, 1906-1930: opportunities and constraints presented by the public and private sectors". In: **Journal of Latin American Studies**, n. 28. Cambridge University Press, 1996.

VIANA, L. S. **Inovação do modelo de negócio no mercado de meio de pagamentos eletrônicos: o estudo de caso da PagSeguro**. 2022, 124 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

VIDEIRA, S. L. Fintechs – novos atores das finanças contemporâneas: um olhar geográfico. **Entre-Lugar**, v. 11, n. 21, p. 261-284, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/12058>. Acesso em 11 mar. 2022.

WARF, B. Digitalização, globalização e capital financeiro hipermóvel. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 21, n. 2, p. 297-406, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/135154>. Acesso em 11 abr. 2022.

WÓJCIK, D. Financial Geography I: Exploring FinTech - Maps and concepts. **Progress In Human Geography**, v. 45, n. 3, p. 566-576, 2020a. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0309132520952865>. Acesso em 07 jan. 2023.

WÓJCIK, D. Financial Geography II: The Impacts of FinTech – Financial sector and center, regulation and stability, inclusion and governance. **Progress In Human Geography**, v. 45, n. 4, p. 878-889, 2020b. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0309132520959825>. Acesso em 07 jan. 2023.

WÓJCIK, D.; IOANNOU, S. COVID-19 and Finance: Market developments so far and potential impacts of the financial sector and centres. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v. 111, n. 3, p. 387-400, 2020.

ZOOK, M. A. BLANKENSHIP, J. New spaces of disruption? The failures of Bitcoin and the rhetorical power of algorithmic governance. **Geoforum**, v. 96, p. 248-255, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718518302574>. Acesso em 11 mai. 2022.

ZUBOFF, S. **A Era do Capitalismo de Vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.